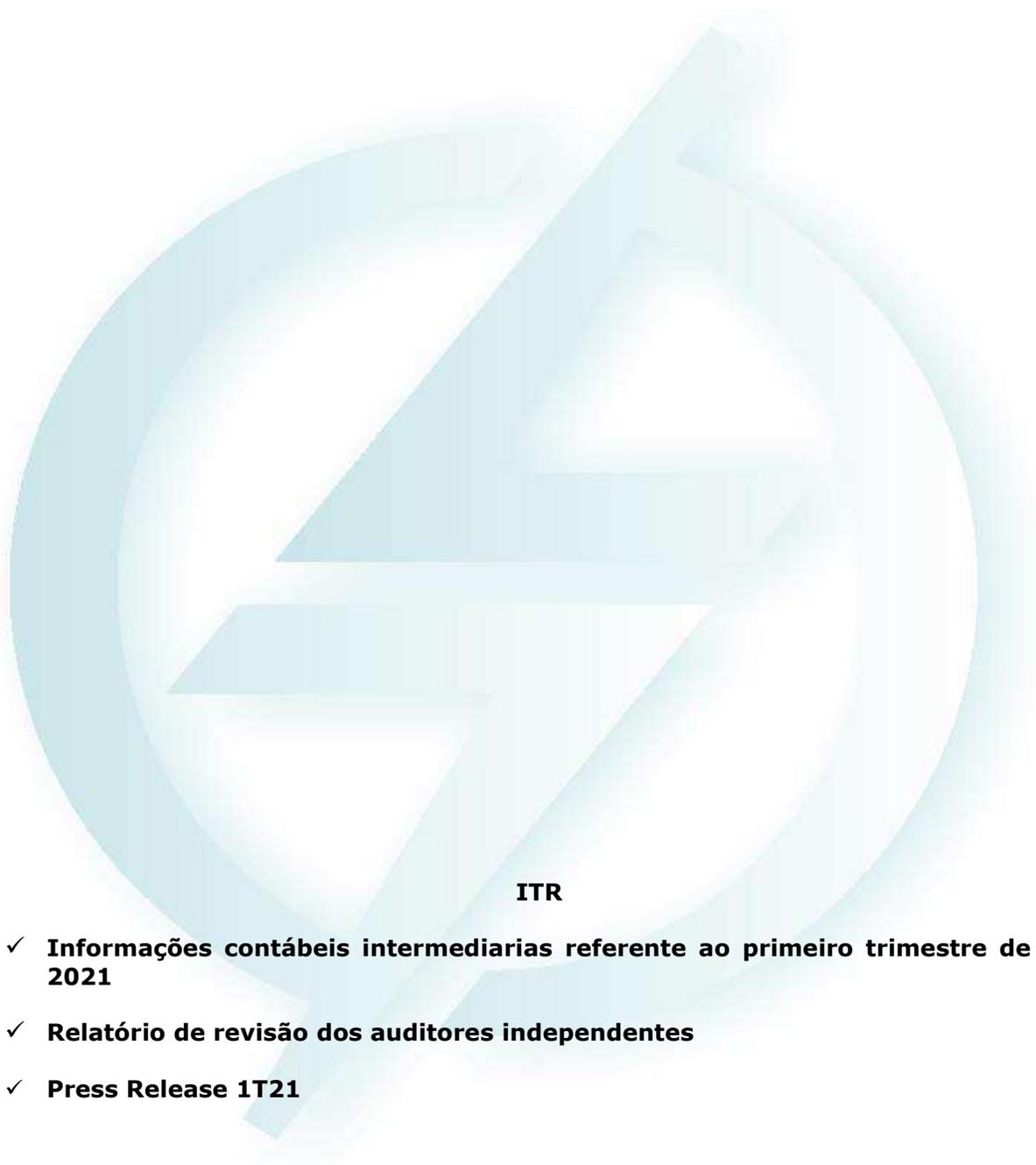


LIGHT S.A.



ITR

- ✓ **Informações contábeis intermediárias referente ao primeiro trimestre de 2021**
- ✓ **Relatório de revisão dos auditores independentes**
- ✓ **Press Release 1T21**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	12
4. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES.....	17
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	19
9. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	21
10. OUTROS CRÉDITOS.....	22
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR.....	23
12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	25
13. ATIVO DE CONTRATO.....	26
14. INVESTIMENTOS.....	26
15. IMOBILIZADO.....	31
16. INTANGÍVEL.....	34
17. FORNECEDORES.....	37
18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR.....	38
19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	39
20. DEBÊNTURES.....	42
21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS.....	45
22. CONTINGÊNCIAS.....	50
23. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	56
24. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO.....	57
25. OUTROS DÉBITOS.....	58
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	59
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	60
28. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES.....	62
29. RECEITA LÍQUIDA.....	64
30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	65
31. RESULTADO FINANCEIRO.....	66
32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	67
33. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.....	76
34. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	77

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	139	7.745	317.322	653.200
Títulos e valores mobiliários	6	83.294	70.781	3.740.923	2.436.476
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	3.165.456	3.257.127
Estoques		-	-	65.727	62.393
Tributos e contribuições a recuperar	8	-	-	988.566	655.717
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	985	934	116.091	137.047
Ativos financeiros do setor	11	-	-	18.424	58.361
Despesas pagas antecipadamente		270	363	22.978	25.073
Dividendos a receber	14	254.833	254.833	-	-
Serviços prestados a receber		3.168	829	46.909	45.017
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	32	-	-	230.945	156.494
Outros créditos	10	413	755	401.920	339.400
		343.102	336.240	9.115.261	7.826.305
Ativos classificados como mantidos para venda	4	53.919	53.919	147.419	147.419
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		397.021	390.159	9.262.680	7.973.724
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	1.077.385	1.013.614
Tributos e contribuições a recuperar	8	-	-	3.945.173	4.420.018
Tributos diferidos	9	-	-	497.076	449.969
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	32	-	-	1.128.637	960.009
Depósitos vinculados a litígios	21	805	684	241.123	242.132
Ativos financeiros do setor	11	-	-	423.747	15.358
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	5.355.683	5.197.313
Outros créditos	10	-	-	120.000	120.000
Ativo de contrato	13	-	-	1.090.959	983.368
Investimentos	14	8.154.609	6.852.861	363.302	366.241
Imobilizado	15	-	-	1.654.335	1.655.215
Intangível	16	-	-	2.805.069	2.898.588
Ativo de direito de uso	24	-	-	95.338	101.717
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.155.414	6.853.545	18.797.827	18.423.542
TOTAL DO ATIVO		8.552.435	7.243.704	28.060.507	26.397.266

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Fornecedores	17	978	136	3.414.120	3.439.767
Tributos e contribuições a pagar	18	139	140	145.403	166.925
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	89	164	690	1.818
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.375.866	1.320.026
Debêntures	20	-	-	927.076	1.030.529
Passivos financeiros do setor	11	-	-	616.141	-
Dividendos a pagar		164.332	164.332	164.332	164.332
Obrigações trabalhistas		1.841	1.469	109.678	90.914
Valores a serem restituídos a consumidores	8	-	-	-	296.239
Obrigações por arrendamento	24	-	-	46.608	47.228
Outros débitos	25	448	386	726.625	659.179
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		167.827	166.627	7.526.539	7.216.957
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	2.996.462	3.090.703
Debêntures	20	-	-	4.446.377	4.242.711
Tributos e contribuições a pagar	18	-	-	193.398	191.773
Tributos diferidos	9	-	-	425.844	408.289
Participações societárias a descoberto	14	-	-	31.109	30.823
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	21	867	865	645.270	647.533
Benefícios pós-emprego	23	-	-	5.327	5.327
Obrigações por arrendamento	24	-	-	53.088	58.699
Valores a serem restituídos a consumidores	8	-	-	3.314.496	3.381.614
Outros débitos	25	-	-	38.856	46.625
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		867	865	12.150.227	12.104.097
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		5.399.498	4.051.285	5.399.498	4.051.285
Reserva de capital		10.530	9.434	10.530	9.434
Reservas de lucros		2.816.100	2.816.100	2.816.100	2.816.100
Ajustes de avaliação patrimonial		300.517	304.402	300.517	304.402
Outros resultados abrangentes		(105.009)	(105.009)	(105.009)	(105.009)
Prejuízos acumulados		(37.895)	-	(37.895)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.383.741	7.076.212	8.383.741	7.076.212
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.552.435	7.243.704	28.060.507	26.397.266

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
RECEITA LÍQUIDA	29	-	-	3.694.881	3.049.013
CUSTO TOTAL	30	-	-	(3.118.826)	(2.426.538)
Custos com energia elétrica	30.1	-	-	(2.642.882)	(1.993.333)
Custos de operação	30	-	-	(475.944)	(433.205)
LUCRO BRUTO		-	-	576.055	622.475
Despesas gerais e administrativas	30	(3.951)	(4.791)	(304.582)	(306.022)
Outras receitas		-	-	27.214	44
Outras despesas		-	-	(12.725)	(4.799)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(38.252)	170.856	(3.150)	(2.010)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(42.203)	166.065	282.812	309.688
RESULTADO FINANCEIRO	31	423	627	(344.754)	(56.047)
Receita financeira		461	664	277.100	882.371
Despesa financeira		(38)	(37)	(621.854)	(938.418)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		(41.780)	166.692	(61.942)	253.641
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	-	-	(9.390)	(6.490)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	29.552	(80.459)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(41.780)	166.692	(41.780)	166.692
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	27.5	(0,11)	0,55	(0,11)	0,55

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
Lucro (prejuízo) líquido do período	(41.780)	166.692	(41.780)	166.692
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(41.780)	166.692	(41.780)	166.692

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

Nota	RESERVAS DE LUCROS								
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.051.285	9.434	377.122	2.123.625	315.353	304.402	(105.009)	-	7.076.212
Aumento de capital com emissão de ações	1.372.425	-	-	-	-	-	-	-	1.372.425
(-) Gastos com emissão de ações	(24.212)	-	-	-	-	-	-	-	(24.212)
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	28	-	1.096	-	-	-	-	-	1.096
Prejuízo líquido do período	27	-	-	-	-	-	-	(41.780)	(41.780)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(3.885)	-	3.885	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	5.399.498	10.530	377.122	2.123.625	315.353	300.517	(105.009)	(37.895)	8.383.741

Nota	RESERVAS DE LUCROS								
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.051.285	3.179	342.526	1.614.998	-	320.049	(101.493)	-	6.230.544
Opções de ações outorgadas (<i>stock options</i>)	28	-	2.261	-	-	-	-	-	2.261
Dividendos não distribuídos	27	-	-	-	315.353	-	-	-	315.353
Lucro líquido do período	27	-	-	-	-	-	-	166.692	166.692
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(3.943)	-	3.929	(14)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020	4.051.285	5.440	342.526	1.614.998	315.353	316.106	(101.493)	170.621	6.714.836

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(3.619)	(2.154)	207.916	208.210
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(41.780)	166.692	(61.942)	253.641
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	30	-	-	150.451	123.177
Depreciação e amortização	30	-	-	148.335	149.225
Perda na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	-	15.876	2.436
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	31	-	-	352.309	692.757
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios		2	5	58.905	95.586
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		-	-	(124)	(344)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	19/20	-	-	135.526	154.547
Juros sobre obrigações de arrendamento	24	-	-	1.853	1.690
Variação <i>swap</i>	31	-	-	(240.925)	(827.533)
Resultado de equivalência patrimonial	14	38.252	(170.856)	3.150	2.010
Créditos e atualização financeira de PIS e COFINS sobre ICMS		-	-	(2.489)	(10.721)
Opções de ações outorgadas (<i>stock option</i>)	28	1.096	2.261	1.096	2.261
Valor justo do ativo financeiro da concessão	12	-	-	(100.912)	(61.789)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	11	-	-	(187.552)	(98.472)
Variações nos ativos e passivos		(1.189)	(256)	(65.641)	(270.261)
Títulos e valores mobiliários		(313)	(90)	(11.408)	(6.757)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	(122.427)	(186.299)
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(127)	(111)	145.865	11.983
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	61.045	140.648
Estoques		-	-	(3.334)	442
Serviços prestados a receber		(2.339)	(17)	(1.892)	(1.554)
Despesas pagas antecipadamente		93	61	2.095	1.961
Depósitos vinculados a litígios		(121)	(110)	(2.343)	(6.013)
Outros créditos		342	(39)	(62.518)	(17.896)
Fornecedores		842	(302)	(48.719)	(45.082)
Obrigações trabalhistas		372	198	18.764	11.152
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		-	-	(57.816)	(76.206)
Outros débitos		62	154	59.677	(17.370)
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>		-	-	(2.154)	272
Juros pagos	19/20	-	-	(40.476)	(37.785)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(41.757)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.352.200)	(142)	(1.483.329)	(233.568)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(20.678)	(10.999)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		-	-	(169.612)	(173.903)
Aumento de capital nas investidas	14	(1.340.000)	(26)	-	(26)
Resgate de aplicações financeiras		26.800	2	2.321.020	120.639
Aplicações financeiras		(39.000)	(118)	(3.614.059)	(169.279)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento		1.348.213	-	939.535	(173.821)
Recebimento pela emissão de ações		1.348.213	-	1.348.213	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	24	-	-	(13.786)	(9.897)
Captação e custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	19/20	-	-	356.601	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	19/20	-	-	(751.493)	(163.924)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(7.606)	(2.296)	(335.878)	(199.179)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.745	71.531	653.200	996.338
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		139	69.235	317.322	797.159

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
Receitas		-	-	5.756.687	4.816.887
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	5.704.947	4.780.229
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	202.191	159.835
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	30	-	-	(150.451)	(123.177)
Insumos adquiridos de terceiros		(905)	(1.047)	(2.949.379)	(2.292.593)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	30.1	-	-	(2.642.882)	(1.993.333)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(905)	(1.047)	(306.497)	(299.260)
Valor adicionado bruto		(905)	(1.047)	2.807.308	2.524.294
Retenções		-	-	(148.335)	(149.225)
Depreciação e amortização	30	-	-	(148.335)	(149.225)
Valor adicionado líquido produzido		(905)	(1.047)	2.658.973	2.375.069
Valor adicionado recebido em transferência		(37.791)	171.520	273.950	880.361
Resultado de equivalência patrimonial	14	(38.252)	170.856	(3.150)	(2.010)
Receitas financeiras	31	461	664	277.100	882.371
Valor adicionado total a distribuir		(38.696)	170.473	2.932.923	3.255.430
Distribuição do valor adicionado		(38.696)	170.473	2.932.923	3.255.430
Pessoal		2.549	3.522	115.073	118.647
Remuneração direta		2.410	3.405	79.611	80.632
Benefícios		101	86	28.277	25.457
FGTS		38	31	6.835	11.849
Outros		-	-	350	709
Impostos, taxas e contribuições		234	156	2.207.272	2.002.502
Federais		188	154	859.768	821.244
Estaduais		-	-	1.336.942	1.171.674
Municipais		46	2	10.562	9.584
Remuneração de capitais de terceiros		301	103	652.358	967.589
Juros		16	6	630.210	943.900
Aluguéis		285	97	22.148	23.689
Remuneração de capitais próprios		(41.780)	166.692	(41.780)	166.692
Lucros (prejuízos) retidos	27	(41.780)	166.692	(41.780)	166.692

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LIGHT S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Para o período findo em 31 de março de 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. ("Light" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light, descritas na nota explicativa 2, compõem o Grupo Light ("Grupo Light" ou "Grupo").

A Companhia é listada na "B3" (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado ("NM"), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

1.1 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. Diante disso, inúmeras ações foram tomadas pelos governos em diversos países, inclusive no Brasil, por meio dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Neste sentido as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e impactos nas atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de Distribuição de energia.

Em 26 de março de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 928/2021, que suspende o corte de energia, até 30 de junho de 2021, por inadimplência das unidades consumidoras com aparelhos vitais à preservação da vida, dos consumidores de baixa renda, dos locais em que não haja postos de arrecadação em funcionamento e dos que estejam com o recebido suspenso das faturas.

Impacto nas Informações Trimestrais

Para fins de elaboração e divulgação das Informações Trimestrais referentes ao período findo em 31 de março de 2021, a Administração da Companhia avaliou cuidadosamente o impacto da COVID-19 nos negócios do Grupo Light. Foram analisados temas como (i) desempenho da demanda e consumo de energia; (ii) impacto nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; (iii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iv) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (v) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) impactos nos *covenants* financeiros; e (vii) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos.

Mercado e arrecadação: O impacto econômico da redução do mercado por conta da COVID-19 decorre da redução do faturamento da cobertura tarifária associada às componentes Parcela B e Perdas Não Técnicas, cujas perdas não são compensadas por ativos regulatórios ou por redução proporcional dos custos reais. A suspensão do corte de energia de energia, por mais de quatro meses em 2020, impactou na elevação da inadimplência e, por consequência, na elevação da Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Permanece em discussão na ANEEL, no âmbito da 3ª Fase da Consulta Pública nº 035/2020, a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia às distribuidoras de energia elétrica, com relação à queda do mercado e aumento da inadimplência.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, aprovadas em 18 de março de 2021. As práticas contábeis adotadas para estas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 12 de maio de 2021, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações trimestrais referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 32) e ativos mantidos para venda (Nota 4), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação do Grupo Light

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e em com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB e incluem as informações trimestrais da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas informações trimestrais individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Nas informações trimestrais consolidadas, estão compreendidas as demonstrações financeiras individuais e de suas controladas. Estão consolidadas integralmente nas seguintes bases abaixo apresentadas:

Sociedades controladas	Atividade	31.03.2021			31.12.2020		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Fontainha	Geração eólica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
São Judas Tadeu	Geração eólica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
Lajes	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
Guanhães (*)	Geração hidráulica	Ativo mantido para venda	-	51,0	Ativo mantido para venda	-	51,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Usina Hidrelétrica Itaocara	Geração hidráulica	Equivalência patrimonial	-	51,0	Equivalência patrimonial	-	51,0
Consórcio UHE Itaocara	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0	Consolidação	-	51,0
Lightger (*)	Geração hidráulica	Ativo mantido para venda	51,0	-	Ativo mantido para venda	51,0	-
Axxiom	Outros	Equivalência patrimonial	51,0	-	Equivalência patrimonial	51,0	-
Amazônia Energia	Outros	Equivalência patrimonial	25,5	-	Equivalência patrimonial	25,5	-

(*) Em atendimento ao CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada ("CPC 31"), o investimento foi transferido para o ativo mantido para venda, considerando a potencial operação de alienação da totalidade de sua participação nesta entidade. Para maiores detalhes, vide Nota 4.

2.5 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 4.22 demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

Assuntos com efeitos relevantes ao longo do primeiro trimestre de 2021:

- Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Follow-on"), em 22 de janeiro de 2021 (nota explicativa 27.2).
- Realização do pré-pagamento, pela controlada Light SESA, dos contratos de financiamentos com o BNDES, em 26 de fevereiro de 2021 (nota explicativa 19).
- Em 09 de março de 2021, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA (nota explicativa 11.1).

As informações por segmento para o primeiro trimestre de 2021 e de 2020 e posições patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.03.2021
Ativos:							
Ativo circulante	6.498.557	2.474.545	28.220	186.665	398.781	(324.088)	9.262.680
Outros ativos não circulantes	13.549.876	381.039	19.756	23.639	811	-	13.975.121
Investimentos	31.185	-	-	-	8.154.608	(7.822.491)	363.302
Imobilizado	275.273	1.344.851	33.856	355	-	-	1.654.335
Intangível	2.368.362	434.622	1.364	721	-	-	2.805.069
TOTAL DOS ATIVOS	22.723.253	4.635.057	83.196	211.380	8.554.200	(8.146.579)	28.060.507
Passivos e patrimônio líquido:							
Passivo circulante	4.928.173	2.659.310	3.529	91.244	168.371	(324.088)	7.526.539
Passivo não circulante	10.918.207	1.199.311	31.329	513	867	-	12.150.227
Patrimônio líquido	6.876.873	776.436	48.338	119.623	8.384.962	(7.822.491)	8.383.741
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.723.253	4.635.057	83.196	211.380	8.554.200	(8.146.579)	28.060.507

	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2020
Ativos:							
Ativo circulante	5.450.204	2.268.126	25.182	223.081	391.927	(384.796)	7.973.724
Outros ativos não circulantes	13.133.051	325.289	16.962	27.507	689	-	13.503.498
Investimentos	31.258	-	-	-	6.852.861	(6.517.878)	366.241
Imobilizado	275.532	1.339.192	40.127	364	-	-	1.655.215
Intangível	2.459.309	437.157	1.363	759	-	-	2.898.588
TOTAL DOS ATIVOS	21.349.354	4.369.764	83.634	251.711	7.245.477	(6.902.674)	26.397.266
Passivos e patrimônio líquido:							
Passivo circulante	4.758.624	2.515.686	3.536	156.766	167.141	(384.796)	7.216.957
Passivo não circulante	10.953.184	1.118.470	31.078	500	865	-	12.104.097
Patrimônio líquido	5.637.546	735.608	49.020	94.445	7.077.471	(6.517.878)	7.076.212
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.349.354	4.369.764	83.634	251.711	7.245.477	(6.902.674)	26.397.266

Resultados por segmento:

1º Trimestre de 2021	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2021
RECEITA LÍQUIDA	3.337.930	275.142	(16)	280.423	-	(198.598)	3.694.881
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(3.260.071)	(99.919)	(603)	(242.934)	(3.990)	198.598	(3.408.919)
Equivalência patrimonial	-	-	(286)	-	(41.116)	38.252	(3.150)
RESULTADO FINANCEIRO	(229.499)	(116.543)	223	642	423	-	(344.754)
Receita financeira	177.347	98.281	245	766	461	-	277.100
Despesa financeira	(406.846)	(214.824)	(22)	(124)	(38)	-	(621.854)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(151.640)	58.680	(682)	38.131	(44.683)	38.252	(61.942)
Contribuição social	21.491	(4.749)	-	(3.432)	-	-	13.310
Imposto de renda	29.476	(13.103)	-	(9.521)	-	-	6.852
RESULTADO LÍQUIDO	(100.673)	40.828	(682)	25.178	(44.683)	38.252	(41.780)
1º Trimestre de 2020	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2020
RECEITA LÍQUIDA	2.788.760	253.729	1.579	266.741	-	(261.796)	3.049.013
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(2.620.201)	(130.487)	(1.630)	(241.992)	(4.801)	261.796	(2.737.315)
Equivalência patrimonial	-	(373)	(1.065)	-	170.284	(170.856)	(2.010)
RESULTADO FINANCEIRO	(73.705)	15.882	-	1.068	708	-	(56.047)
Receita financeira	568.629	311.764	-	1.201	777	-	882.371
Despesa financeira	(642.334)	(295.882)	-	(133)	(69)	-	(938.418)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	94.854	138.751	(1.116)	25.817	166.191	(170.856)	253.641
Contribuição social	(8.706)	(12.011)	-	(2.324)	(3)	-	(23.044)
Imposto de renda	(24.184)	(33.271)	-	(6.445)	(5)	-	(63.905)
RESULTADO LÍQUIDO	61.964	93.469	(1.116)	17.048	166.183	(170.856)	166.692

4. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. ("Brasal") visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger, pelos valores de R\$96.400 e R\$88.700, respectivamente. Em 24 de fevereiro de 2021, o período de exclusividade foi postergado por mais 30 dias.

Mesmo após o fim da exclusividade, a Companhia e a Brasal continuam as negociações das cláusulas dos contratos de compra e venda de ações. Caso tais negociações sejam bem-sucedidas, a conclusão efetiva das transações dependerá ainda do cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, tais como a obtenção de anuência de autoridades regulatórias e concorrenciais e de terceiros.

Conforme preconiza o CPC 31/IFRS 5, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como "ativos não circulantes mantidos para venda".

O CPC 31/IFRS 5 exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. No caso da alienação da participação na controlada indireta Guanhães Energia, o valor justo dos ativos líquidos das despesas de venda, foi inferior ao valor contábil em R\$42.602 e foram reconhecidos como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na rubrica de outras despesas. Enquanto para a Lightger nenhum registro adicional se fez necessário, visto que o valor contábil já se encontra a menor quando comparado ao valor justo líquido das despesas de venda.

4.1 Ativos classificados como mantidos para venda

Ativos classificados como mantidos para venda	31.03.2021	
	Controladora	Consolidado
Lightger	53.919	53.919
Guanhães Energia	-	93.500
Total	53.919	147.419

4.2 Balanço patrimonial das controladas em conjunto em 31 de março de 2021

31.03.2021	Lightger	Guanhães
ATIVO		
Caixa e equivalentes de caixa	95.103	9.716
Outros	16.708	13.148
Circulante	111.811	22.864
Não circulante	127.131	481.451
TOTAL DO ATIVO	238.942	504.315
PASSIVO		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.569	12.771
Outros	75.923	14.192
Circulante	84.492	26.963
Empréstimos, financiamentos e debêntures	52.512	115.182
Outros	18	7.678
Não circulante	52.530	122.860
Patrimônio líquido	101.920	354.492
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	238.942	504.315

4.3 Demonstração do resultado das controladas em conjunto no primeiro trimestre de 2021

1º Trimestre de 2021	Lightger	Guanhães
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita líquida de vendas	12.913	13.505
Custos das vendas	-	(935)
LUCRO BRUTO	12.913	12.570
Despesas gerais e administrativas	(5.330)	(5.980)
Resultado financeiro líquido	(5.491)	(1.964)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	2.092	427
Imposto de renda e contribuição social	(563)	(420)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.529	4.206

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	139	103	25.024	38.562
Aplicações Financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	7.642	292.298	614.638
TOTAL	139	7.745	317.322	653.200

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações no consolidado é de 85,7% do CDI em 31 de março de 2021 (82,8% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 32.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	83.294	70.781	3.740.923	1.934.466
Fundo de investimento (não exclusivos)	-	-	-	502.010
TOTAL	83.294	70.781	3.740.923	2.436.476

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 100,0% do CDI em 31 de março de 2021 (107,9% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	3.946.515	-	3.946.515	3.725.175	-	3.725.175
Fornecimento não faturado	781.136	-	781.136	674.821	-	674.821
Parcelamento de débitos	519.971	1.057.640	1.577.611	515.805	996.667	1.512.472
Comercialização de energia	698.905	-	698.905	956.126	-	956.126
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	12.005	-	12.005	25.956	-	25.956
Outras contas a receber	6.300	19.745	26.045	8.169	16.947	25.116
	5.964.832	1.077.385	7.042.217	5.906.052	1.013.614	6.919.666
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(2.799.376)	-	(2.799.376)	(2.648.925)	-	(2.648.925)
TOTAL	3.165.456	1.077.385	4.242.841	3.257.127	1.013.614	4.270.741

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 31 de março de 2021, a controlada Light Energia possui um saldo a receber de R\$578.932 (R\$832.021 em 31 de dezembro de 2020) na rubrica comercialização de energia, referente a inadimplência da liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1. No primeiro trimestre de 2021, a controlada Light Energia recebeu R\$335.739 referente ao montante em aberto com a CCEE.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.03.2021
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	367.346	371.318	139.841	198.332	1.414.583	2.491.420	(1.558.677)	932.743
Industrial	12.523	13.230	6.245	10.761	82.964	125.723	(89.758)	35.965
Comercial	194.141	96.065	35.945	63.080	372.010	761.241	(405.460)	355.781
Rural	1.162	831	175	319	2.558	5.045	(2.547)	2.498
Poder público	31.186	97.047	35.063	39.287	105.442	308.025	(106.472)	201.553
Iluminação pública	36.475	19.347	27.660	18.679	119.968	222.129	(123.401)	98.728
Serviço público	8.491	16.468	962	1.252	5.759	32.932	(9.707)	23.225
Fornecimento não faturado	657.161	-	-	-	-	657.161	(10.432)	646.729
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.308.485	614.306	245.891	331.710	2.103.284	4.603.676	(2.306.454)	2.297.222
Comercialização de energia	698.905	-	-	-	-	698.905	(784)	698.121
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	12.005	-	-	-	-	12.005	(80)	11.925
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	123.975	-	-	-	-	123.975	-	123.975
Outras contas a receber	26.045	-	-	-	-	26.045	-	26.045
	860.930	-	-	-	-	860.930	(864)	860.066
TOTAL	2.169.415	614.306	245.891	331.710	2.103.284	5.464.606	(2.307.318)	3.157.288

CONSOLIDADO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2020
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	384.708	299.917	111.752	227.239	1.314.908	2.338.524	(1.449.486)	889.038
Industrial	16.353	13.050	3.873	10.795	79.820	123.891	(89.183)	34.708
Comercial	217.239	91.741	32.600	63.980	348.514	754.074	(398.883)	355.191
Rural	1.342	826	202	292	2.472	5.134	(2.538)	2.596
Poder público	40.044	58.291	28.811	38.292	94.104	259.542	(105.411)	154.131
Iluminação pública	43.481	32.471	11.733	38.998	89.649	216.332	(96.384)	119.948
Serviço público	8.557	12.092	465	1.021	5.543	27.678	(5.369)	22.309
Fornecimento não faturado	571.364	-	-	-	-	571.364	(8.670)	562.694
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.283.088	508.388	189.436	380.617	1.935.010	4.296.539	(2.155.924)	2.140.615
Comercialização de energia	956.126	-	-	-	-	956.126	(784)	955.342
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.956	-	-	-	-	25.956	(159)	25.797
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	103.457	-	-	-	-	103.457	-	103.457
Outras contas a receber	25.116	-	-	-	-	25.116	-	25.116
	1.110.655	-	-	-	-	1.110.655	(943)	1.109.712
TOTAL	2.393.743	508.388	189.436	380.617	1.935.010	5.407.194	(2.156.867)	3.250.327

7.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidor	31.03.2021			31.12.2020		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.118.514	(411.259)	707.255	1.024.650	(411.259)	613.391
Industrial	17.650	(813)	16.837	19.760	(813)	18.947
Comercial	180.182	(22.722)	157.460	184.064	(22.722)	161.342
Rural	1.993	(146)	1.847	1.934	(146)	1.788
Poder público	95.426	(56.703)	38.723	98.266	(56.703)	41.563
Iluminação pública	10.223	(154)	10.069	9.819	(154)	9.665
Serviço público	153.623	(261)	153.362	173.979	(261)	173.718
TOTAL	1.577.611	(492.058)	1.085.553	1.512.472	(492.058)	1.020.414

Em 07 de julho de 2018, a controlada Light SESA assinou um acordo de parcelamento com um grande cliente da classe de serviço público, cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a controlada Light SESA assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado é de R\$136.398 (R\$156.048 em 31 de dezembro de 2020) e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de serviço público. Esse montante será recebido em 38 parcelas e com o último recebimento previsto para maio de 2024.

Em 16 de outubro de 2018, foi celebrado um contrato de confissão de dívida com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no montante de R\$78.551. O montante atualizado é de R\$63.934 e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de poder público. Esse montante refere-se as parcelas vencidas do período entre abril e dezembro de 2020 e a controlada Light SESA está em negociação junto a Prefeitura.

7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD consolidada de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e de 2020:

SALDO EM 31.12.2020	(2.648.925)
Adições (Nota 30)	(150.451)
SALDO EM 31.03.2021	(2.799.376)
SALDO EM 31.12.2019	(2.071.504)
Adições (Nota 30)	(123.177)
SALDO EM 31.03.2020	(2.194.681)

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei n° 9.430/1997 e Lei n° 13.097/2015. No primeiro trimestre de 2021 e de 2020, não foram realizadas baixas.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 32.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar ^(a)	42.187	52.859	95.046	42.033	51.925	93.958
PIS e COFINS a compensar (Nota 8.1) ^(b)	923.298	3.892.314	4.815.612	586.001	4.368.093	4.954.094
INSS	6.600	-	6.600	11.226	-	11.226
Outros	16.481	-	16.481	16.457	-	16.457
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	988.566	3.945.173	4.933.739	655.717	4.420.018	5.075.735
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	116.091	-	116.091	137.047	-	137.047
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	116.091	-	116.091	137.047	-	137.047
TOTAL	1.104.657	3.945.173	5.049.830	792.764	4.420.018	5.212.782

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

^(b) Em 31 de março de 2021, o saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de março de 2021 no montante de R\$38.938 (R\$238.928 em 31 de dezembro de 2020). Ademais, inclui o montante de R\$4.206 (R\$4.206 em 31 de dezembro de 2020) referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos.

8.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 no tocante ao reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o processo judicial da ação movida pela Companhia com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS pago da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa SELIC.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela controlada Light SESA podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Sendo assim, a controlada Light SESA constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela controlada Light SESA e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Administração como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras. No reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2021 foi homologada a devolução de R\$374.196 como item financeiro, reduzindo a tarifa dos consumidores nos próximos 12 meses. O valor homologado no reajuste tarifário se equivale ao repasse dos créditos tributários provisionados que tiveram efetivo aproveitamento de caixa até janeiro de 2021.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil ("RFB") deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Em 31 de março de 2021, os créditos compensados somaram o montante de R\$1.463.248 (R\$1.110.796 em 31 de dezembro de 2020). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

A Companhia adota os procedimentos de recuperação destes créditos de acordo com as previsões legais estabelecidas pela RFB. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme mecanismos e critérios a serem definidos pela ANEEL. Em 09 de fevereiro de 2021, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021 com a finalidade de colher subsídios e informações para regulamentar o tratamento a ser dado para a devolução aos consumidores dos valores auferidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro no primeiro trimestre de 2021 de R\$2.610 (R\$11.244 no primeiro trimestre de 2020), conforme nota explicativa 31.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela SELIC, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Efeitos no balanço patrimonial	31.03.2021	31.12.2020
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	4.858.756	5.197.228
Valores a serem restituídos a consumidores	(3.314.496)	(3.677.853)
SALDO LÍQUIDO	1.544.260	1.519.375

Efeitos no resultado dos trimestres	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
Receita financeira (Nota 31)	2.610	11.244
PIS e Cofins sobre receita financeira	(121)	(523)
Imposto de renda e contribuição social	(846)	(3.645)
RESULTADO	1.643	7.076

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	964.311	-	964.311	913.158	-	913.158
Provisão para PLR	15.684	-	15.684	13.253	-	13.253
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	219.392	-	219.392	220.161	-	220.161
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12 (Nota 23)	1.811	-	1.811	1.811	-	1.811
Prejuízos fiscais	163.593	-	163.593	96.103	-	96.103
Base negativa de contribuição social	61.920	-	61.920	37.624	-	37.624
Outros	19.650	-	19.650	19.743	-	19.743
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	-	(462.258)	(462.258)	-	(379.611)	(379.611)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(610.557)	(610.557)	-	(576.247)	(576.247)
Custo atribuído Light Energia	-	(154.812)	(154.812)	-	(156.813)	(156.813)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(147.502)	(147.502)	-	(147.502)	(147.502)
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO	1.446.361	(1.375.129)	71.232	1.301.853	(1.260.173)	41.680
Apresentação pelo líquido	(949.285)	949.285	-	(851.884)	851.884	-
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO	497.076	(425.844)	71.232	449.969	(408.289)	41.680

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de março de 2021, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de março de 2021 em até seis anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
274.630	312.981	263.706	259.472	270.139	65.433	1.446.361

9.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	1º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(41.780)	166.692	(61.942)	253.641
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	14.205	(56.675)	21.060	(86.238)
Equivalência patrimonial	(13.006)	58.091	(1.071)	(683)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(1.199)	(779)	(1.199)	(779)
Incentivos fiscais ^(a)	-	-	6	5
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as adições e exclusões permanentes	-	(637)	1.366	746
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-	-	20.162	(86.949)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(9.390)	(6.490)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	29.552	(80.459)

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$172.556 (R\$170.210 em 31 de dezembro de 2020), tendo em vista as incertezas na sua realização.

10. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a fornecedores	12.261	-	12.261	6.390	-	6.390
Contribuição iluminação pública	155.050	-	155.050	142.238	-	142.238
Dispêndios a reembolsar	14.600	-	14.600	14.460	-	14.460
Desativações e alienações em curso	108.337	-	108.337	83.076	-	83.076
Subvenções governamentais ^(a)	67.919	-	67.919	50.473	-	50.473
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	40.000	120.000	160.000	40.000	120.000	160.000
Outros	3.753	-	3.753	2.763	-	2.763
TOTAL	401.920	120.000	521.920	339.400	120.000	459.400

^(a) Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986, quando vigorava o congelamento de preços do Plano Cruzado. Os Decretos-lei 2.283 e 2.284, respectivamente emitidos em fevereiro e março de 1986, foram explícitos acerca do estabelecimento de travas de preços, contudo Furnas majorou os valores das tarifas de suprimentos para a controlada Light SESA.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021 e; (iii) R\$120.000, em parcela única, vencendo em 18 de março de 2022.

Para a parcela de R\$120.000, Furnas listou uma série de 22 ativos que poderão ser dados como parte do pagamento, sujeitos, todavia à aprovação da ANEEL, e se forem homologados passarão a integrar a base regulatória da controlada Light SESA. Neste caso, serão monetizados por meio do emprego em suas atividades operacionais.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a restituir relativos a ativos e passivos financeiros do setor incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Segue abaixo a composição do saldo de ativos e passivos financeiros do setor em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado							
	31.03.2021							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(37.995)	957	-	22.014	-	22.971	(37.995)
Custo de aquisição de energia	206.960	-	5.699	-	131.082	-	343.741	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(77.042)	8.124	-	186.846	-	194.970	(77.042)
PROINFA	5.035	-	-	-	-	-	5.035	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	14.696	-	345	-	7.930	-	22.971	-
Transporte de energia pela rede básica	151.916	-	3.749	-	86.235	-	241.900	-
Itens da Parcela A	378.607	(115.037)	18.874	-	434.107	-	831.588	(115.037)
Outros itens financeiros ^(a)	-	(799.982)	1.265	(1.600)	29.111	(36.798)	30.376	(838.380)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	(88.034)	1.097	-	25.203	-	26.300	(88.034)
Neutralidade da Parcela A	37.646	-	-	(1.064)	-	(24.465)	37.646	(25.529)
Devoluções tarifárias	-	(29.341)	-	(148)	-	(3.411)	-	(32.900)
Itens financeiros	37.646	(917.357)	2.362	(2.812)	54.314	(64.674)	94.322	(984.843)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	416.253	(1.032.394)	21.236	(2.812)	488.421	(64.674)	925.910	(1.099.880)
Apresentação pelo líquido	(416.253)	416.253	(2.812)	2.812	(64.674)	64.674	(483.739)	483.739
Ativos financeiros do setor, líquido	-	(616.141)	18.424	-	423.747	-	442.171	(616.141)

^(a) Em 31 de março de 2021, o componente financeiro negativo é composto basicamente pela devolução dos créditos do PIS/COFINS no montante de R\$338.762, bem como outros itens financeiros homologados.

Consolidado								
31.12.2020								
Circulante				Não circulante		Total		
Valores homologados ^(a)		Próximos reajustes		Próximos reajustes				
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	64.884	-	17.075	-	81.959	-
Custo de aquisição de energia	-	-	-	(141.391)	-	(37.208)	-	(178.599)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	-	151.035	-	39.746	-	190.781	-
PROINFA	-	-	3.750	-	987	-	4.737	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	(2.595)	-	(684)	-	(3.279)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	22.969	-	6.045	-	29.014	-
Itens da Parcela A	-	-	242.638	(143.986)	63.853	(37.892)	306.491	(181.878)
Outros itens financeiros	-	-	-	(237.503)	-	(62.501)	-	(300.004)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	112.840	-	29.694	-	142.534	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	109.902	-	28.922	-	138.824	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	(25.530)	-	(6.718)	-	(32.248)
Itens financeiros	-	-	222.742	(263.033)	58.616	(69.219)	281.358	(332.252)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	-	-	465.380	(407.019)	122.469	(107.111)	587.849	(514.130)
Apresentação pelo líquido	-	-	(407.019)	407.019	(107.111)	107.111	(514.130)	514.130
Ativos financeiros do setor, líquido	-	-	58.361	-	15.358	-	73.719	-

^(a) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos homologados encontram-se zerados por conta do recebimento da Conta-Covid.

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor no primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

SALDO EM 31.12.2020	73.719
Constituição ^(a)	197.063
Amortização ^(a)	(43.429)
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(17.616)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de Pis/Cofins ^(b)	(374.196)
Atualização Selic (Nota 31)	(9.511)
SALDO EM 31.03.2021	(173.970)
SALDO EM 31.12.2019	662.067
Constituição ^(a)	94.512
Amortização ^(a)	(133.195)
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(7.453)
Atualização Selic (Nota 31)	3.960
SALDO EM 31.03.2020	619.891

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide nota explicativa 29), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores.

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

	31.03.2021			31.12.2020		
	Homologado pela ANEEL no reajuste de 09.03.2021	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela ANEEL no reajuste de 10.03.2020	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	(631.543)	-	(631.543)	512.386	-	512.386
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	44.743	445.730	490.473	(512.386)	105.967	(406.419)
Devoluções tarifárias ^(a)	(29.341)	(3.559)	(32.900)	-	(32.248)	(32.248)
SALDO	(616.141)	442.171	(173.970)	-	73.719	73.719

^(a) Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

11.1 Reajuste tarifário 2021

Em 09 de março de 2021 foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória 2.835/2021, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,75%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 18,39%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 11,64%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde, dentre outros, foi considerado a devolução integral dos recursos recebidos da Conta-Covid, bem como início do processo de devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2021.

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Movimentação dos saldos, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, no primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

	Consolidado		
	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313
Adições ^(a)	65.585	(2.308)	63.277
Valor justo - atualização VNR (Nota 29)	125.044	(24.132)	100.912
Baixas	(5.819)	-	(5.819)
SALDO EM 31.03.2021	6.626.377	(1.270.694)	5.355.683

	Consolidado		
	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2019	5.924.655	(1.176.361)	4.748.294
Adições ^(a)	26.804	(1.515)	25.289
Valor justo - atualização VNR (Nota 29)	77.345	(15.556)	61.789
Baixas	(760)	-	(760)
SALDO EM 31.03.2020	6.028.044	(1.193.432)	4.834.612

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 (ICPC 01) (vide notas explicativas 13 e 16).

13. ATIVO DE CONTRATO

Consolidado	Consolidado		
	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368
Adições	196.004	(3.546)	192.458
Transferências para intangível	(87.763)	2.896	(84.867)
SALDO EM 31.03.2021	1.153.641	(62.682)	1.090.959

Consolidado	Consolidado		
	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2019	561.086	(64.133)	496.953
Adições	155.211	(1.651)	153.560
Transferências para intangível	(37.078)	2.004	(35.074)
SALDO EM 31.03.2020	679.219	(63.780)	615.439

No primeiro trimestre de 2021, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$9.256 (R\$8.035 no primeiro trimestre de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

14. INVESTIMENTOS

	% de Participações	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Avaliados por equivalência patrimonial					
Light SESA	100,0%	6.876.873	5.637.546	-	-
Light Energia	100,0%	776.436	735.608	-	-
Lightcom	100,0%	119.623	94.445	-	-
Light Soluções	100,0%	1.214	1.253	-	-
Light Conecta	100,0%	48.338	49.020	-	-
UHE Itaocara ^(a)	51,0%	-	-	(31.109)	(30.823)
Axxiom ^(b)	51,0%	3.864	4.617	3.864	4.617
Amazônia Energia ^(b)	25,5%	328.253	330.364	328.253	330.364
Instituto Light	100,0%	8	8	-	-
SUBTOTAL		8.154.609	6.852.861	301.008	304.158
Outros investimentos permanentes ^(c)		-	-	31.185	31.260
SUBTOTAL		-	-	31.185	31.260
Total de participações societárias a descoberto		-	-	31.109	30.823
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		8.154.609	6.852.861	363.302	366.241

^(a) Empresa em fase pré-operacional.

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

^(c) Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo:

	%	Forma de avaliação	31.03.2021				
			Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Dividendos a receber
Light SESA	100,0	Consolidado	22.723.253	5.486.365	6.876.873	(100.673)	(65.276)
Light Energia	100,0	Consolidado	4.635.057	77.422	776.436	40.828	(189.059)
Lightcom	100,0	Consolidado	211.380	120.000	119.623	25.178	-
Light Soluções	100,0	Consolidado	1.864	3.500	1.214	(39)	(498)
Light Conecta	100,0	Consolidado	83.196	139.397	48.338	(682)	-
UHE Itaocara	51,0	Equivalência patrimonial	12.586	71.708	(60.998)	(560)	-
Axxiom	51,0	Equivalência patrimonial	37.743	65.165	7.576	(1.477)	-
Amazônia Energia	25,5	Equivalência patrimonial	1.289.173	1.322.698	1.287.267	(8.278)	-
Instituto Light	100,0	Consolidado	8	350	8	-	-

	%	Forma de avaliação	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
			31.03.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
Light SESA	100,0	Consolidado	6.876.873	5.637.546	(100.673)	61.964
Light Energia	100,0	Consolidado	776.436	735.608	40.828	93.469
Guanhães Energia ^(a)	51,0	Equivalência patrimonial	-	-	-	10
Lightcom	100,0	Consolidado	119.623	94.445	25.178	17.048
Light Soluções	100,0	Consolidado	1.214	1.253	(39)	(10)
Lightger ^(a)	51,0	Equivalência patrimonial	-	-	-	1.936
Light Conecta	100,0	Consolidado	48.338	49.020	(682)	(1.043)
UHE Itaocara	51,0	Equivalência patrimonial	(31.109)	(30.823)	(286)	(200)
Axxiom	51,0	Equivalência patrimonial	3.864	4.617	(753)	(189)
Amazônia Energia	25,5	Equivalência patrimonial	328.253	330.364	(2.111)	(2.319)
Instituto Light	100,0	Consolidado	8	8	-	-

^(a) Em 31 de dezembro de 2020 esses investimentos passaram a ser classificados como ativos mantidos para venda conforme nota explicativa 4.

Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) no primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

	Controladora			
	31.12.2020	Aumento de capital ^(a)	Equivalência patrimonial	31.03.2021
Light SESA	5.637.546	1.340.000	(100.673)	6.876.873
Light Energia	735.608	-	40.828	776.436
Lightcom	94.445	-	25.178	119.623
Light Soluções	1.253	-	(39)	1.214
Light Conecta	49.020	-	(682)	48.338
Axxiom	4.617	-	(753)	3.864
Amazônia Energia	330.364	-	(2.111)	328.253
Instituto Light	8	-	-	8
TOTAL	6.852.861	1.340.000	(38.252)	8.154.609

^(a) Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

	Controladora						
	31.12.2019	Aumento de capital	Baixa de custo atribuído	Transferência de dividendos para reserva especial ^(a)	Equivalência patrimonial		31.03.2020
					Outros	Resultado	
Light SESA	5.157.566	-	-	273.922	-	61.964	5.493.452
Light Energia	502.863	-	(14)	-	-	93.469	596.318
Lightcom	56.492	-	-	-	-	17.048	73.540
Light Soluções	1.287	-	-	-	-	(10)	1.277
Lightger	48.384	-	-	-	-	1.936	50.320
Light Conecta	59.604	-	-	-	1	(1.043)	58.562
Axxiom	13.526	-	-	-	1	(189)	13.338
Amazônia Energia	351.818	26	-	-	-	(2.319)	349.525
TOTAL	6.191.540	26	(14)	273.922	2	170.856	6.636.332

^(a) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da controlada Light SESA, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatória de 2019 em decorrência das incertezas da COVID-19 e da situação financeira da controlada Light SESA mediante a criação da reserva especial.

	Consolidado		
	31.12.2020	Equivalência patrimonial	31.03.2021
Axxiom	4.617	(753)	3.864
Amazônia Energia	330.364	(2.111)	328.253
Light Conecta			
UHE Itaipava	(30.823)	(286)	(31.109)
TOTAL	304.158	(3.150)	301.008

	Consolidado				
	31.12.2019	Aumento de capital	Equivalência patrimonial		31.03.2020
			Outros	Resultado	
Light Energia					
Guanhães Energia	136.426	-	(382)	10	136.054
Lightger	48.384	-	-	1.936	50.320
Axxiom	13.526	-	1	(189)	13.338
Amazônia Energia	351.818	26	-	(2.319)	349.525
Light Conecta					
UHE Itaipava	(21.835)	-	(864)	(200)	(22.899)
TOTAL	528.319	26	(1.245)	(762)	526.338

Abaixo, os saldos integrais patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, e o resultado do primeiro trimestre de 2021 e de 2020 das principais controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

31.03.2021	Axxiom	Amazônia	UHE Itaipava
ATIVO			
Caixa e equivalente de caixa	181	52	1.766
Outros	17.186	14	116
Circulante	17.367	66	1.882
Não circulante	20.376	1.289.107	10.704
TOTAL DO ATIVO	37.743	1.289.173	12.586
PASSIVO			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.015	-	-
Outros	17.112	1.807	73.584
Circulante	24.127	1.807	73.584
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.422	-	-
Outros	4.617	100	-
Não circulante	6.039	100	-
Patrimônio líquido	7.577	1.287.266	(60.998)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.743	1.289.173	12.586

1º Trimestre de 2021	Axxiom	Amazônia	UHE Itaipava
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita líquida de vendas	8.036	-	-
Custos das vendas	(8.293)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(257)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(1.111)	(1.300)	(576)
Outras despesas	100	-	-
Resultado financeiro líquido	(149)	(6.978)	16
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL	(1.417)	(8.278)	(560)
Imposto de renda e contribuição social	(60)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(1.477)	(8.278)	(560)

31.12.2020	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	UHE Itaocara
ATIVO					
Caixa e equivalente de caixa	2.937	101	80.173	5.939	2.465
Outros	16.944	15	23.335	7.361	184
Circulante	19.881	116	103.508	13.300	2.649
Não circulante	20.705	1.296.085	128.937	404.588	10.429
TOTAL DO ATIVO	40.586	1.296.201	232.445	417.888	13.078
PASSIVO					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.210	-	8.579	12.674	-
Outros	17.575	557	63.506	13.990	73.516
Circulante	24.785	557	72.085	26.664	73.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.422	-	54.613	114.835	-
Outros	5.325	100	23	9.522	-
Não circulante	6.747	100	54.636	124.357	-
Patrimônio líquido	9.054	1.295.544	105.724	266.867	(60.438)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.586	1.296.201	232.445	417.888	13.078

1º Trimestre de 2020	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	UHE Itaocara
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Receita líquida de vendas	11.396	-	12.000	12.948	-
Custos das vendas	(10.116)	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	1.280	-	12.000	12.948	-
Despesas gerais e administrativas	(1.375)	(51)	(5.865)	(9.349)	(392)
Outras despesas	(265)	(4)	-	-	-
Resultado financeiro líquido	-	(9.038)	(1.617)	(3.151)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL	(360)	(9.093)	4.518	448	(392)
Imposto de renda e contribuição social	(11)	-	(721)	(428)	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(371)	(9.093)	3.797	20	(392)

14.1 Amazônia Energia

Riscos relacionados a leis e regulamentos na investida indireta Norte Energia S.A.

Desde 2014, o Ministério Público Federal vem investigando irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e apontou um amplo esquema de pagamentos indevidos. Neste contexto, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, dentre estes a Norte Energia, responsável pela construção da UHE Belo Monte.

O Grupo Eletrobras, que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobras participam de forma corporativa ou minoritária.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da Norte Energia. Foi concluído que o montante atribuído a eventuais superfaturamentos provenientes de subornos e/ou de licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, foi de R\$183.000 na Norte Energia, gerando um efeito de R\$4.559 na Companhia. O impacto foi integralmente reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

14.2 Guanhões Energia

Investigações conduzidas por autoridades públicas sobre a aquisição ocorrida na controlada em conjunto indireta Guanhões Energia

Em 04 de setembro de 2018 e em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando informações sobre a aquisição ocorrida em 2012 da participação de 51% do capital da controlada em conjunto Guanhões Energia, anteriormente detido pela Investminas Participações S.A. ("Investminas"). As informações solicitadas incluem a taxa de retorno, investimentos realizados e comprovantes de pagamentos, entre outros. Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhões Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. ("Investminas") e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhões Energia. A Companhia respondeu aos referidos ofícios tempestivamente e reitera desconhecimento de qualquer irregularidade no processo de aquisição da participação na Guanhões Energia.

14.3 Acordo para venda de participações de controladas em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 4, em 18 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. e Lightger S.A.

Mesmo após o fim da exclusividade, a Companhia e a Brasal continuam as negociações das cláusulas dos contratos de compra e venda de ações. Caso tais negociações sejam bem-sucedidas, a conclusão efetiva das transações dependerá ainda do cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, tais como a obtenção de anuência de autoridades regulatórias e concorrenciais e de terceiros.

15. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31.03.2021				31.12.2020
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	2.952.790	(1.948.483)	1.004.307	1.015.132
Transmissão	4,02	58.346	(38.515)	19.831	20.083
Distribuição	4,69	21.251	(20.657)	594	625
Administração	7,96	505.679	(326.504)	179.175	168.358
Comercialização	7,96	10.258	(8.853)	1.405	7.662
EM SERVIÇO		3.548.324	(2.343.012)	1.205.312	1.211.860
Geração		351.245	-	351.245	334.455
Administração		97.778	-	97.778	108.900
EM CURSO		449.023	-	449.023	443.355
TOTAL		3.997.347	(2.343.012)	1.654.335	1.655.215

Segue abaixo a mutação do imobilizado no primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

	Consolidado				Saldos em 31.03.2021
	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Transferências para serviço	
IMOBILIZADO EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.954	-	(105)	-	104.849
Reservatório, barragens e adutoras	1.340.729	-	-	-	1.340.729
Edificações, obras civis e benfeitorias	304.007	-	-	643	304.650
Máquinas e equipamentos	1.682.963	-	(8.970)	19.572	1.693.565
Veículos	14.228	-	-	-	14.228
Móveis e utensílios	95.643	-	-	2	95.645
Obrigações especiais	(5.342)	-	-	-	(5.342)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - CUSTO	3.537.182	-	(9.075)	20.217	3.548.324
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(944.985)	(4.523)	-	-	(949.508)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(203.851)	(1.398)	-	-	(205.249)
Máquinas e equipamentos	(1.077.365)	(14.163)	2.769	-	(1.088.759)
Veículos	(13.912)	(104)	-	-	(14.016)
Móveis e utensílios	(85.629)	(310)	-	-	(85.939)
Obrigações especiais	420	39	-	-	459
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - DEPRECIAÇÃO	(2.325.322)	(20.459)	2.769	-	(2.343.012)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	1.211.860	(20.459)	(6.306)	20.217	1.205.312
IMOBILIZADO EM CURSO					
Terreno	350	-	-	-	350
Reservatório, barragens e adutoras	57.123	9.623	(22)	-	66.724
Edificações, obras civis e benfeitorias	60.775	1.882	-	(643)	62.014
Máquinas e equipamentos	268.131	14.778	(507)	(19.574)	262.828
Veículos	30	-	-	-	30
Móveis e utensílios	124	-	-	-	124
Estudos e projetos	56.822	131	-	-	56.953
Obrigações especiais	-	-	-	-	-
TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO	443.355	26.414	(529)	(20.217)	449.023
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.655.215	5.955	(6.835)	-	1.654.335

	Consolidado				Saldos em 31.03.2020
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências para serviço	
IMOBILIZADO EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.954	-	-	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.340.729	-	-	-	1.340.729
Edificações, obras civis e benfeitorias	303.747	-	-	43	303.790
Máquinas e equipamentos	1.658.145	-	(1.081)	12.994	1.670.058
Veículos	14.279	-	-	-	14.279
Móveis e utensílios	95.426	-	-	13	95.439
Obrigações especiais	(3.096)	-	-	-	(3.096)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - CUSTO	3.514.184	-	(1.081)	13.050	3.526.153
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(926.891)	(4.523)	-	-	(931.414)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(198.237)	(1.411)	-	-	(199.648)
Máquinas e equipamentos	(1.022.722)	(14.037)	1.028	-	(1.035.731)
Veículos	(13.484)	(122)	-	-	(13.606)
Móveis e utensílios	(84.359)	(323)	-	-	(84.682)
Obrigações especiais	333	22	-	-	355
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - DEPRECIÇÃO	(2.245.360)	(20.394)	1.028	-	(2.264.726)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	1.268.824	(20.394)	(53)	13.050	1.261.427
IMOBILIZADO EM CURSO					
Terreno	452	-	-	-	452
Reservatório, barragens e adutoras	14.905	1.112	-	-	16.017
Edificações, obras civis e benfeitorias	47.352	2.416	-	(173)	49.595
Máquinas e equipamentos	198.447	10.780	-	(12.863)	196.364
Veículos	20	-	-	-	20
Móveis e utensílios	421	-	-	(14)	407
Estudos e projetos	56.534	197	-	-	56.731
TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO	318.131	14.505	-	(13.050)	319.586
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.586.955	(5.889)	(53)	-	1.581.013

No primeiro trimestre de 2021, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$89 (R\$187 no primeiro trimestre de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

15.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor - gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

16. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31.03.2021			31.12.2020
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	7.846.654	(5.691.194)	2.155.460	2.246.770
Outros ^(a)	988.296	(894.401)	93.895	59.564
EM SERVIÇO	8.834.950	(6.585.595)	2.249.355	2.306.334
Extensão da concessão - Lei 14.052/2020	433.829	-	433.829	433.829
Outros ^(a)	121.885	-	121.885	158.425
EM CURSO	555.714	-	555.714	592.254
TOTAL INTANGÍVEL	9.390.664	(6.585.595)	2.805.069	2.898.588

^(a) Inclui basicamente softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível no primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

	Consolidado					Saldos em 31.03.2021
	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Transferência do ativo de contrato	
EM SERVIÇO						
Direito de uso da concessão	8.488.592	-	(11.082)	(70.536)	87.763	8.494.737
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	(647.495)	-	-	2.308	(2.896)	(648.083)
	7.841.097	-	(11.082)	(68.228)	84.867	7.846.654
Outros	1.026.359	-	-	50.973	-	1.077.332
Obrigações especiais - outros	(89.036)	-	-	-	-	(89.036)
	937.323	-	-	50.973	-	988.296
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - CUSTO	8.778.420	-	(11.082)	(17.255)	84.867	8.834.950
(-) Amortização						
Direito de uso da concessão	(5.913.414)	(119.659)	7.860	-	-	(6.025.213)
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	319.087	14.932	-	-	-	334.019
	(5.594.327)	(104.727)	7.860	-	-	(5.691.194)
Outros	(898.161)	(17.484)	-	-	-	(915.645)
Obrigações especiais - outros	20.402	842	-	-	-	21.244
	(877.759)	(16.642)	-	-	-	(894.401)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO	(6.472.086)	(121.369)	7.860	-	-	(6.585.595)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	2.306.334	(121.369)	(3.222)	(17.255)	84.867	2.249.355
EM CURSO						
Extensão da concessão	433.829	-	-	-	-	433.829
Outros	158.425	9.482	-	(46.022)	-	121.885
Obrigações especiais - outros	-	-	-	-	-	-
	592.254	9.482	-	(46.022)	-	555.714
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	592.254	9.482	-	(46.022)	-	555.714
TOTAL DO INTANGÍVEL	2.898.588	(111.887)	(3.222)	(63.277)	84.867	2.805.069

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide nota explicativa 12.

Consolidado

	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Transferência do ativo de contrato	Saldos em 31.03.2020
EM SERVIÇO						
Direito de uso da concessão	8.450.586	-	(5.590)	(26.829)	37.078	8.455.245
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	(645.149)	-	-	1.515	(2.004)	(645.638)
	7.805.437	-	(5.590)	(25.314)	35.074	7.809.607
Outros	1.008.356	-	-	14.345	-	1.022.701
Obrigações especiais - outros	(82.486)	-	-	-	-	(82.486)
	925.870	-	-	14.345	-	940.215
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - CUSTO	8.731.307	-	(5.590)	(10.969)	35.074	8.749.822
(-) Amortização						
Direito de uso da concessão	(5.465.497)	(119.978)	3.953	-	-	(5.581.522)
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	259.631	14.836	-	-	-	274.467
	(5.205.866)	(105.142)	3.953	-	-	(5.307.055)
Outros	(824.026)	(18.966)	-	-	-	(842.992)
Obrigações especiais - outros	17.204	792	-	-	-	17.996
	(806.822)	(18.174)	-	-	-	(824.996)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO	(6.012.688)	(123.316)	3.953	-	-	(6.132.051)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	2.718.619	(123.316)	(1.637)	(10.969)	35.074	2.617.771
EM CURSO						
Outros	118.296	11.706	-	(14.320)	-	115.682
	118.296	11.706	-	(14.320)	-	115.682
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	118.296	11.706	-	(14.320)	-	115.682
TOTAL DO INTANGÍVEL	2.836.915	(111.610)	(1.637)	(25.289)	35.074	2.733.453

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide nota explicativa 12.

16.1 Repactuação do GSF na controlada Light Energia

Em 08 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052/2020 (“Lei 14.052”), que aprovou as novas condições para a repactuação do risco hidrológico assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A referida Lei foi regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 895 em 1º de dezembro de 2020 (“RN 895”), estabelecendo a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do MRE.

A Lei 14.052 e a regulamentação da ANEEL reconheceram como indevidos o deslocamento hidrelétrico provocado pela geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes (antecipação da garantia física), restrição ao escoamento de energia por atraso nas obras de transmissão e a geração térmica fora da ordem de mérito (GFOM).

Como resultado da aprovação da nova regulamentação, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão à repactuação do GSF nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20, regulada pela RN 895, onde, dentre outras, a União exige a liquidação dos saldos de GSF a pagar, a desistência em caráter irrevogável das ações judiciais e, como compensação, será concedida a extensão do prazo de concessão das outorgas pelo período suficiente para a recuperação dos valores compensatórios.

Os montantes financeiros nos períodos em que a usina hidrelétrica esteve protegida por decisão judicial foram atualizados pelo IPCA, bem como pela taxa de capitalização (Ke) de 9,63% a.a., até o último mês contabilizado pela CCEE de acordo com as regras de comercialização.

Como consequência, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2020 um ativo intangível no montante de R\$433.829 em contrapartida a recuperação de custos de energia elétrica, que equivale a um prazo de extensão de aproximadamente dois anos em seu prazo de concessão, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação, cuja efetivação ocorrerá após a homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo dos valores de ressarcimento que a Companhia tem o direito a receber, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e os parâmetros de atualização dispostos acima. Esses valores estão consistentes com os montantes divulgados pela CCEE no dia 02 de março de 2021.

17. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Comercialização no mercado de curto prazo	2.156.115	2.174.801
Encargos de uso da rede elétrica	125.107	130.308
Energia livre - ressarcimento às geradoras ^(a)	114.676	114.121
Leilões de energia	358.770	369.361
Itaipu binacional	285.824	265.699
UTE Norte Fluminense	192.982	192.982
Materiais e serviços	180.646	192.495
TOTAL	3.414.120	3.439.767

^(a) A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela SELIC.

Ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1

Em 31 de março de 2021, a controlada Light Energia possuía um saldo em aberto de R\$1.918.220 (R\$1.786.700 em 31 de dezembro de 2020) na rubrica “comercialização no mercado de curto prazo” referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1 (vide nota explicativa 32). Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Companhia apresenta um saldo a receber de R\$578.932 (R\$832.021 em 31 de dezembro de 2020), resultando em um passivo líquido, em 31 de março de 2020, de R\$1.339.288 (passivo líquido de R\$954.679, em 31 de dezembro de 2020). Em 06 de abril de 2021, a controlada Light Energia realizou a liquidação do montante em aberto com a CCEE, conforme descrito na nota explicativa 34.

18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar ^(a)	104.511	128.245	232.756	121.554	120.374	241.928
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.620	65.153	88.773	23.741	71.399	95.140
PIS e COFINS a pagar	8.094	-	8.094	10.754	-	10.754
INSS	377	-	377	390	-	390
Outros	8.801	-	8.801	10.486	-	10.486
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	145.403	193.398	338.801	166.925	191.773	358.698
IRRF a pagar	464	-	464	1.533	-	1.533
Provisão de IRPJ / CSLL	226	-	226	285	-	285
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	690	-	690	1.818	-	1.818
TOTAL	146.093	193.398	339.491	168.743	191.773	360.516

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador	Controlada	Consolidado						Total 31.03.2021	Total 31.12.2020
		Circulante			Não circulante				
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total			
TN - Par Bond	Light SESA	-	6.301	6.301	221.736	221.736	228.037	204.865	
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(213.311)	(213.311)	(213.311)	(194.568)	
TN - Discount Bond	Light SESA	-	1.624	1.624	154.720	154.720	156.344	141.809	
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(148.295)	(148.295)	(148.295)	(135.265)	
4131 Citibank 2019	Light SESA	455.783	398	456.181	-	-	456.181	416.087	
Bonds	Light SESA	-	43.853	43.853	1.481.298	1.481.298	1.525.151	1.366.652	
4131 Citibank 2019	Light Energia	455.783	361	456.144	-	-	456.144	416.057	
Bonds	Light Energia	-	21.926	21.926	740.649	740.649	762.575	683.326	
Subtotal - Moeda estrangeira		911.566	74.463	986.029	2.236.797	2.236.797	3.222.826	2.898.963	
Custo de captação		-	-	-	(12.123)	(12.123)	(12.123)	(13.521)	
Custos - Moeda estrangeira		-	-	-	(12.123)	(12.123)	(12.123)	(13.521)	
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		911.566	74.463	986.029	2.224.674	2.224.674	3.210.703	2.885.442	
CCB - IBM 2019	Light SESA	167	-	167	-	-	167	416	
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	-	-	-	-	-	-	8.335	
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	-	-	-	-	-	-	5.668	
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	-	-	-	-	-	-	51.230	
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	-	-	-	-	-	-	171	
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	-	-	-	-	-	-	116	
BNDES - Capex 2017/18	Light SESA	-	-	-	-	-	-	226.341	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	-	-	-	-	-	-	2.427	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	-	-	-	-	-	-	2.440	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	-	-	-	-	-	-	1.881	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	-	-	-	-	-	-	4.828	
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	-	-	-	-	-	-	448	
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	23.193	47	23.240	3.865	3.865	27.105	32.914	
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	100.000	9.854	109.854	100.000	100.000	209.854	208.212	
FIDC 2018 Série A	Light SESA	193.805	1.211	195.016	507.134	507.134	702.150	747.669	
FIDC 2018 Série B	Light SESA	90.437	784	91.221	203.483	203.483	294.704	309.635	
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	5.000	40	5.040	12.500	12.500	17.540	18.785	
BNDES Conecta	Light Conecta	139	1	140	220	220	360	395	
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	47	47	-	-	47	60	
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(38.530)	(38.530)	(38.530)	(38.046)	
Retenção FIDC	Light SESA	(26.055)	-	(26.055)	-	-	(26.055)	(26.668)	
Subtotal - Moeda nacional		386.686	11.984	398.670	788.672	788.672	1.187.342	1.557.257	
Custo de captação		(8.833)	-	(8.833)	(16.884)	(16.884)	(25.717)	(31.970)	
Custos - Moeda nacional		(8.833)	-	(8.833)	(16.884)	(16.884)	(25.717)	(31.970)	
MOEDA NACIONAL - TOTAL		377.853	11.984	389.837	771.788	771.788	1.161.625	1.525.287	
TOTAL		1.289.419	86.447	1.375.866	2.996.462	2.996.462	4.372.328	4.410.729	

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2021:

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	7,28%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US\$ Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	1,02%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US\$ Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
4131 Citibank 2019	Light SESA	05.09.2019	US\$	CDI + 1,50%	3,74%	Anual	Mar/2020	Set/2021
Bonds	Light SESA	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	3,16%	Única	Mai/2023	Mai/2023
4131 Citibank 2019	Light Energia	04.09.2019	US\$	CDI + 1,30%	3,54%	Única	Set/2021	Set/2021
Bonds	Light Energia	03.05.2018	US\$	143,01% do CDI	3,16%	Única	Mai/2023	Mai/2023
CCB - IBM 2019	Light SESA	09.05.2019	R\$	CDI	2,21%	Mensal	Mai/2019	Mai/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub A ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Mar/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	N/A	Mensal	Abr/2015	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E ^(b)	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2017/18 ^(b)	Light SESA	28.12.2018	R\$	IPCA + 6,14%	N/A	Mensal	Jun/2019	Abr/2026
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H ^(b)	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP	N/A	Mensal	Jan/2019	Dez/2021
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mensal	Mai/2016	Mai/2022
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	3,49%	Anual	Dez/2020	Mai/2022
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	3,44%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	12,20%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
CCB Santander Lajes	Lajes Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	4,66%	Mensal	Out/2020	Set/2024
BNDES Conecta	Light Conecta	10.10.2018	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	Out/2018	Out/2023

^(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de *swap*.

^(b) Liquidados ao longo do período de 2021.

A principal operação financeira no primeiro trimestre de 2021 foi:

- Em 26 de fevereiro de 2021, a controlada Light SESA efetuou a amortização antecipada da totalidade do saldo devedor dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no montante total de R\$300.555, com custo médio de IPCA + 5,11% a.a.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de março de 2021, os empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*, tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A., emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$2.095.329 (R\$2.329.809 em 31 de dezembro de 2020).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees* de *covenants* (*waivers*), têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2022	333.067	-	333.067	468.356	-	468.356
2023	323.227	2.221.946	2.545.173	378.687	2.026.713	2.405.400
2024	132.378	14.851	147.229	183.163	13.546	196.709
2025	-	-	-	42.103	-	42.103
2026	-	-	-	14.035	-	14.035
TOTAL	788.672	2.236.797	3.025.469	1.086.344	2.040.259	3.126.603

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados no primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	4.371.387	39.342	4.410.729
Varição monetária e cambial	284.069	-	284.069
Encargos financeiros provisionados	-	66.523	66.523
Encargos financeiros pagos	-	(21.038)	(21.038)
Amortização do principal	(377.356)	-	(377.356)
Amortização do custo de captação	7.651	-	7.651
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	130	-	130
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
SALDO EM 31.03.2021	4.285.881	86.447	4.372.328

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	4.279.549	27.676	4.307.225
Varição monetária e cambial	661.207	-	661.207
Encargos financeiros provisionados	-	83.098	83.098
Encargos financeiros pagos	-	(35.113)	(35.113)
Amortização do principal	(153.000)	-	(153.000)
Custo de captação	(5.811)	-	(5.811)
Amortização do custo de captação	3.630	-	3.630
Cotas Subordinadas e Retenção - FIDC	(5.113)	-	(5.113)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	3.153	3.153
SALDO EM 31.03.2020	4.780.462	78.814	4.859.276

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 32.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de março de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

20. DEBÊNTURES

Consolidado								
Emissão	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.03.2021	31.12.2020
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	39.151	2.324	41.475	195.849	195.849	237.324	235.513
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	250.000	2.873	252.873	-	-	252.873	250.962
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	75.795	2.089	77.884	227.388	227.388	305.272	673.249
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	-	18.045	18.045	531.736	531.736	549.781	527.136
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	18.345	18.345	599.503	599.503	617.848	593.332
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	80.000	3.007	83.007	80.000	80.000	163.007	161.372
Debêntures 16ª Emissão Série 1	Light SESA	-	1.711	1.711	132.500	132.500	134.211	133.276
Debêntures 16ª Emissão Série 2	Light SESA	-	6.133	6.133	422.950	422.950	429.083	425.738
Debêntures 16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	935	935	62.500	62.500	63.435	62.925
Debêntures 17ª Emissão Série 1	Light SESA	-	7.823	7.823	500.400	500.400	508.223	503.960
Debêntures 17ª Emissão Série 2	Light SESA	-	838	838	50.000	50.000	50.838	50.382
Debêntures 17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	3.768	3.768	160.909	160.909	164.677	158.714
Debêntures 18ª Emissão	Light SESA	400.000	8.077	408.077	-	-	408.077	403.686
Debêntures 19ª Emissão	Light SESA	-	20.282	20.282	529.526	529.526	549.808	529.227
Debêntures 20ª Emissão	Light SESA	-	3.752	3.752	633.306	633.306	637.058	628.161
Debêntures 21ª Emissão	Light SESA	-	2.070	2.070	360.000	360.000	362.070	-
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	2.499	148	2.647	12.501	12.501	15.148	15.033
Subtotal - Debêntures		847.445	102.220	949.665	4.499.068	4.499.068	5.448.733	5.352.666
Custo de captação		(20.729)	-	(20.729)	(49.801)	(49.801)	(70.530)	(73.571)
Custo fee de covenants		(1.860)	-	(1.860)	(2.890)	(2.890)	(4.750)	(5.855)
Custos - Debêntures		(22.589)	-	(22.589)	(52.691)	(52.691)	(75.280)	(79.426)
TOTAL		824.856	102.220	927.076	4.446.377	4.446.377	5.373.453	5.273.240

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2021:

Emissão	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	3,42%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	3,39%	Anual	Mar/2018	Mai/2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	12,19%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	13,99%	Única	Out/2022	Out/2022
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	13,35%	Anual	Out/2024	Out/2025
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	4,46%	Anual	Out/2021	Out/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	3,13%	Única	Abr/2022	Abr/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	3,49%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
Debêntures 16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	3,59%	Única	Abr/2025	Abr/2025
Debêntures 17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	3,74%	Única	Out/2022	Out/2022
Debêntures 17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	4,00%	Anual	Out/2023	Out/2024
Debêntures 17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	11,67%	Anual	Out/2025	Out/2026
Debêntures 18ª Emissão	Light SESA	09.04.2020	R\$	CDI + 2,51%	4,78%	Única	Abr/2021	Abr/2021
Debêntures 19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	12,25%	Única	Jul/2025	Jul/2025
Debêntures 20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	11,50%	Única	Ago/2025	Ago/2025
Debêntures 21ª Emissão	Light SESA	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	4,87%	Anual	Jan/2023	Jan/2025
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	3,42%	Anual	Jun/2015	Jun/2026

As principais operações financeiras no primeiro trimestre de 2021 foram:

- Em 12 de fevereiro de 2021, ocorreu a liquidação da 21ª emissão de debêntures da controlada Light SESA no valor de R\$360.000. A operação tem o custo de CDI + 2,60% a.a. e vencimento em janeiro de 2025. Os recursos decorrentes desta debênture foram integralmente utilizados na realização da aquisição facultativa de debêntures da 2ª série da 9ª emissão da controlada Light SESA, cuja remuneração era de IPC-A + 5,74% a.a., bem como nos encargos relacionados.

Em 31 de março de 2021, a totalidade das debêntures emitidas pelas controladas da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A.

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
2022	1.399.981	1.496.254
2023	511.857	501.011
2024	697.864	570.622
2025	1.767.211	1.609.843
2026	122.155	120.208
TOTAL	4.499.068	4.297.938

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas no primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	5.212.984	60.256	5.273.240
Debêntures emitidas	360.000	-	360.000
Varição monetária	68.240	-	68.240
Encargos financeiros provisionados	-	53.677	53.677
Encargos financeiros pagos	-	(19.438)	(19.438)
Amortização do principal	(374.137)	-	(374.137)
Custo de emissão	(3.529)	-	(3.529)
Amortização custo de emissão	7.675	-	7.675
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	7.725	7.725
SALDO EM 31.03.2021	5.271.233	102.220	5.373.453

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	4.415.914	43.401	4.459.315
Varição monetária	31.550	-	31.550
Encargos financeiros provisionados	-	62.218	62.218
Encargos financeiros pagos	-	(2.672)	(2.672)
Amortização custo de emissão	5.601	-	5.601
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	5.070	5.070
SALDO EM 31.03.2020	4.453.065	108.017	4.561.082

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 32.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de março de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, cível e regulatória em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	95.925	312	96.237	99.072	383	99.455
Cíveis	212.748	81.634	294.382	208.524	84.933	293.457
Fiscais	172.179	30.994	203.173	172.012	30.890	202.902
Regulatórias	50.966	-	50.966	50.719	500	51.219
Outros	512	-	512	500	-	500
TOTAL	532.330	112.940	645.270	530.827	116.706	647.533

21.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para o primeiro trimestre de 2021 e de 2020, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	Total
SALDO EM 31.12.2020	99.072	208.524	172.012	50.719	500	530.827
Adições	1.012	52.250	-	-	-	53.262
Atualizações	-	2.890	167	247	12	3.316
Baixas por pagamentos	(1.587)	(50.788)	-	-	-	(52.375)
Baixas por reversões	(2.572)	(128)	-	-	-	(2.700)
SALDO EM 31.03.2021	95.925	212.748	172.179	50.966	512	532.330
Depósitos judiciais em 31.03.2021	15.262	5.434	28.424	-	-	49.120

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2019	120.914	198.658	55.783	47.124	422.479
Adições	6.610	82.023	-	-	88.633
Atualizações	-	2.663	34	477	3.174
Baixas por pagamentos	(2.273)	(65.497)	(27)	-	(67.797)
Baixas por reversões	(353)	(3.274)	-	-	(3.627)
SALDO EM 31.03.2020	124.898	214.573	55.790	47.601	442.862
Depósitos judiciais em 31.03.2020	20.593	3.585	4.579	-	28.757

Em 31 de março de 2021, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$241.123 (R\$242.132 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$49.120 (R\$48.300 em 31 de dezembro de 2020) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.03.2021	31.12.2020
Trabalhistas	59.884	59.842
Cíveis	109.840	111.968
Fiscais	71.399	70.322
TOTAL	241.123	242.132

Segue abaixo detalhamento das provisões para riscos:

21.1.1 Provisões trabalhistas

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.03.2021	31.12.2020
Funcionários próprios	50.720	53.044
Funcionários terceirizados	45.205	46.028
TOTAL	95.925	99.072

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

21.1.2 Provisões cíveis

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.03.2021	31.12.2020
Ações Cíveis ^(a)	167.860	169.681
Juizado Especial Cível ^(b)	32.747	27.031
Plano Cruzado ^(c)	12.141	11.812
TOTAL	212.748	208.524

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$640.069, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos. Em janeiro de 2021, o laudo pericial contábil foi homologado, tendo a Companhia recorrido de tal decisão. Atualmente, aguarda-se o julgamento de tal recurso, de modo que entende que a exposição do risco provável para a controlada Light SESA é de R\$87.285 (R\$84.697 em 31 de dezembro de 2020), sendo a diferença avaliada como risco de perda possível.
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 95,1% da quantidade total de processos provisionados.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

21.1.3 Provisões fiscais

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.03.2021	31.12.2020
ICMS - Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
ICMS - Ativo fixo ^(b)	92.227	92.179
Outros	33.720	33.601
TOTAL	172.179	172.012

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito remonta atualmente a R\$615.057 (R\$614.338 em 31 de dezembro de 2020). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a controlada Light SESA apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a controlada Light SESA. Aguarda-se o julgamento dos Recursos de Apelação interpostos por ambas as partes.
- (b) A controlada Light SESA possui provisionado o montante de R\$92.227 (92.179 em 31 de dezembro de 2020), referente à discussão relacionada à Lei nº 3.188/99, que, entre outras disposições, em seu artigo 2º, limitou o direito dos contribuintes do ICMS de utilizarem os créditos gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo. A controlada Light SESA decidiu pelo provisionamento em razão da decisão do STF, que negou provimento ao Recurso Extraordinário. A controlada Light SESA tem a intenção de aderir ao programa de anistia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar nº 189/2020, para efetuar o pagamento do débito à vista, com a redução de juros e multa.

21.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$47.242, por meio do despacho nº 2.909/2020. Atualmente, aguarda-se a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante considerado como perda provável em 31 de março de 2021 é de R\$45.337 (R\$45.118 em 31 de dezembro de 2020).
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 31 de março de 2021 é de R\$5.144 (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2020).

21.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação no primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2020	383	84.933	30.890	500	116.706
Adições	9	2.495	759	-	3.263
Atualizações	7	1.503	897	-	2.407
Baixas por pagamentos	(9)	(4.753)	(179)	(500)	(5.441)
Baixas por reversões	(78)	(2.544)	(1.373)	-	(3.995)
SALDO EM 31.03.2021	312	81.634	30.994	-	112.940

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2019	428	91.650	28.643	120.721
Adições	36	4.163	204	4.403
Atualizações	-	998	170	1.168
Baixas por pagamentos	(33)	(7.292)	(1.084)	(8.409)
Baixas por reversões	-	(2.101)	(48)	(2.149)
SALDO EM 31.03.2020	431	87.418	27.885	115.734

22. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020	
	Saldo	Quantidade de processos ^(a)	Saldo	Quantidade de processos ^(a)
Cíveis	1.345.858	42.292	785.414	44.615
Trabalhistas	322.325	1.208	300.529	1.171
Fiscais	8.275.094	787	8.258.185	775
TOTAL	9.943.277	44.287	9.344.128	46.561

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

22.1 Cíveis

- Irregularidades - A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, substancialmente, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. Em 31 de março de 2021, o montante referente às ações é de R\$170.739 (R\$184.385 em 31 de dezembro de 2020).
- Faturas - Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. Em 31 de março de 2021, o montante para estas ações é de R\$72.691 (R\$76.333 em 31 de dezembro de 2020).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. Em 31 de março de 2021, o montante referente às ações é de R\$34.813 (R\$34.466 em 31 de dezembro de 2020).

- Interrupção e suspensão - A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença, foi adicionando o montante de R\$553.784. Para maiores informações vide nota explicativa 21.1.2 (a). Em 31 de março de 2021, o montante referente às ações é de R\$583.753 (R\$31.408 em 31 de dezembro de 2020).
- Equipamentos e redes – A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos por ela utilizados para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. Em 31 de março de 2021, o montante referente às ações é de R\$20.206 (R\$18.787 em 31 de dezembro de 2020).
- No último trimestre de 2011, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ajuizou a ação 0477418-58.2011.8.19.0001 pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor histórico total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório do ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia. Em 31 de março de 2021, a exposição do risco é de R\$101.587 (R\$94.600 em 31 de dezembro de 2020).
- A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória 0002731-81.2011.8.19.0000 movida pela CSN, através da qual a siderúrgica visa desconstituir o acórdão proferido nos autos da ação de repetição de indébito nº 1995.001.073862-2, cuja discussão era acerca da legalidade das Portarias nºs 38, de 27 de fevereiro de 1986, e 45, de 04 de março de 1986, editadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, que promoveram o reajuste de tarifas de energia elétrica de determinada classe de unidade consumidora, em que a Companhia saiu vencedora. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o recurso da CSN foi provido para dar provimento à ação rescisória, tendo a Light interposto Recurso Extraordinário, o qual se encontra em fase de juízo de admissibilidade perante o Supremo Tribunal Federal. Em 31 de março de 2021, a exposição do risco é de R\$287.311 (R\$269.436 em 31 de dezembro de 2020).

- No último trimestre de 2015, a controlada Light SESA ajuizou ação em face a ANEEL, processo 0067839-37.2015.4.01.3400, visando a anulação dos Despachos números 1.839/2015 e 3.641/2015, ambos proferidos pelo Diretor-Geral da ANEEL. Controvérsia entre a ANEEL e a controlada Light SESA acerca do cálculo dos valores repassados via Conta de Compensação de Variação de Valores dos Itens da "Parcela A" - CVA, relativos à energia comprada pela controlada Light SESA da Usina Termelétrica Norte Fluminense, quando do reajuste tarifário de 2011. A ANEEL entendeu que teria ocorrido repasse a maior de CVA à controlada Light SESA nos anos de 2006, 2007 e 2008, cabendo restituição retroativa aos consumidores de valores supostamente pagos em excesso. Foi proferida sentença julgando procedente o pedido da controlada Light SESA, para (i) declarar a ilegalidade do recálculo retroativo das tarifas praticadas nos anos 2006, 2007 e 2008, pela ausência de equívocos no repasse tarifário da CVA relativo à UTE Norte Fluminense; e (ii) determinar a devolução imediata à controlada Light SESA do montante equivalente ao componente financeiro negativo já aplicado às tarifas dos seus consumidores desde novembro de 2015, devidamente atualizado. Aguarda-se o julgamento do recurso no TRF. Em 31 de março de 2021, a exposição do risco é de R\$37.223 (R\$37.223 em 31 de dezembro de 2020).
- Duas ações cíveis envolvendo o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo *Generation Scaling Factor* - GSF. A ação ordinária, movida em conjunto pelas controladas Light Energia e Lightger e pela empresa Aliança Geração de Energia S.A, processo nº 38848-51.2015.4.013400, com o objetivo de questionar a exposição financeira decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1. Na referida demanda, foi antecipado os efeitos da tutela, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder o ajuste do MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física. Foi prolatada sentença favorável na ação sobre o GSF, para limitação do risco hidrológico em 95%, tendo a ANEEL recorrido da referida decisão. O valor do GSF relativo à Light Energia vem sendo devidamente provisionados na rubrica de fornecedores e/ou clientes, em contrapartida ao resultado, embora os pagamentos não estejam sendo realizados em função dos efeitos da referida liminar.

Inobstante a decisão acima, foi necessário, também, o ajuizamento de um Mandado de Segurança, processo nº 1005338-30.2015.4.01.3400, com o objetivo de proteger as controladas Light Energia e Lightger dos efeitos das decisões judiciais que limitam o Fator GSF dos demais agentes. Neste caso foi deferida liminar para que tanto a controlada Light Energia quanto a controlada Lightger não precisassem efetuar o rateio do GSF dos demais agentes.

O Mandado de Segurança foi extinto sem julgamento de mérito, tendo o juízo entendido que a ANEEL não poderia figurar como autoridade coatora. Em razão desta decisão, a Companhia ajuizou nova ação ordinária, processo nº 0032638-47.2016.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela, visando se proteger dos efeitos das liminares dos demais agentes. A tutela antecipada foi deferida de maneira que a Light não poderá sofrer os ônus financeiros de quaisquer decisões judiciais obtidas por outros agentes, já proferidas ou que venham a ser proferidas no curso da ação, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos, tornando sem efeito a decisão que antecipou os efeitos da tutela. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelas autoras. O prognóstico de perda das referidas ações é possível.

Conforme mencionado na nota explicativa 17.1, a Companhia aderiu à repactuação do GSF nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20 e conseqüentemente seguirá com todos os requisitos da referida Lei.

22.2 Fiscais

- ICMS perdas comerciais – A controlada Light SESA possui duas autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela controlada Light SESA, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. A segunda autuação fiscal também aguarda julgamento da Impugnação. A controlada Light SESA obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias, que se encontram em fase de recurso. Em 31 de março de 2021, o montante dessa discussão é de R\$764.391 (R\$761.579 em 31 de dezembro de 2020).
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; (ii) a segunda e terceira autuações foram julgadas improcedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário; (iii) a quarta autuação, recebida em novembro de 2020, aguarda julgamento da impugnação.

A Companhia também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respetivamente, aguardam julgamento das impugnações. Em 31 de março de 2021, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$5.159.698 (R\$5.142.166 em 31 de dezembro de 2020).

- LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do Mandado de Segurança e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que aguarda o julgamento do recurso da controlada Light SESA. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para a controlada Light SESA. Em abril de 2014, a controlada Light SESA foi autuada com relação ao exercício de 2009, e aguarda o julgamento do seu recurso especial. Em 31 de março de 2021, o montante dessa discussão é de R\$447.173 (R\$446.269 em 31 de dezembro de 2020).
- IN 86 – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da controlada Light SESA, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Em 31 de março de 2021, o montante dessa discussão é de R\$467.074 (R\$465.510 em 31 de dezembro de 2020).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas à execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a controlada Light SESA não possui decisão favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em duas ações aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela controlada Light SESA em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a controlada Light SESA possui uma discussão administrativa, que possui decisão desfavorável de 1ª e 2ª instâncias (no CARF, o acórdão foi desfavorável em razão do voto de qualidade). Aguarda-se o julgamento do Recurso ao Pleno apresentado pela controlada Light SESA. Em 31 de março de 2021, o montante dessa discussão é de R\$314.982 (R\$314.212 em 31 de dezembro de 2020).

- Despachos decisórios (55 processos) – 54 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Dois casos foram encerrados favoravelmente à controlada Light SESA. Em 31 de março de 2021, o montante dessas discussões é de R\$213.069 (R\$213.118 em 31 de dezembro de 2020).
- Não homologação de compensações – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 31 de março de 2021, o montante dessas discussões é de R\$59.095 (R\$58.979 em 31 de dezembro de 2020).
- TFGE - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização Ambiental das Atividades de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica de Origem Hidráulica, Térmica e Termo Nuclear. A referida taxa foi instituída pela Lei 7.184/15 do Estado do Rio de Janeiro. A controlada Light Energia, então, impetrou Mandado de Segurança preventivo para não ter que recolher esta taxa. Proferida sentença favorável, que foi objeto de recurso de apelação por parte do Estado do Rio de Janeiro. Em 31 de março de 2021, o montante dessa discussão é de R\$81.365 (R\$74.710 em 31 de dezembro de 2020).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de março de 2021, o montante dessas discussões é de R\$274.565 (R\$273.687 em 31 de dezembro de 2020).
- Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”) – A controlada Light SESA foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”), do ICMS correspondente a 10% (dez por cento) dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017. Apresentada Impugnação, ainda pendente de julgamento. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de março de 2021, o montante dessa discussão é de R\$45.812 (R\$45.637 em 31 de dezembro de 2020).

22.3 Trabalhistas

- Principais pedidos: Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral, cujos montantes envolvidos totalizam R\$163.361 (R\$149.583 em 31 de dezembro de 2020).
- Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros (“ACP”) - 0100742-05.2018.5.01.0081: O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição na controlada Light SESA que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação de não fazer para que a controlada Light SESA se abstenha de praticar tal ato. Aguardando realização de audiência. Em 31 de março de 2021, o montante referente a esta ACP é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2020).

23. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos - A, B, C e D - implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo Contribuição Definida.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$3.516 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$1.811) em decorrência da variação da taxa de desconto para o plano AB.

24. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

Consolidado						
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	1.067	1.374	2.441	1.200	1.446	2.646
Máquinas e equipamentos	500	1.323	1.823	644	1.403	2.047
Veículos	45.041	50.391	95.432	45.384	55.850	101.234
TOTAL	46.608	53.088	99.696	47.228	58.699	105.927

24.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

Consolidado				
ATIVO DE DIREITO DE USO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	2.490	2.012	97.215	101.717
Adições de arrendamentos	-	-	5.574	5.574
Remensurações	123	5	-	128
Depreciação	(331)	(236)	(11.514)	(12.081)
SALDO EM 31.03.2021	2.282	1.781	91.275	95.338

Consolidado				
ATIVO DE DIREITO DE USO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.161	1.214	72.346	76.721
Remensurações	86	38	3.213	3.337
Depreciação	(405)	(256)	(8.006)	(8.667)
SALDO EM 31.03.2020	2.842	996	67.553	71.391

Consolidado				
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	2.646	2.047	101.234	105.927
Adições de arrendamentos	-	-	5.574	5.574
Remensurações	123	5	-	128
Pagamento da parcela	(385)	(276)	(13.125)	(13.786)
Despesa de juros	57	47	1.749	1.853
SALDO EM 31.03.2021	2.441	1.823	95.432	99.696

Consolidado				
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.270	1.267	74.819	79.356
Remensurações	86	38	3.213	3.337
Pagamento da parcela	(459)	(283)	(9.155)	(9.897)
Despesa de juros	69	26	1.595	1.690
SALDO EM 31.03.2020	2.966	1.048	70.472	74.486

24.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	31.03.2021	31.12.2020
2021	36.658	47.228
2022	25.277	23.860
2023	21.258	19.732
2024	16.153	14.752
2025	350	355
TOTAL	99.696	105.927

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada. Ademais, os créditos de PIS e COFINS embutidos na contraprestação de arrendamento, os quais a Companhia se beneficia, não são relevantes que ensejasse uma apresentação específica.

CONSOLIDADO

ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	95.338
Com efeito da inflação (fluxo nominal)	100.535
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	99.696
Com efeito da inflação (fluxo nominal)	104.895

25. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.420	-	2.420	2.789	-	2.789
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.812	-	4.812	5.550	-	5.550
Programa de Eficiência Energética - PEE	181.392	-	181.392	179.467	-	179.467
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	88.282	-	88.282	86.676	-	86.676
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	43.649	-	43.649	-	-	-
Quota de reserva global de reversão - RGR	997	-	997	997	-	997
Encargos regulatórios	321.552	-	321.552	275.479	-	275.479
Adiantamento de clientes	63.339	-	63.339	58.975	-	58.975
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.471	-	3.471	3.467	-	3.467
Taxa de iluminação pública	207.386	-	207.386	187.678	-	187.678
Reserva para reversão	5.827	38.853	44.680	-	46.622	46.622
Restituições consumidores	85.594	-	85.594	78.640	-	78.640
Honorários de sucumbência – Acordo com Furnas	20.476	-	20.476	36.459	-	36.459
Outros	18.980	3	18.983	18.481	3	18.484
Outros	405.073	38.856	443.929	383.700	46.625	430.325
TOTAL	726.625	38.856	765.481	659.179	46.625	705.804

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue abaixo um resumo das transações com partes relacionadas ocorridas no primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

26.1 Ativos e receitas

Consolidado								
Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.03.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da controlada Light SESA com a CEMIG ^(b)	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	90	-	255
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light Energia com a CEMIG ^(b)	N/A ^(a)	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	41
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Lightger	N/A ^(a)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	100	92
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da controlada Light Energia com a controlada em conjunto Lightger	4.325	dez/2012 a jun/2020	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	403	257
Cliente - Compromisso de venda de energia elétrica entre CEMIG e a controlada Lightcom	N/A	mar/2019 a dez/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	831

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) Como resultado do follow-on concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia (vide nota explicativa 27.2).

26.2 Passivos e despesas

Consolidado								
Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.03.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 31.03.2021	01.01.2020 a 31.03.2020
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light SESA com a CEMIG ^(c)	275.238	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	-	2.873	-	(14.208)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da controlada Light SESA com a CEMIG ^(c)	N/A ^(a)	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	2.325	-	(4.442)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a controlada em conjunto Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	2.240	(6.730)	(6.365)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axiom	N/A ^(b)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	728	1.441	(3.292)	(3.328)
Plano Previdenciário - Compromisso da controlada Light SESA com a Fundação de Seguridade Social - Braslight - Patrocinadora da fundação	N/A	A partir de dez/2020. Vencimento indeterminado	N/A	N/A	5.327	5.327	-	-

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

^(c) Como resultado do follow-on concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG deixou de ser parte relacionada da Companhia (vide nota explicativa 27.2).

Conforme mencionado nas notas explicativas 19 e 20 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza no primeiro trimestre de 2021 e 2020.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entre as partes.

26.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo ao primeiro trimestre de 2021 e de 2020:

	1º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Honorários e benefícios de curto prazo	683	304	4.318	2.776
Bônus	173	127	1.733	1.221
Encargos Sociais	127	62	759	571
Benefícios pós-emprego	17	9	207	113
Benefícios assistenciais	1	17	308	335
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	8	-	78
Remuneração baseada em ações	875	1.656	875	1.656
TOTAL	1.876	2.183	8.200	6.750

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na nota explicativa 28.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital social

Em 31 de março de 2021, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) (303.934.060 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$5.473.247, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$73.749 (R\$49.537 em 31 de dezembro de 2020), totalizando o montante de R\$5.399.498, conforme a seguir:

ACIONISTAS	31.03.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	-	-	68.621.264	22,58
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações	74.548.846	20,01	53.266.310	17,53
Investimento no Exterior - BDR Nível 1				
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	37.863.402	10,16	30.602.520	10,07
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	23.322.805	6,26	17.095.597	5,62
Mercado	236.820.271	63,57	134.348.369	44,20
TOTAL GERAL	372.555.324	100,00	303.934.060	100,00

A Light S.A. é uma Companhia Aberta de controle pulverizado (*"full Corporation"*), sem acordo de acionistas.

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

27.2 Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Follow-on")

Em 22 de janeiro de 2021, encerrou-se a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas (i) 68.621.264 de novas ações de emissão da Companhia ("Oferta primária"), com o consequente aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.372.425, e (ii) 68.621.264 de ações de emissão da Companhia e de titularidade da CEMIG ("Oferta secundária"), ao preço por ação de R\$20,00.

Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da oferta restrita, o novo capital social da Companhia passará a ser de R\$5.473.247, dividido em 372.555.324 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

27.3 Reservas

27.3.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2021, o montante de R\$1.096 é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

27.3.2 Reservas especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

27.4 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido do primeiro trimestre de 2021 e de 2020, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	1º Trimestre	
	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do período	(41.780)	166.692
Média ponderada do número de ações ordinárias	366.836.885	303.934.060
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	(0,11)	0,55

No primeiro trimestre de 2021 e de 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

28. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O Plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do Plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no Plano de Opção) na data de aprovação do Plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

- 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 1º aniversário da data de outorga;
- 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 2º aniversário da data de outorga;
- 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 3º aniversário da data de outorga; e
- 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 4º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.

28.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.

O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

28.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações (“*Lock-Up*”).

Até 31 de março de 2021, o Conselho de Administração outorgou 4.282.632 (quatro milhões, duzentos e oitenta e duas mil, seiscentos e trinta e duas) Opções aos beneficiários. Adicionalmente, a Companhia ainda emitiu 454.568 outorgas de *Phanton Options*.

28.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No primeiro trimestre de 2021, foi registrado o montante de R\$1.096 (R\$2.261 no primeiro trimestre de 2020).

29. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	1º Trimestre	
	2021	2020
Fornecimento, suprimento e receita de uso da rede (Nota 29.1)	5.366.106	4.671.399
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(15.717)	(8.903)
Arrendamentos, aluguéis e outras	19.860	21.213
Receita de construção	184.800	153.837
Renda de prestação de serviço	324	2.137
Subvenção CDE	78.267	69.903
Serviço taxado	1.561	1.374
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 12)	100.912	61.789
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 11)	17.616	7.453
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 11)	136.018	(46.136)
RECEITA BRUTA	5.889.747	4.934.066
ICMS	(1.336.899)	(1.171.637)
PIS e COFINS	(414.608)	(339.193)
Outros	(1.033)	(1.162)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(1.752.540)	(1.511.992)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(378.156)	(325.947)
Reserva Global de Reversão - RGR	(2.991)	(3.441)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(3.588)	(3.053)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(7.176)	(6.108)
Eficiência Energética - PEE	(19.341)	(9.363)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(7.176)	(6.108)
Outros encargos - PROINFA	(15.197)	(9.703)
Outros encargos	(8.701)	(9.338)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(442.326)	(373.061)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(2.194.866)	(1.885.053)
RECEITA LÍQUIDA	3.694.881	3.049.013

29.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede

	Consolidado					
	1º Trimestre					
	N.º de contas faturadas ^(a) ^(b) ^(c)		GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	3.983.223	4.054.598	2.501	2.353	1.773.879	1.538.526
Industrial	9.297	9.908	118	129	77.681	78.739
Comércio, serviços e outras	321.685	330.532	1.207	1.397	844.184	889.967
Rural	8.761	8.731	13	11	2.380	2.931
Poder público	12.523	12.220	340	368	217.095	219.363
Iluminação pública	743	749	178	188	70.982	68.794
Serviço público	1.817	1.737	233	238	120.509	105.445
Consumo próprio	454	452	31	29	-	-
Receita de uso da rede	1.299	1.022	2.425	2.480	410.668	358.743
FORNECIMENTO FATURADO	4.339.802	4.419.949	7.046	7.193	3.517.378	3.262.508
ICMS	-	-	-	-	1.334.856	1.169.238
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	106.315	(64.314)
TOTAL FORNECIMENTO	4.339.802	4.419.949	7.046	7.193	4.958.549	4.367.432
Comercialização de energia/outras	-	-	975	1.297	307.724	262.276
ICMS	-	-	-	-	2.043	2.399
Energia de curto prazo	-	-	856	163	97.790	39.292
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	1.831	1.460	407.557	303.967
TOTAL	4.339.802	4.419.949	8.877	8.653	5.366.106	4.671.399

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em março, com e sem consumo

^(c) Informações relativas a controlada Light SESA

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS	Consolidado					
	1º Trimestre					
	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	-	-	(82.388)	(88.848)	(35.791)	(34.159)
Materiais	-	-	(15.026)	(5.977)	4.113	(572)
Serviços de terceiros	-	-	(74.063)	(67.091)	(50.050)	(49.770)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 30.1)	(2.642.882)	(1.993.333)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(143.981)	(142.475)	(4.354)	(6.750)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	(150.451)	(123.177)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, depósitos judiciais e PDV	-	-	-	-	(53.278)	(71.792)
Custo de construção	-	-	(184.800)	(153.837)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	29.947	32.079	-	-
Outras despesas e custos operacionais	-	-	(5.633)	(7.056)	(14.771)	(19.802)
TOTAL	(2.642.882)	(1.993.333)	(475.944)	(433.205)	(304.582)	(306.022)

30.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado			
	1º Trimestre			
	GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda				
Mercado de curto prazo CCEE	783	(34)	(593.809)	(263.928)
Itaipu – Binacional	1.116	1.147	(396.180)	(338.927)
UTE Norte Fluminense	1.566	1.583	(824.055)	(630.278)
Leilão de energia	1.838	2.781	(734.342)	(637.182)
Cotas de garantia física	1.642	1.748	(172.198)	(163.845)
Cota de nucleares	213	215	(49.678)	(59.965)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(324.066)	(229.464)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(19.107)	(18.770)
Encargos uso da rede distribuição - CUSD	-	-	(2.009)	(1.320)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	(35.730)	(29.367)
PROINFA	86	100	(35.331)	(34.015)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	265.849	221.694
ICMS sobre compra ^(b)	-	-	277.774	192.034
TOTAL	7.244	7.540	(2.642.882)	(1.993.333)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Crédito proveniente do Decreto nº 46.207, no qual o Estado do Rio de Janeiro revogou o diferimento tributário do ICMS sobre compras de máquinas, equipamentos, materiais e gás natural.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	1º Trimestre	
	2021	2020
RECEITA		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	10.602	17.470
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	17.750	15.693
Operações de <i>swap</i>	240.925	827.533
Atualização de depósitos judiciais	703	2.216
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (nota 11)	-	3.960
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (nota 8.1)	2.610	11.244
Outras receitas financeiras	4.510	4.255
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	277.100	882.371
DESPESA		
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(5.723)	(4.342)
Despesas com passivos tributários	(241)	(702)
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (nota 11)	(9.511)	-
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de transação	(135.526)	(154.547)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(352.309)	(692.757)
Variação cambial sobre faturas de energia	(20.878)	(46.395)
Atualização monetária sobre o GSF	(89.389)	(31.345)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(807)	(2.741)
Outras despesas financeiras	(7.470)	(5.589)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(621.854)	(938.418)
RESULTADO FINANCEIRO	(344.754)	(56.047)

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

32.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Níveis	Controladora			
		31.03.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 5)	2	139	139	103	103
Serviços prestados a receber	2	3.168	3.168	829	829
Depósitos vinculados a litígios	2	805	805	684	684
Outros créditos	2	413	413	755	755
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 5)	2	-	-	7.642	7.642
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2	83.294	83.294	70.781	70.781
TOTAL		87.819	87.819	80.794	80.794
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores	2	978	978	136	136
Outros débitos	2	448	448	386	386
TOTAL		1.426	1.426	522	522

	Níveis	Consolidado			
		31.03.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 5)	2	25.024	25.024	38.562	38.562
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 7)	2	4.242.841	4.242.841	4.270.741	4.270.741
Serviços prestados a receber	2	46.909	46.909	45.017	45.017
Depósitos vinculados a litígios	2	241.123	241.123	242.132	242.132
Ativos financeiros do setor (Nota 11)	3	442.171	442.171	73.719	73.719
Outros créditos (Nota 10)	2	521.920	521.920	459.400	459.400
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 5)	2	292.298	292.298	614.638	614.638
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	2	3.740.923	3.740.923	2.436.476	2.436.476
Ativo financeiro da concessão (Nota 12)	3	5.355.683	5.355.683	5.197.313	5.197.313
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	1.359.582	1.359.582	1.116.503	1.116.503
TOTAL		16.268.474	16.268.474	14.494.501	14.494.501
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (Nota 17)	2	3.414.120	3.414.120	3.439.767	3.439.767
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	2	4.372.328	3.195.623	4.410.729	3.548.796
Debêntures (Nota 20)	2	5.373.453	5.285.069	5.273.240	5.359.474
Passivos financeiros do setor (nota 11)	3	616.141	616.141	-	-
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 24)	2	99.696	99.696	105.927	105.927
Outros débitos (Nota 25)	2	765.481	765.481	705.804	705.804
TOTAL		14.641.219	13.376.130	13.935.467	13.159.768

Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como valor justo por meio do resultado, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados, assim como as premissas, na nota explicativa 12.

32.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

32.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura da dívida por moeda e indexador (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020	
	R\$	R\$	R\$	%
USD	3.136.240	32,8	2.858.210	29,8
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	3.136.240	32,8	2.858.210	29,8
CDI	3.341.374	35,0	3.025.723	31,6
IPCA	3.052.083	31,9	3.597.490	37,6
TJLP	359	-	14.171	0,1
Outros	27.058	0,3	88.777	0,9
TOTAL - MOEDA NACIONAL	6.420.874	67,2	6.726.161	70,2
TOTAL	9.557.114	100,0	9.584.371	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de março de 2021, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2020).

32.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional (R\$) 31.03.2021	Valor Nocional (US\$) 31.03.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.03.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.03.2021	Valor Justo x Accrual 31.03.2021
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	455.784	80.000	(121.504)	(115.455)	6.049
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	569.730	100.000	(137.789)	(280.132)	(142.343)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	911.568	160.000	(459.297)	(448.697)	10.600
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	94.759	16.632	(6.445)	(23.723)	(17.278)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	455.784	80.000	(121.515)	(115.490)	6.025
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	569.730	100.000	(234.486)	(280.132)	(45.646)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	170.919	30.000	(70.349)	(84.091)	(13.742)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	47.379	8.316	(3.222)	(11.862)	(8.640)
TOTAL							3.275.653	574.948	(1.154.607)	(1.359.582)	(204.975)

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional (R\$) 31.12.2020	Valor Nocional (US\$) 31.12.2020	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2020	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2020	Valor Justo x Accrual 31.12.2020
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.552)	(78.204)	3.348
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(104.400)	(236.151)	(131.751)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	831.472	160.000	(347.999)	(378.199)	(30.200)
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	86.433	16.632	(2.256)	(25.750)	(23.494)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.566)	(78.290)	3.276
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(175.959)	(236.151)	(60.192)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	155.901	30.000	(52.789)	(70.883)	(18.094)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	43.216	8.316	(1.128)	(12.875)	(11.747)
TOTAL							2.987.834	574.948	(847.649)	(1.116.503)	(268.854)

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de março de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de março de 2022. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de março de 2021. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 31 de março de 2021.

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS				(91.948)	(920.643)	(1.749.336)
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	40.025	(6.506)	(65.142)	(123.777)
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(37.441)	6.086	60.935	115.784
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	27.442	(4.461)	(44.662)	(84.863)
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(26.029)	4.231	42.362	80.494
4131 Citibank 2019	Light SESA	US\$	80.070	(13.015)	(130.314)	(247.613)
<i>Bonds</i>	Light SESA	US\$	267.697	(43.513)	(435.679)	(827.845)
4131 Citibank 2019	Light Energia	US\$	80.063	(13.014)	(130.304)	(247.594)
<i>Bonds</i>	Light Energia	US\$	133.849	(21.756)	(217.839)	(413.922)
DERIVATIVOS				91.298	914.136	1.736.974
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light SESA	US\$	(347.767)	56.528	565.993	1.075.458
<i>Swaps de moeda (ponta ativa)</i>	Light Energia	US\$	(213.912)	34.770	348.143	661.516
TOTAL DE PERDA				(650)	(6.507)	(12.362)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.03.2022)				5,86	7,32	8,79

32.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de *swap* de juros em aberto.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de março de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de março de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 31 de março de 2021.

OPERAÇÃO	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		133.158	82.255	31.351
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ^(a)		133.158	82.255	31.351
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS		(81.287)	(172.546)	(263.804)
Libor6M	Light SESA	(139)	(254)	(368)
Libor3M	Light SESA	(232)	(511)	(791)
CDI	Light SESA	(103.561)	(149.216)	(194.871)
IPCA	Light SESA	23.840	(20.666)	(65.172)
CDI	Light Energia	(964)	(1.389)	(1.813)
Libor 3M	Light Energia	(231)	(510)	(789)
DERIVATIVOS		(76.930)	(110.844)	(144.759)
<i>Swaps</i> de moedas (ponta passiva) ^(a)		(76.930)	(110.844)	(144.759)
TOTAL DE PERDA		(25.059)	(201.135)	(377.212)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% em 31.03.2022)		5,10%	3,83%	2,55%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% em 31.03.2022)		5,10%	6,38%	7,66%
TJLP (% em 31.03.2022)		4,61%	5,76%	6,92%
IPCA (% em 31.03.2022)		5,38%	6,72%	8,07%
Selic (% em 31.03.2022)		5,10%	6,38%	7,66%
Libor3M (% em 31.03.2022)		0,24%	0,30%	0,36%
Libor6M (% em 31.03.2022)		0,29%	0,36%	0,44%

^(a) Inclui as controladas do grupo Light

32.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de março de 2021 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 7. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

32.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 19 e 20.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2021
S&P	AA+	-	15.07.2019
Moody's	A1.br	Ba3	07.05.2021

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado				
Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós Fixadas				
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(978.900)	(1.635.870)	(8.538.361)	(11.153.131)
Pré-Fixadas				
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(14.694)	(26.452)	(61.982)	(103.128)
Fornecedores	(3.414.120)	-	-	(3.414.120)
Swap	(77.556)	(232.669)	(1.049.357)	(1.359.582)
TOTAL	(4.485.270)	(1.894.991)	(9.649.700)	(16.029.961)

32.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

32.2.7 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por três anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto que o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta na abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado. Contudo, conforme notificação de 25 de junho de 2019, ANEEL informou a controlada Light SESA sobre o não atendimento aos indicadores econômico-financeiros. A controlada Light SESA divergiu da interpretação da área técnica da ANEEL, visto que foi realizado um aumento de capital nesta controlada, no ano de 2019, em montante superior ao necessário e para o cumprimento do referido indicador, conforme previsto no Quinto Aditivo ao Contrato de Concessão. Em 26 de janeiro de 2021, por meio do Despacho nº173/2021, a ANEEL reconheceu o cumprimento dos indicadores econômico-financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos critérios de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em virtude da pandemia da COVID-19, em 21 de dezembro de 2020, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu, de forma unânime, pelo provimento da Medida Cautelar apresentada pela controlada Light SESA de modo a afastar as consequências decorrentes de eventual descumprimento do indicador econômico-financeiro previsto para o ano de 2020, nos termos do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/1996.

O reconhecimento da ANEEL decorreu da verificação de que as definições quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, sob discussão no âmbito da Consulta Pública nº 035/2020, são correlacionadas ao cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos contratos de concessão da distribuição.

Desta forma, a ANEEL concedeu o provimento cautelar até a data de conclusão da referida Consulta Pública, ocasião em que restarão definidas as métricas para o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras e, conseqüentemente, permitirão que a ANEEL verifique o cumprimento do indicador econômico-financeiro dos contratos de concessão.

32.3 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	9.745.781	9.683.969
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	(1.359.582)	(1.116.503)
Dívida bruta	8.386.199	8.567.466
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	4.058.245	3.089.676
Dívida líquida (A)	4.327.954	5.477.790
Patrimônio líquido (B)	8.383.741	7.076.212
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	34%	44%

33. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o primeiro trimestre de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	1º Trimestre	
	2021	2020
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	34.522	28.601
Receitas relativas à construção de ativos próprios (DVA)	202.191	159.835

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Liquidação referente à repactuação do risco hidrológico (GSF)

Em 06 de abril de 2021, foi liquidado pela controlada Light Energia, o saldo em aberto na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), referente à repactuação do risco hidrológico (GSF), mediante o pagamento de R\$1.339.288.

A controlada Light Energia atenderá às demais exigências definidas na Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 para a efetivação da repactuação do risco hidrológico, incluindo, mas não se limitando, à desistência de ação judicial, tão logo os valores calculados e divulgados pela CCEE sejam homologados pela ANEEL.

Assim, dentre outras medidas, as usinas Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Santa Branca e Ilha dos Pombos terão o término de suas concessões postergado, em média, em 24 meses.

Como parte do processo de repactuação do risco hidrológico, a controlada Light Energia reconheceu em 31 de dezembro de 2020, um ativo intangível no valor de R\$433.829.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Ana Amelia Campos Toni
Yuiti Matsuo Lopes
Abel Alves Rochinha
Helio Paulo Ferraz
Wilson Martins Poit
Carlos Vinicius de Sá Roriz
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

Luiz Paulo de Amorim
Sergio Xavier Fortes
Ary Waddington

SUPLENTES

Natalia Carneiro de Figueiredo
Edgar Jabbour
Marcelo Souza Monteiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Roberto Caixeta Barroso
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Thiago Freire Guth
Diretor

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Fonseca Coelho
Superintendente de Controladoria
CPF 978 351 536-53

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 094.894.347-52
CRC-RJ 103826/O-9

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Light S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Light S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 14 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia possui investimento indireto na Norte Energia S.A., que foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nesta investida não controlada sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos que poderão decorrer destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

RELEASE | 1T 2021

RE SUL TA DOS

RELAÇÕES COM
INVESTIDORES
ri.light.com.br
ri@light.com.br



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

14 DE MAIO DE 2021

Português (com tradução simultânea p/ o inglês)
14h (Brasília) - 13h00 (EST)
Zoom ID: 812 1888 6402

EBITDA
R\$419,8 MM

RESULTADO LÍQUIDO
-R\$41,8 MM

DÍVIDA LÍQUIDA
R\$4.328 MM

LIGT
B3 LISTED NM

IBRX100 B3

IEE B3

ISE B3

ICO2 B3

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021

Geradora e Comercializadora são os destaques do trimestre

Na Distribuidora, reduzimos contingências judiciais e melhoramos arrecadação, apesar dos desafios ainda presentes da pandemia

Destaques Financeiros

- O EBITDA consolidado foi de R\$419,8 milhões no 1T21, o que representou uma redução de 9,9%, ou R\$45,9 milhões, em relação ao 1T20, motivada pelos resultados da Distribuidora.
- O EBITDA da Light SESA foi de R\$197,6 milhões, uma redução de R\$109,9 milhões (35,7%) com relação ao mesmo período do ano anterior, especialmente pelos efeitos econômicos do aumento das perdas, apesar do avanço no front das contingências e da melhor arrecadação.
- O EBITDA da Light Energia foi de R\$ 189,9 milhões, 37,4% ou R\$51,7 milhões maior do que o resultado do 1T20, decorrente da redução da necessidade de compra de energia devido à estratégia de sazonalização de contratos e garantia física.
- O trimestre apresentou prejuízo de R\$41,8 milhões, vs. R\$166,7 milhões de lucro no 1T20. Parte dessa variação é decorrente do resultado financeiro, que foi R\$288,7 milhões menor, principalmente da marcação a mercado dos swaps de dívida em moeda estrangeira.
- O PMSO consolidado subiu R\$2,5 milhões, ou 1,0%, praticamente em linha com o 1T20. O PMS consolidado aumentou R\$6,8 milhões, ou 2,8%, no 1T21, refletindo maiores gastos para a melhoria da arrecadação. As variações do PMSO e PMS foram abaixo da inflação no período.
- A PECLD no 1T21 foi de R\$150,5 milhões (vs. R\$123,2 milhões no 1T20), representando 3,7% da receita bruta (12 meses). O índice ficou 0,2 p.p. abaixo do registrado em dezembro/20, com avanço em todos os setores, a despeito das adversidades ainda persistentes decorrentes da pandemia.
- O indicador de Dívida Líquida/EBITDA finalizou o 1T21 em 1,40x, menor do que o valor apurado no 4T20 (1,73x). A dívida líquida no final de março/21 ficou em R\$4.328,0 milhões, redução de 20,9% quando comparada com dezembro/20 (R\$5.477,8 milhões). Em janeiro/21, foi concluído o follow-on da Companhia, em que foi captado R\$1,34 bilhão. Esse reforço de caixa adicional permitirá que a Companhia avance ainda mais nas atividades de liability management.
- O caixa consolidado encerrou o 1T21 em R\$4.058,2 milhões, frente a um vencimento de dívida de R\$2.072 milhões até o final de 2021.

Destaques Financeiros (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Receita Líquida*	3.510,1	2.895,2	21,2%
PMSO	243,7	241,2	1,0%
EBITDA Ajustado ¹	419,8	465,7	-9,9%
Margem EBITDA	11,96%	16,08%	-4,12 p.p.
Lucro/Prejuízo Líquido	(41,8)	166,7	-
Dívida Líquida/EBITDA - covenants (x)	1,4	3,1	-54,1%
PECLD/ROB (12 meses)	3,66%	2,30%	1,36 p.p.
CAPEX Light	218,0	181,9	19,9%
Geração Líquida de Caixa Operacional	207,9	208,2	-0,1%

* Desconsiderando receita de construção.

Destaques Operacionais

- A perda total sobre a carga fio (12 meses) encerrou o 1T21 em 27,18%, 1,26 p.p. acima do resultado observado em dezembro/20, de 25,92%. Com relação ao volume de perdas (12 meses), observa-se alta de 555 GWh no 1T21 (9.547 GWh) em comparação com o 4T20 (8.992 GWh), principalmente em razão de a temperatura média ter sido 1,4°C maior em relação ao 1T20 e da energia não faturada em março/21 (aprox. 150 GWh), além de uma redução de 120 GWh da IEN relacionada aos clientes cortados.
- A carga fio aumentou 4,4% em relação ao 1T20, explicada, principalmente, pelo aumento da temperatura (+1,4°C) e pela atividade de clientes industriais.
- O mercado faturado registrou uma retração de 1,7%, puxada pelo recuo do consumo das concessionárias, em consequência do remanejamento de um ponto de conexão para a rede básica. Seguimos observando aumento de demanda nos segmentos Residencial e Industrial, contrabalançando o Comercial, ainda impactado pelos efeitos da pandemia, com recuperação mais lenta.
- Em março/21, a Light continuou registrando bons resultados na qualidade do serviço prestado, ficando em linha com as melhores e maiores distribuidoras do país. O DECI (12 meses) foi de 6,95 horas no 1T21, enquanto o FECi (12 meses) foi de 4,41x no 1T21. Ambos os indicadores estão abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL.

Destaques Operacionais	1T21	1T20	Variação 1T21/1T20
Carga Fio* (GWh)	10.287,2	9.855,4	4,4%
Mercado Faturado (GWh)	7.070,5	7.193,8	-1,7%
Energia Vendida - Geração (MWm)	466,9	610,9	-23,6%
Energia Comercializada - Com (MWm)	617,1	644,8	-4,3%
Perda Total/Carga Fio (12 meses)	27,18%	25,44%	1,73 p.p.
DEC - Horas (12 meses)	6,95	7,78	-10,7%
FEC - Vezes (12 meses)	4,41	4,78	-7,7%
Número de colaboradores próprios	5.558	5.128	8,4%
Número de colaboradores terceirizados	6.987	6.729	3,8%

* Carga própria + uso da rede.

Aviso importante

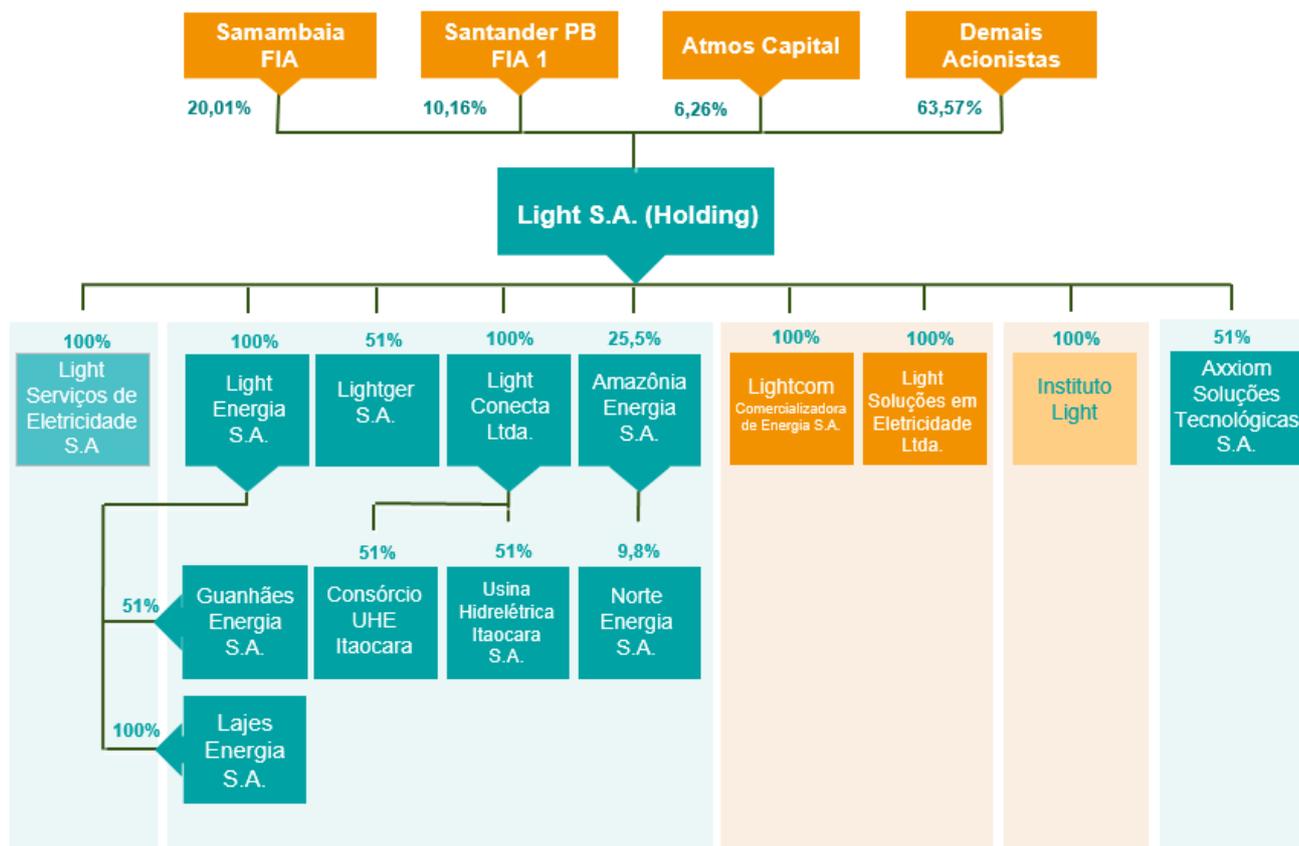
As informações operacionais e as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram revisadas pelos auditores independentes. As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras “acredita”, “poderá”, “irá”, “continua”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “estima” ou expressões semelhantes. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da LIGHT S.A.

Índice

1. Perfil e Estrutura acionária	4
2. Eventos relevantes do período	5
2.1 Inclusão no ICO2 B3	5
2.2 Atualização de classificação de risco de crédito pela Fitch Ratings	5
2.3 Realização de Oferta Pública de Ações – <i>Follow-on</i>	5
2.4 Alteração na Diretoria Executiva	6
2.5 Liquidação da 21ª Emissão de Debênture Light SESA	6
2.6 Alienação das participações na Guanhães Energia e na Lightger	6
2.7 Amortização antecipada das dívidas da Light SESA com o BNDES	7
2.8 Definição do reajuste tarifário de 2021 da Light SESA	7
2.9 Obras no vertedouro da UHE Ilha dos Pombos e construção do Túnel by-pass do Complexo de Lajes	9
3. Eventos subsequentes	10
3.1 Liquidação do saldo em aberto na CCEE referente à repactuação do GSF	10
3.2 Nova composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	10
3.3 Atualização de classificação de risco de crédito pela Moody's	11
4. Light S.A. – Consolidado	12
4.1. Desempenho Financeiro Consolidado	12
4.2. EBITDA Ajustado Consolidado	12
4.3. Resultado Consolidado	14
5. Light SESA - Distribuição	15
5.1. Desempenho Operacional	15
5.1.1. Mercado Total Light SESA (Cativo + Livre + Concessionárias)	15
5.1.2. Balanço Energético	18
5.1.3. Perdas de Energia	19
5.1.4. Arrecadação	23
5.1.5. Qualidade Operacional	24
5.2. Desempenho Financeiro da Light SESA	25
5.2.1. Receita Líquida da Light SESA	25
5.2.2. Custos e Despesas da Light SESA	26
5.2.2.1. Custos e Despesas Gerenciáveis da Light SESA	26
5.2.2.2. Custos e Despesas Não Gerenciáveis da Light SESA	28
5.2.3. Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A – CVA	29
5.2.4. Resultado Financeiro da Light SESA	29
6. Light Energia – Geração	30
6.1. Desempenho Operacional	30
6.1.1. Compra e Venda de Energia	30
6.1.2. Nível de contratação/descontratação de energia em MWh (Light Energia + Lightcom)	32
6.1.3. Preço médio dos contratos de venda de energia convencional em R\$/MWh (Lightcom)	32
6.2. Desempenho Financeiro da Light Energia	32
6.2.1. Receita Líquida e Custos e Despesas da Light Energia	33
6.2.2. Resultado Financeiro da Light Energia	33
6.2.3. Resultado Líquido da Light Energia	34
7. Lightcom - Comercialização	35
7.1. Desempenho Operacional da Lightcom	35
7.2. Desempenho Financeiro da Lightcom	35
8. Endividamento	36
8.1. Light S.A.	36
8.2. Abertura do Endividamento	39
9. Investimento Consolidado	40
10. Mercado de Capitais	40
11. Desempenho nas questões ambientais, sociais e de governança (ESG)	41
ANEXO I – Ativos de Geração	43
ANEXO II- Conciliação EBITDA CVM	44
ANEXO III – Demonstração de Resultado	45
ANEXO IV – Resultado Financeiro	47
ANEXO V – Balanço Patrimonial	48
ANEXO VI – Fluxo de Caixa	51

1. Perfil e Estrutura acionária

A Light é uma empresa integrada do setor de energia elétrica no Brasil, com sede no Rio de Janeiro, atuante nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia.



O Estado do Rio de Janeiro tem área de 43.750 km² e população de aproximadamente 17,2 milhões de pessoas. A área de concessão da Companhia correspondente a 26% (11.307 mil km²) do Estado e abrange 11 milhões de pessoas, representando 64% da sua população total. Dos 92 municípios do Estado, com um total de 7 milhões de consumidores de energia elétrica, a Companhia atua em 31 municípios e possui uma base de cerca de 4,3 milhões de clientes.

O parque gerador da Companhia compreende cinco usinas hidrelétricas e uma pequena central hidrelétrica, que totalizam 873 MW de capacidade instalada. São elas: (i) Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos e PCH Lajes, que constituem o Complexo de Lajes (em Pirai); (ii) Ilha dos Pombos, no município de Carmo/RJ e (iii) Santa Branca, no município de Santa Branca/SP. O Complexo de Lajes também abarca duas usinas elevatórias: Santa Cecília e Vigário. Considerando as participações na PCH Paracambi, PCH Guanhões e UHE Belo Monte, a Companhia possui um total de 1.188 MW de capacidade instalada.



2. Eventos relevantes do período

2.1 Inclusão no ICO2 B3

Em 04 de janeiro, a Light foi selecionada para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3), o que demonstra o comprometimento com a transparência das nossas emissões e antecipa a visão de como estamos nos preparando para uma economia de baixo carbono. A carteira tem vigência de 04/01/21 a 30/04/21, sendo rebalanceada a cada quatro meses, seguindo as atualizações do IBrX 100.

2.2 Atualização de classificação de risco de crédito pela Fitch Ratings

Em 21 de janeiro, a Fitch Ratings majorou as classificações de risco de crédito da Light, Light SESA e Light Energia para AA- (antes A+) na escala nacional e reafirmou o rating em BB- na escala internacional. Em ambas as escalas, houve mudança de perspectiva para estável (antes negativa).

2.3 Realização de Oferta Pública de Ações – *Follow-on*

Em 22 de janeiro, foi concluída a oferta pública de distribuição primária e secundária de 137.242.528 ações (*Follow-on*), sendo a distribuição primária de 68.621.264 novas ações e a distribuição secundária de 68.621.264 ações de titularidade da CEMIG.

Por meio da oferta, que totalizou R\$2,74 bilhões, a CEMIG vendeu a totalidade da sua participação (22,6%) e a Light recebeu R\$1,34 bilhão mediante a capitalização de investidores novos e atuais, nacionais e estrangeiros.

2.4 Alteração na Diretoria Executiva

Em 3 de fevereiro, o Sr. Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho foi eleito para o cargo de diretor da Companhia.

Atualmente, a Diretoria da Companhia tem a seguinte composição:

NOME / CARGO ESTATUTÁRIO	ÁREAS DE ATUAÇÃO
Raimundo Nonato Alencar de Castro <i>Diretor Presidente</i>	Presidência
Roberto Caixeta Barroso <i>Diretor e Diretor de Relações com Investidores</i>	Finanças, Relações com Investidores e Novos Negócios
Alessandra Genu Dutra Amaral <i>Diretora</i>	Regulação, Energia e Comercialização
Carla Ferreira Medrado <i>Diretora</i>	Gente e Gestão
Daniel Campos Negreiros <i>Diretor</i>	Distribuição
Déborah Meirelles Rosa Brasil <i>Diretora</i>	Jurídico e Relações Institucionais
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho <i>Diretor</i>	Administrativo e Controladoria
Thiago Freire Guth <i>Diretor</i>	Comercial

2.5 Liquidação da 21ª Emissão de Debênture Light SESA

Em 12 de fevereiro, foi liquidada a 21ª emissão de debênture da Light SESA, no valor total de R\$360 milhões, com remuneração CDI + 2,60% a.a. e vencimento em 15/01/2025. Os recursos foram integralmente utilizados na aquisição de debêntures da 2ª série da 9ª emissão da Light SESA, cuja remuneração era de IPCA + 5,74% a.a., bem como nos encargos relacionados.

2.6 Alienação das participações na Guanhães Energia e na Lightger

Em 24 de fevereiro, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a extensão do período de exclusividade à Brasal Energia por 30 dias a partir daquela data. Mesmo após o término do período de exclusividade, a Companhia e a Brasal seguem em negociação sobre os termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações.

Em dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. visando à potencial alienação da totalidade da participação de 51% de suas controladas em conjunto: i) da Light Energia S.A na Guanhães Energia S.A., sociedade que opera as PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhães, Fortuna II e Jacaré, pelo valor de R\$96,4 milhões e ii) da Light S.A. na Lightger S.A., sociedade que opera a PCH Paracambi, pelo valor de R\$88,7 milhões.

2.7 Amortização antecipada das dívidas da Light SESA com o BNDES

Em 26 de fevereiro, a Light SESA realizou a amortização antecipada da totalidade do saldo devedor dos contratos remanescentes de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante total de R\$300,5 milhões.

2.8 Definição do reajuste tarifário de 2021 da Light SESA

Em 9 de março, a ANEEL aprovou um índice de reajuste tarifário para a Light SESA com efeito médio de 6,75%. As novas tarifas entram em vigor a partir de 15 de março de 2021.

Os consumidores residenciais perceberam um aumento de 4,60%, conforme a tabela a seguir, que também apresenta os impactos percebidos pelas demais classes e níveis de tensão.

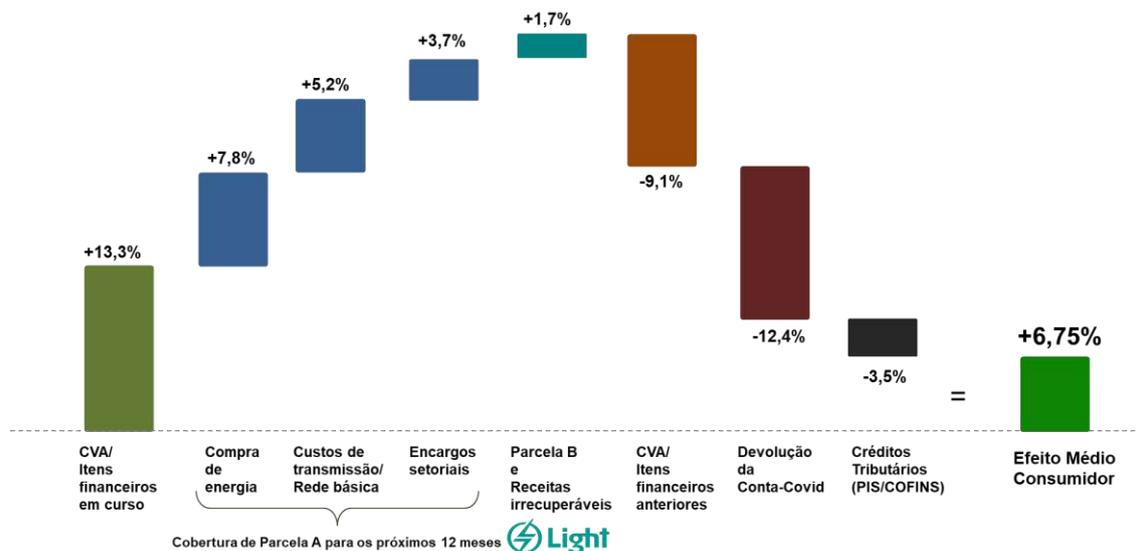
Percepção Média para o Consumidor		
	LIVRES e CATIVOS	EFEITO MÉDIO
Grupo A	A2 (88 a 138kV)	18,76%
	A4 (2,3 a 25 kV)	8,15%
	AS (Subterrâneo)	6,53%
BT	B1 (Residencial)	4,60%
	B2 (Rural)	12,33%
	B3 (Comercial)	4,74%
	B4 (Illum. pública)	4,66%
	Grupo A	11,83%
	Baixa Tensão	4,67%
	Grupo A + BT	6,75%

O processo de reajuste tarifário anual consiste no repasse aos consumidores dos custos não-gerenciáveis da concessão (tais como compra de energia, encargos setoriais e encargos de transmissão, que, em conjunto, representam a Parcela A)⁴ e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B) pela variação do IPC-A ajustada pelos componentes do Fator X, que repassa aos consumidores as variações de produtividade anuais da concessionária, os ajustes nos custos operacionais definidos na última revisão tarifária, além de incorporar os mecanismos de incentivos à melhoria da qualidade.

O gráfico a seguir resume a participação de cada item de custo no efeito médio percebido pelo consumidor.

⁴ A partir da revisão tarifária de 2017, as Receitas Irrecuperáveis passaram a compor item tarifário específico, atualizado anualmente de acordo com a variação da receita regulatória.

Percepção Média para o Consumidor



A projeção dos custos relativos à compra de energia para os próximos 12 meses é responsável por 7,8 p.p. do reajuste médio da tarifa, sendo, portanto, uma das principais razões do aumento da tarifa da distribuidora. Tal efeito é decorrente, principalmente, do maior custo de compra de energia da UHE Itaipu e da UTE Norte Fluminense, cujos contratos são atrelados ao dólar, que aumentou 25% no período. Essas duas usinas representam 39% do volume de energia contratada pela Light SESA. Em consequência, o preço médio dos contratos de compra de energia (Pmix) passou de R\$221,74/MWh para R\$257,17/MWh, representando um aumento de 16,0%.

Outro fator relevante foi o aumento dos Custos de transmissão ou Rede básica, associados aos gastos com o transporte da energia do ponto de geração até o centro de consumo, responsáveis por um aumento de 5,2 p.p. Já os Encargos setoriais impactaram o reajuste em 3,7 p.p., especialmente em função do início do pagamento da Conta-Covid pelos consumidores por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O efeito da CVA/Itens financeiros contabilizada desde o último reajuste (+13,3 p.p.) foi parcialmente mitigado pela retirada do mesmo componente referente ao processo anterior (-9,1 p.p.), representando um impacto líquido de +4,2 p.p.

Finalmente, dois componentes contribuíram para redução em 15,9 p.p. do efeito médio para o consumidor: a devolução integral do empréstimo recebido da Conta-Covid ao longo de 2020 (-12,4 p.p.) e os créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins (-3,5 p.p.). Em especial a esse último componente, trata-se do repasse ao consumidor da parcela do crédito tributário devidamente reconhecido no passivo da Light SESA e efetivamente aproveitado para compensação de tributos federais correntes da sua operação até janeiro de 2021, já provisionados pela Companhia.

No que se refere ao repasse das perdas regulatórias, item incluído nos custos de Compra de energia, foram mantidos os percentuais definidos na última revisão tarifária, sendo de 36,06% sobre o mercado de baixa tensão para as perdas não-técnicas e de 6,34% sobre a carga-fio para as perdas técnicas.

Já o reajuste da Parcela B, a qual cobre os custos e remunera os investimentos da Light SESA, reflete a variação acumulada do IPC-A no período (4,98%), deduzida do Fator X resultante da soma de três componentes: Fator X

Pd, associado à variação de produtividade e influenciado pela redução de mercado nos últimos 12 meses (-0,65%); Componente T, relativo à trajetória crescente de custos operacionais (-0,84%); e Componente Q, que captura a variação dos indicadores de qualidade verificada entre os anos de 2018 e 2019 (+0,05%).

IPC-A e composição do Fator X	%
IPC-A	+4,98%
Fator X	-1,45%
<i>Fator X Pd (Produtividade)</i>	<i>-0,65%</i>
<i>Componente T (Trajetória Opex)</i>	<i>-0,84%</i>
<i>Componente Q (Qualidade)</i>	<i>+0,05%</i>
Índice de atualização da Parcela B (IPC-A – Fator X)	+6,42%

O resultado do reajuste ficou em linha com a expectativa da Companhia, tendo em vista o repasse dos custos incorridos nos últimos 12 meses, a devolução dos recursos financeiros da Conta-Covid recebidos no segundo semestre de 2020, o repasse dos créditos tributários provisionados que tiveram efetivo aproveitamento de caixa até janeiro de 2021, e a perspectiva dos custos da Parcela A nos próximos 12 meses.

2.9 Obras no vertedouro da UHE Ilha dos Pombos e construção do Túnel by-pass do Complexo de Lajes

No 1T21, destacamos a continuidade da obra de reforma e modernização do vertedouro da UHE Ilha dos Pombos. Atualmente em andamento a intervenção na primeira comporta (M).



Vista aérea das 03 comportas que serão substituídas



Início dos trabalhos de demolição da comporta M



Demolição concluída e construção das novas comportas em andamento

Outro importante projeto em andamento é a construção do túnel Bypass no Complexo de Lajes. Com as etapas de licenciamento ambiental da obra e contratação do consórcio construtor superadas, o contrato teve início em 19 de abril e a elaboração do projeto executivo já foi iniciada.

Ressalta-se o reconhecimento desta obra como ativo vinculado à concessão da UHE Nilo Peçanha pela ANEEL, através da publicação da Resolução Autorizativa 9.209/20, devendo ser contabilizado integralmente como ativo imobilizado.

Em 27 de fevereiro, o governo do estado do RJ lançou o Programa de Segurança Hídrica, do qual faz parte a obra de construção do Túnel Bypass. Além de garantir melhores condições para a manutenção da usina de Nilo Peçanha, o projeto também irá gerar cerca de 1.000 empregos diretos e indiretos.

Adicionalmente, ambas as obras referenciadas obtiveram anuência da ANEEL aos projetos de modernização das Usinas (Despachos 519 e 520/21), em 2 de março, e enquadramento como projetos prioritários pelo MME (Portaria 621/21), em 14 de abril, possibilitando a emissão de debêntures de infraestrutura.

3. Eventos subsequentes

3.1 Liquidação do saldo em aberto na CCEE referente à repactuação do GSF

Em 6 de abril, a Light Energia liquidou o saldo em aberto na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), referente à repactuação do risco hidrológico (GSF), mediante o pagamento no valor de R\$1,3 bilhão.

A Light Energia atenderá às demais exigências definidas na Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 para a efetivação da repactuação do risco hidrológico, incluindo, mas não se limitando, à desistência de ação judicial, tão logo os valores calculados e divulgados pela CCEE sejam homologados pela ANEEL.

Assim, dentre outras medidas, as usinas Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Santa Branca e Ilha dos Pombos, bem como as elevatórias de Santa Cecília e Vigário, terão o término de suas concessões postergado, em média, em 24 meses.

3.2 Nova composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Na Assembleia Geral Ordinária de 2021, realizada em 28 de abril, foram eleitos nove membros para o conselho de administração composto da Companhia para um mandato de dois anos. Todos possuem grande conhecimento em suas áreas de experiência e competências complementares aderentes à estratégia da Companhia. São eles:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Firmino Ferreira Sampaio Neto <i>Presidente</i>
Ana Amelia Campos Toni <i>Vice-presidente</i>
Abel Alves Rochinha
Carlos Vinicius de Sá Roriz
Helio Paulo Ferraz
Lavinia Rocha de Hollanda
Vanessa Claro Lopes
Wilson Martins Poit
Yuiti Matsuo Lopes

No mesmo dia, foram eleitos membros para o Conselho Fiscal, que passa a ter a seguinte composição:

CONSELHO FISCAL	
CONSELHEIRO EFETIVO	CONSELHEIRO SUPLENTE
Ary Waddington	Marcelo Souza Monteiro
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	Edgar Jabbour

3.3 Atualização de classificação de risco de crédito pela Moody's

Em 07 de maio, a Moody's majorou as classificações de risco de crédito da Light, Light SESA e Light Energia para A1.br (antes A2.br) na escala nacional e reafirmou o rating em Ba3 na escala internacional. Em ambas as escalas, houve mudança de perspectiva para positiva (antes estável).

4. Light S.A. – Consolidado

4.1. Desempenho Financeiro Consolidado

Informações Financeiras Selecionadas (R\$ MM)	1T21	1T20	Var. %
Receita Operacional Bruta	5.704,9	4.780,2	19,3%
Deduções	(2.194,9)	(1.885,1)	16,4%
Receita Operacional Líquida	3.510,1	2.895,2	21,2%
Despesa Operacional	(3.238,6)	(2.578,7)	25,6%
PMSO	(243,7)	(241,2)	1,0%
Pessoal	(118,2)	(123,0)	-3,9%
Material	(10,9)	(6,5)	66,6%
Serviço de Terceiros	(124,1)	(116,9)	6,2%
Outros	9,5	5,2	82,8%
Energia Comprada	(2.642,9)	(1.993,3)	32,6%
Depreciação	(148,3)	(149,2)	-0,6%
Provisões	(53,3)	(71,8)	-25,8%
PECLD	(150,5)	(123,2)	22,1%
EBITDA Ajustado*	419,8	465,7	-9,9%
Resultado Financeiro	(344,8)	(56,0)	515,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	14,5	(4,8)	-
Resultado Antes dos Impostos e Equivalência Patrimonial	(58,8)	255,7	-
IR/CS	(9,4)	(6,5)	44,6%
IR/CS Diferido	29,6	(80,5)	-
Equivalência Patrimonial	(3,2)	(2,0)	56,7%
Lucro Líquido	(41,8)	166,7	-

Obs: Não considera Receita/Custo de Construção

* O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, equivalência patrimonial, outras receitas/despesas operacionais, resultado financeiro, depreciação e amortização.

4.2. EBITDA Ajustado Consolidado⁵

EBITDA Ajustado Por Segmento (R\$ MM)	1T21	1T20	Variação 1T21/1T20
Distribuição	197,6	307,4	-35,7%
Geração	189,9	138,2	37,4%
Comercialização	37,7	24,9	51,4%
Outros e eliminações	(5,3)	(4,8)	10,3%
Total	419,8	465,7	-9,9%
Margem EBITDA (%)	12,0%	16,1%	-4,1 p.p.

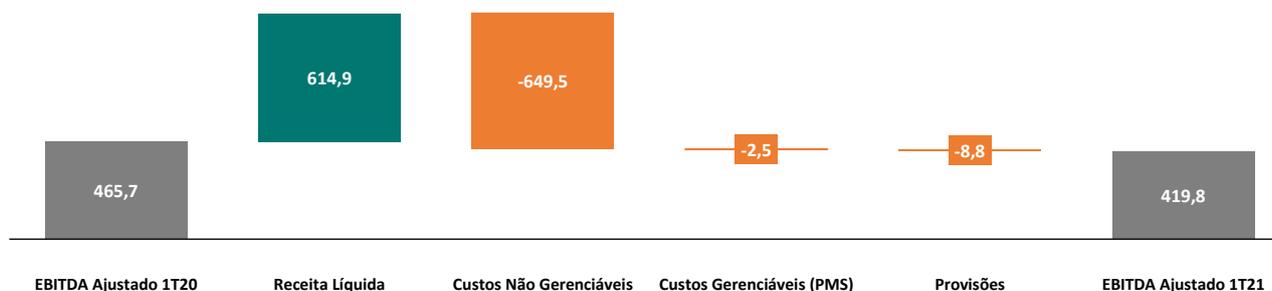
O EBITDA consolidado encerrou o 1T21 em R\$419,8 milhões, 9,9% inferior ao do 1T20, de R\$465,7 milhões. Essa redução se deve, ao menor EBITDA da Distribuidora, apesar de os demais segmentos tenham apresentado melhores resultados.

⁵ EBITDA Ajustado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, equivalência patrimonial, outras receitas/despesas operacionais, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização.

O EBITDA da Distribuidora reduziu 35,7%, passando de R\$307,4 milhões no 1T20 para R\$197,6 milhões no 1T21. A piora de R\$109,8 milhões é decorrente, principalmente, da elevação das perdas no período, o que impactou o resultado em R\$161,4 milhões, embora a variação do VNR tenha contribuído positivamente em R\$39,1 milhões.

Pelo lado da Geradora, o EBITDA foi de R\$189,9 milhões no 1T21, um aumento de R\$51,7 milhões em relação ao apresentado no 1T20. A melhora é decorrente da redução da necessidade de compra de energia devido à estratégia de sazonalização de contratos e garantia física.

**EBITDA ajustado consolidado
1T20 / 1T21 - R\$MM**

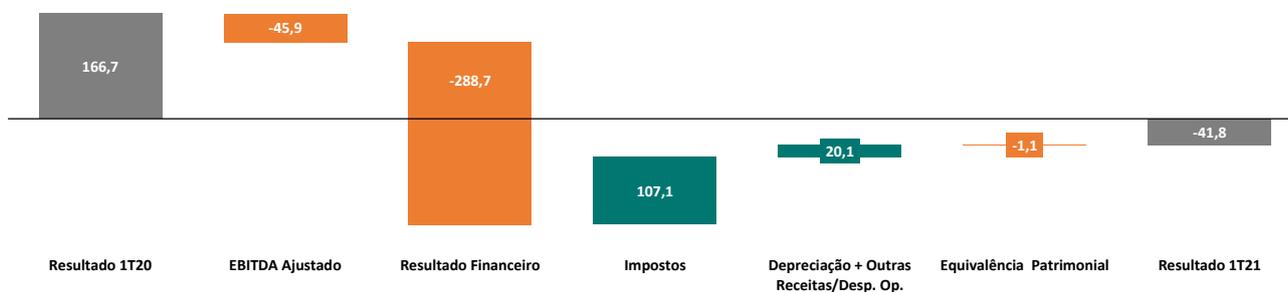


4.3. Resultado Consolidado

Lucro/Prejuízo Líquido Por Segmento (R\$ MM)	1T21	1T20	Variação 1T21/1T20
Distribuição	(100,7)	62,0	-
Geração	40,8	93,5	-56,3%
Comercialização	25,2	17,0	47,7%
Outros e eliminações	(7,1)	(5,8)	22,9%
Total	(41,8)	166,7	-
Margem Líquida (%)	(0,0)	0,1	-6,9 p.p.

A Companhia apresentou um prejuízo de R\$41,8 milhões no 1T21, contra R\$166,7 milhões de lucro no 1T20, principalmente em razão da geração de resultado da Distribuidora, que registrou um prejuízo de R\$100,7 milhões, frente a um lucro de R\$62,0 milhões no 1T20, devido aos fatores comentados acima. Tanto na Geradora quanto na Distribuidora, foram registradas perdas com a marcação a mercado das operações de *swap* das dívidas em moeda estrangeira. Na Distribuidora, houve aumento na linha de Impostos Diferidos, dado o resultado negativo do período, e em Outras Receitas Operacionais, pela alienação de terrenos.

Resultado líquido consolidado 1T20 / 1T21 - R\$MM



5. Light SESA - Distribuição

5.1. Desempenho Operacional

Destaques Operacionais	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Nº de Consumidores (Mil) ¹	4.338,5	4.419,9	-1,8%
Nº de Empregados	5.298	4.890	8,3%
Tarifa média ² - R\$/MWh	923,0	820,7	12,5%
Tarifa média ² - R\$/MWh (s/ impostos)	637,0	581,2	9,6%
Preço médio dos contratos* - R\$/MWh	257,1	223,9	14,9%
Custo médio de compra de energia ** - R\$/MWh	249,7	229,2	8,9%

¹ Considera a quantidade de contratos ativos da distribuidora

² Referente ao mercado cativo e livre

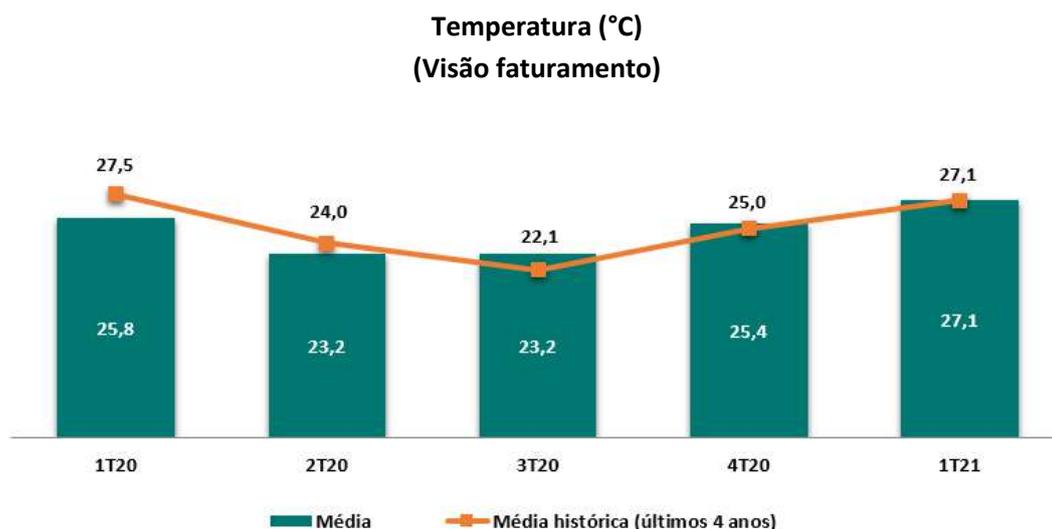
* Não inclui compra no spot e risco hidrológico. O denominador é o montante de energia contratual.

** Não inclui Risco hidrológico. O denominador é a carga verificada.

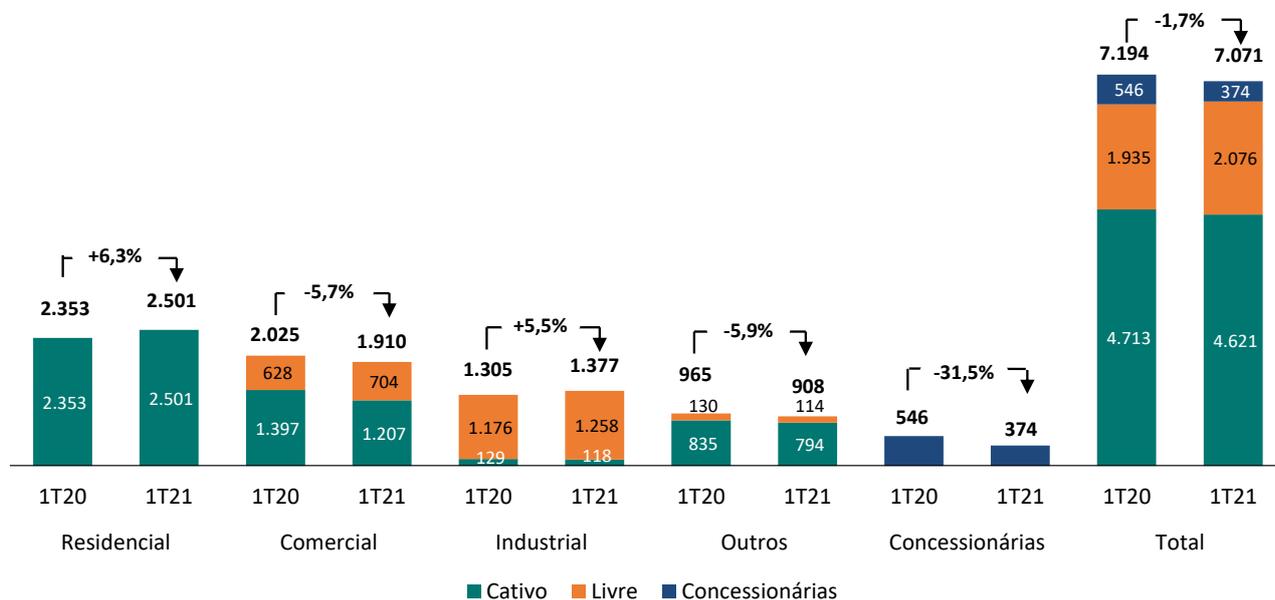
O aumento de 8,3% no número de funcionários próprios é explicado pela primarização de mão-de-obra nas atividades de combate às perdas.

O incremento do preço médio de contratos de compra de energia foi de 14,9%, justificado principalmente pela desvalorização do real frente ao dólar e pela alta do IGP-M, que são índices de referência para o reajuste de importantes contratos de energia representativos no portfólio (UHE Itaipu e UTE Norte Fluminense). Da mesma forma, se registrou um aumento no custo médio de compra de energia (que não inclui o risco hidrológico), de 8,9% em relação ao 1T20, também decorrente dos dois fatores já citados, amenizado pela queda do PLD.

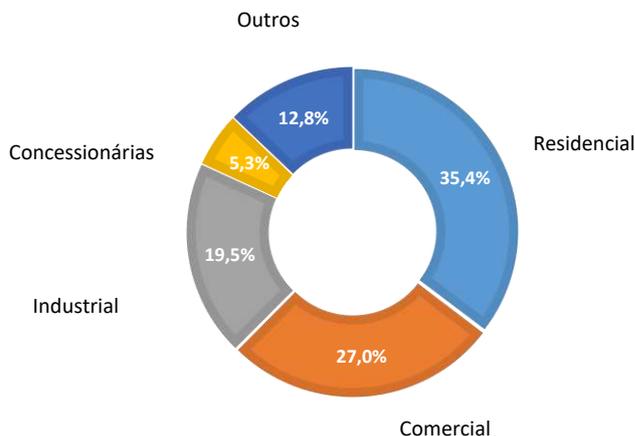
5.1.1. Mercado Total Light SESA (Cativo + Livre + Concessionárias)



Mercado faturado (GWh) 1T21⁶



Mercado de energia 1T21



O mercado total de energia no 1T21 foi de 7.071 GWh, 120 GWh inferior ao 1T20 (-1,7%). O consumo dos clientes cativos atingiu 4.621 GWh, uma retração de 2,0%, e em contrapartida, o consumo dos clientes livres foi de 2.076 GWh, um aumento de 7,3%.

⁶ Dados referentes ao mercado livre estão associados à energia medida dos clientes e não necessariamente aos valores faturados no período.

No período, observamos uma redução de 172 GWh no consumo das Concessionárias, o qual representa apenas a energia transportada pela nossa rede e que será consumida em outras concessões que fazem fronteira com a da Light SESA. Analisando o mercado total de energia sem as Concessionárias, verifica-se um aumento de 49 GWh (+0,7%) entre o 1T20 e o 1T21.

A classe Residencial apresentou um volume de 2.501 GWh no 1T21, um acréscimo de 6,3% em relação ao mesmo trimestre de 2020. Esse aumento se deve, principalmente, à temperatura média de 1,3 °C maior no trimestre (27,1 °C vs. 25,8 °C de média no 1T20), além da maior recuperação de energia, consequência da intensificação dos trabalhos de combate a perdas no varejo. Tal como nos últimos trimestres, contribuiu também a permanência prolongada dos clientes em suas residências em virtude da pandemia.

A classe Comercial, incluindo clientes cativos e livres, apresentou uma queda de 5,7% na comparação com o 1T20 e continua sendo influenciada negativamente pelos efeitos da pandemia, já que muitos estabelecimentos comerciais encerraram suas atividades ou passaram a operar em horário de funcionamento reduzido.

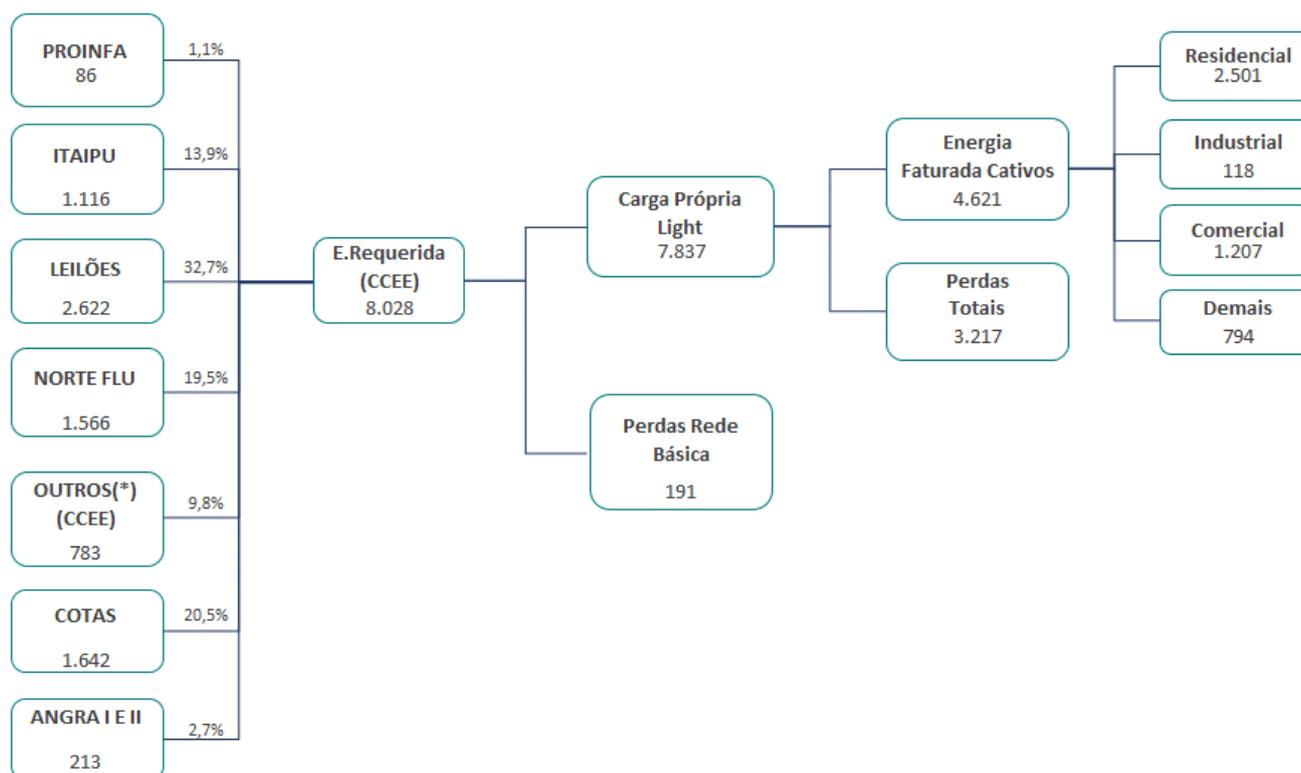
O mercado Industrial registrou um aumento de 5,5% no 1T21 em relação ao 1T20. O setor da siderurgia foi o que mais contribuiu para esse desempenho.

As Concessionárias tiveram uma retração de 31,5% comparada com o 1T20. Esse resultado é consequência do remanejamento de um dos pontos de conexão, transferindo o fluxo de energia atendido pelo sistema de distribuição para a rede básica desde julho/20, fazendo com que o fluxo de carga deixasse de circular pela Light SESA.

O mercado livre finalizou o trimestre representando 29,5% do mercado total da distribuidora. A migração de clientes cativos para o mercado livre é neutra para a margem da Companhia, uma vez que a energia continua sendo transportada pela concessionária, que é remunerada pela TUSD. No 1T21, tivemos um aumento de 79 clientes livres em comparação a dezembro/20, encerrando o período com um total de 1.299 clientes.

5.1.2. Balanço Energético

Balanço energético de distribuição (GWh)
1º trimestre 2021

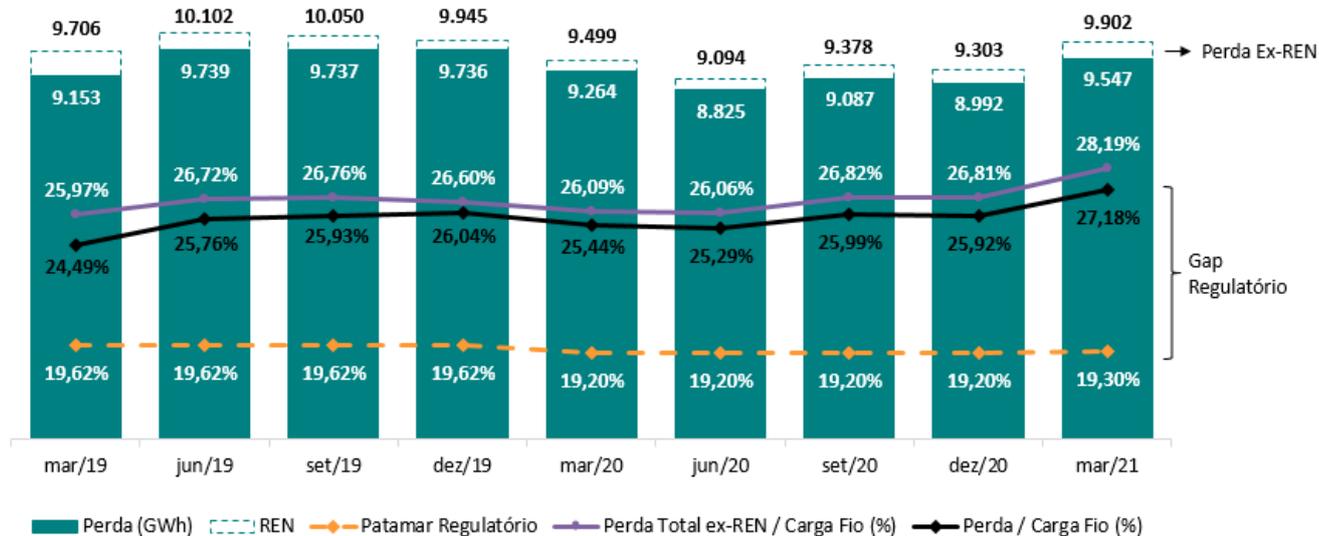


(*) Outros inclui Compra no Spot - Venda no Spot.

Balanço Energético (GWh)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
= Carga Fio	10.287	9.855	4,4%
- Energia medida transportada para concessionárias	374	546	-31,5%
- Energia medida transportada para clientes livres	2.076	1.935	7,3%
= Carga Própria	7.837	7.375	6,3%
- Energia Faturada (Cativo)	4.621	4.713	-2,0%
Mercado Baixa Tensão	3.685	3.675	0,3%
Mercado Média e Alta Tensão	936	1.038	-9,9%
= Perda Total	3.217	2.661	20,9%

5.1.3. Perdas de Energia

Evolução das perdas totais
12 meses



No 1T21, registramos alta de 555 GWh nas perdas totais (12 meses), ou 6,2%, quando comparado ao 4T20. As perdas totais ex-REN (12 meses) acompanharam essa tendência, sendo 599 GWh maior em relação ao 4T20, alta de 6,4%.

O indicador de perda total sobre a carga fio encerrou o 1T21 em 27,18%, um acréscimo de 1,26 p.p. em relação ao 4T20. Importante destacar o impacto da redução do consumo das Concessionárias, sendo que houve a mudança de uma conexão para a rede básica em julho/20. Esse efeito isolado e não gerenciável pela Light SESA implicou em um aumento da perda total sobre a carga fio de 0,62 p.p., o que traria o resultado no 1T21 para 26,56%. Houve uma elevação também na perda total ex-REN (12 meses) do 1T21, encerrando em 28,19%, ou 1,38 p.p. acima do indicador do 4T20 (26,81%). A Companhia está 7,88 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 19,30%, conforme parâmetros definidos pela ANEEL na Revisão Tarifária (RTP) de março/17, ajustados pelo mercado de referência para os próximos 12 meses, homologado pelo Regulador na ocasião do reajuste tarifário (IRT) de março/21.

Além do efeito mencionado acima, o aumento das perdas decorreu, principalmente, de três fatores: temperatura, energia não faturada e a gestão do estoque de cortados.

A maior temperatura média no 1T21 em comparação com o mesmo período do ano anterior (1,3 °C), tendo sido registrados picos no mês de março/21, impactou o volume, bem como o efeito matemático da apuração das perdas e carga fio 12 meses apenas com trimestres afetados pela pandemia (2T20 a 1T21), comprometendo o indicador Perda/Carga fio.

A alta temperatura no mês de março/21 impactou negativamente, também, as perdas por um motivo adicional, a Energia Não Faturada. Ela é uma estimativa de faturamento dos últimos dias do mês, que acaba não acompanhando a carga em momentos de picos de temperatura, como observado em março. Estimamos que esse impacto tenha sido da ordem de 150 GWh nas perdas totais (12 meses) neste trimestre, embora seja compensado nos trimestres subsequentes.

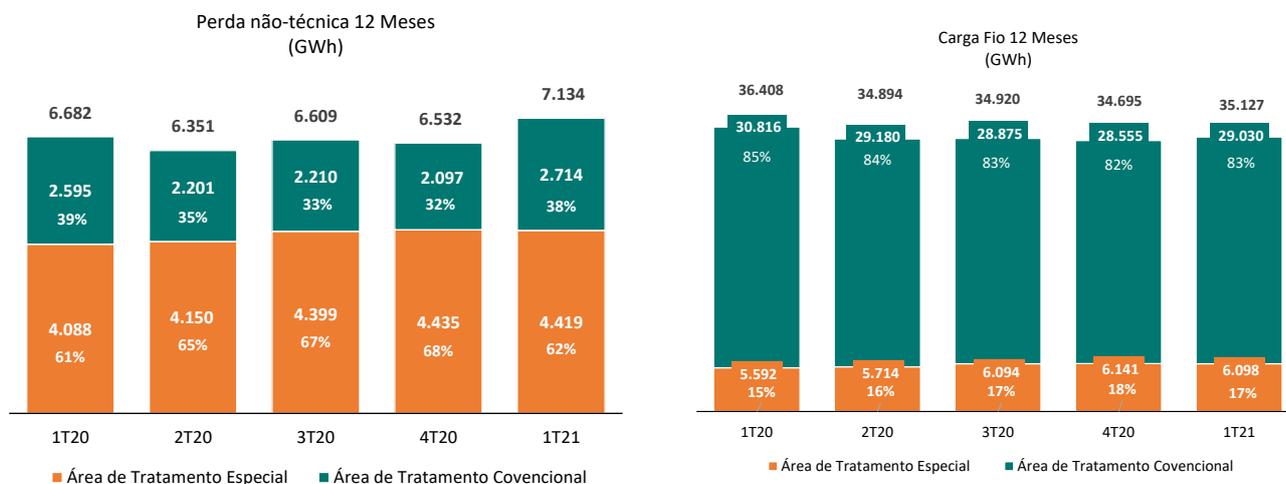
No final de 2019, de uma base de 620 mil clientes cortados, foram regularizados cerca de 300 mil, resultando em um incremento de energia de 140 GWh no 1T20. No modelo implantado pela Companhia em 2021, procura-se conciliar um ritmo de regularização alinhado à expectativa de arrecadação. Em função disso, observamos uma redução de 120 GWh da IEN no 1T21 e, dada a intensificação da atividade de corte para combate à inadimplência desde o 4T20, o saldo de clientes cortados para fechou em 476 mil no final do 1T21. Espera-se que, com o avanço das melhorias de gestão e controle adotado pela Companhia, o processo de regularização atinja uma maior velocidade com incremento de IEN e melhoria da arrecadação.

Adicionalmente, como veremos a seguir, no 1T21, ocorreu uma deterioração das perdas na Área de Tratamento Convencional (ou ATC, nova denominação da Área Possível). Isso é justificado, além dos fatores anteriores, à revisão anual das regiões que compõem as áreas Convencional e Especial, a partir do monitoramento e classificação realizados cotidianamente pela Companhia. Com efeito, incorporamos algumas áreas na base da ATC, que, até dezembro/20, eram classificadas como ATE, dado que passaram a apresentar um nível de perdas mais baixo e ter relacionamento com a Companhia, possibilitando a nossa atuação.

Vale observar que o efeito da energia não faturada sobre a dinâmica de perdas impacta, quase que exclusivamente, os registros na ATC (cerca de 95%).

Ao final do 1T21, as perdas não-técnicas (12 meses) da ATE apresentaram redução de 4.435 GWh no 4T20 para 4.419 GWh no 1T21, em decorrência, principalmente, da reclassificação de regiões tal como previamente comentado. As perdas na ATE passaram a representar 62% do total de perdas não-técnicas. Na ATC, as perdas não-técnicas encerraram o trimestre em 2.714 GWh (38% do total), um aumento de 617 GWh em comparação com o 4T20.

O indicador de perda total/carga fio (12 meses) em ambas as áreas aumentou. Na ATC, o aumento foi de 1,7 p.p. em comparação ao 4T20 e, na ATE, houve alta de 0,5 p.p. Essa piora é decorrente, sobretudo, de a análise levar em consideração a carga fio dos últimos quatro trimestres, todos eles impactados pela pandemia da Covid-19, cujos efeitos passaram a afetar os resultados operacionais e econômico-financeiros a partir do 2T20.



Perda Total / Cfo – Áreas de Tratamento Convencional
12 Meses



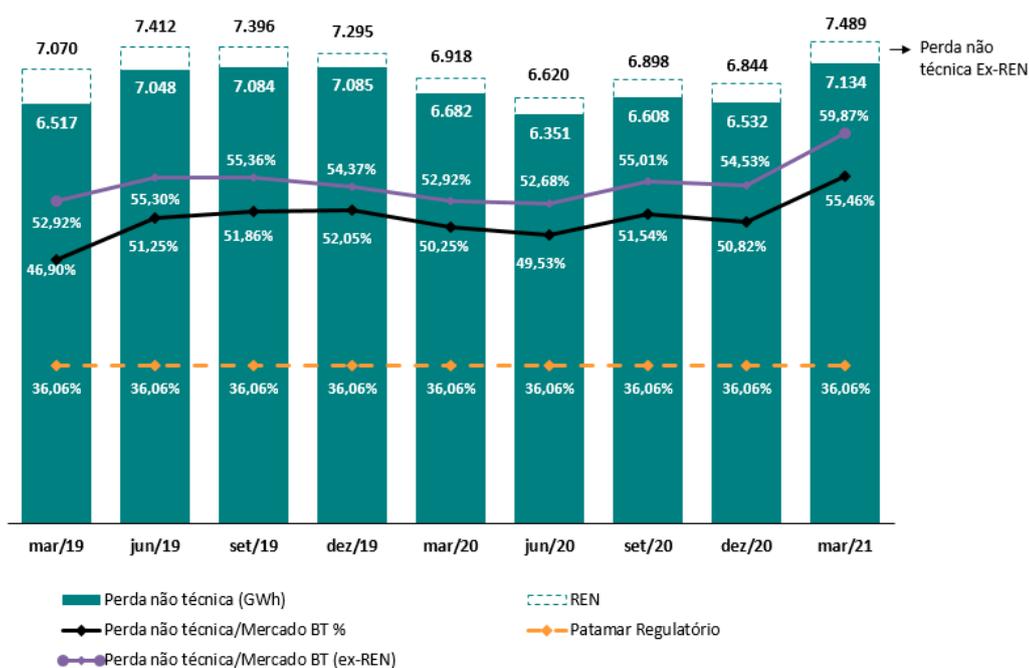
Mar-19 Jun-19 Set-19 Dez-19 Mar-20 Jun-20 Set-20 Dez-20 Mar-21

Perda Total / Cfo – Áreas de Tratamento Especial
12 Meses



Mar-19 Jun-19 Set-19 Dez-19 Mar-20 Jun-20 Set-20 Dez-20 Mar-21

Evolução da perda não técnica/mercado BT 12 meses



Quando observamos o indicador Perda não-técnica/Mercado BT (12 meses), de 55,46%, podemos verificar alta de 4,64 p.p. na comparação com o 4T20. Essa variação é decorrente do aumento das perdas não-técnicas pelos motivos anteriormente explicados, tal como pela análise levar em consideração o mercado BT dos últimos quatro trimestres, todos eles duramente impactados pelos efeitos da Covid-19, que passaram a afetar os resultados operacionais e econômico-financeiros a partir do 2T20. O mercado BT (12 meses) teve um aumento de 10 GWh em comparação a dezembro/20 (principalmente por efeito da temperatura) e retração de 436 GWh em relação a março/20 (principalmente por efeito da pandemia).

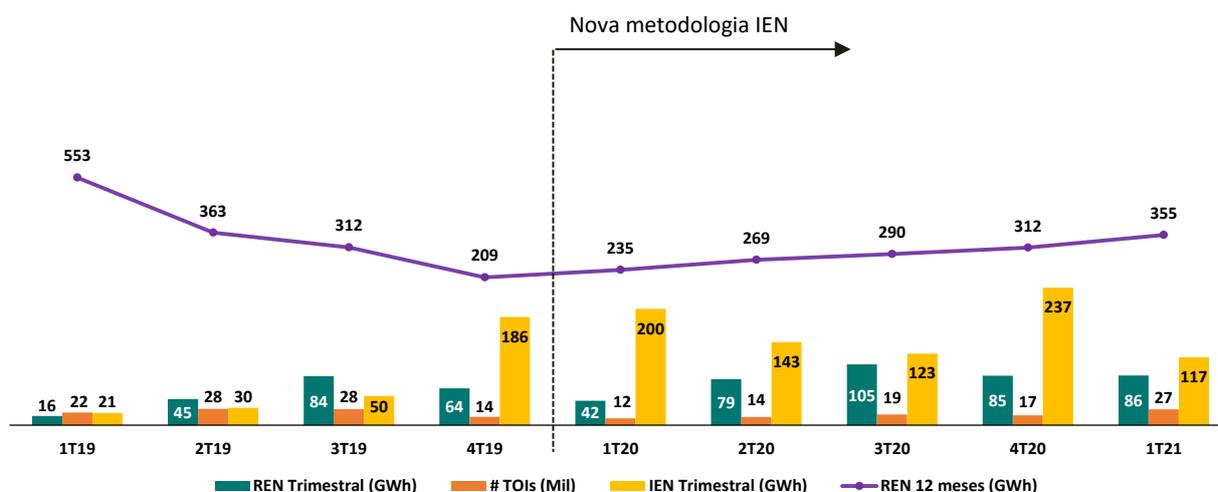
A IEN (Incorporação de Energia) no 1T21 foi de 117 GWh, menor que o registrado no 1T20, de 200 GWh. Essa diferença entre os trimestres está relacionada principalmente à ação com clientes que estavam cortados, a qual trouxe em torno de 140 GWh adicionais no 1T20. Importante observar que, a partir de janeiro/21, a metodologia de cálculo da IEN foi alterada de maneira a se verificar o real ganho das ações de combate às perdas ao longo de 12 meses. Na metodologia anterior, por exemplo, uma normalização ocorrida em junho levava à

contabilização da IEN somente até o fim do ano, ou seja, de julho a dezembro. Com isso, as ações realizadas no início do ano acabavam tendo um peso muito maior no indicador do que aquelas realizadas mais para o final do ano, não retratando assim o total potencial do resultado. Com a nova metodologia, toda a normalização, independente de quando ela ocorra, contribuirá para o resultado dos 12 meses seguintes, retratando assim a total amplitude do resultado das ações.

O volume de REN (12 meses), por sua vez, apresentou um aumento de 14,0% no trimestre em relação ao 4T20, atingindo 355 GWh, em virtude da intensificação dos trabalhos de campo com base nas ações tradicionais de combate as perdas (melhorias no processo de identificação de alvos para inspeções e normalizações, melhor treinamento das equipes, dentre outras medidas).

O número de TOIs tem se mantido num nível baixo durante os últimos trimestres e a energia recuperada vem aumentando. Isso é resultado de uma estratégia mais assertiva na seleção de alvos de inspeção buscando maiores fraudadores, o que leva a um aumento na média de energia recuperada por normalização. Essa priorização de grandes clientes para inspeção permanecerá nos próximos trimestres, com expectativas de resultados ainda melhores.

Evolução da IEN trimestral e REN trimestral dos últimos 12 Meses (GWh)⁷, e da quantidade de TOIs (mil)



Em GWh	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21
REN Bruta	51	78	114	104	66	94	125	139	112
(-) Cancelamentos*	35	33	30	40	24	15	20	54	26
(=) REN Líquida	16	45	84	64	42	79	105	85	86

*Referem-se a cancelamentos de faturamento por decisão judicial.

Desde o início do ano de 2021, a Companhia vem realizando um amplo diagnóstico para adequar seu plano de negócio e ainda adotando medidas de curto prazo, que vão da implantação de um novo modelo de gestão até ações específicas de combate as perdas e inadimplência. Dentre as iniciativas, destacam-se a integração das ações de recuperação de energia e recebíveis com alinhamento do processo de seleção de alvos e taxa de arrecadação, revisão de procedimentos e treinamento de equipes com novas técnicas para identificação de fraudes, monitoramento de produtividade das equipes, reestruturação do processo de construção de rede

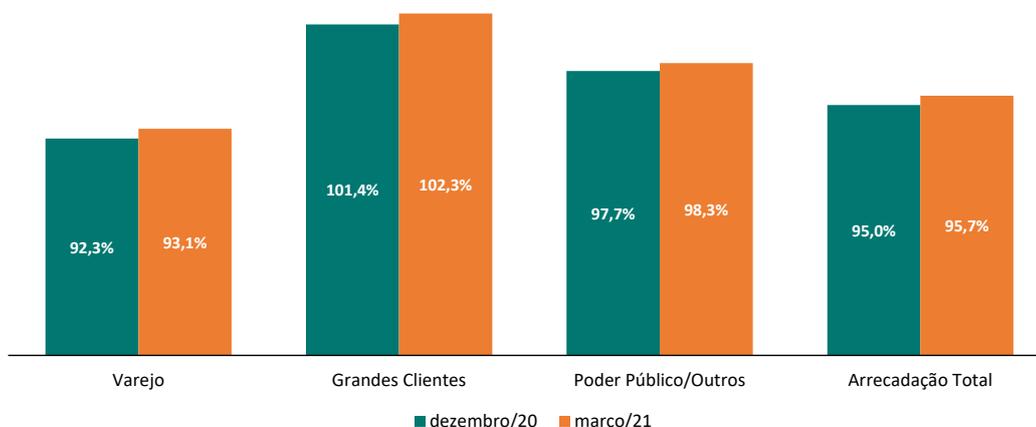
⁷ A partir de janeiro/21 a IEN passou a ser calculada de acordo com a nova metodologia de maneira a se verificar o real ganho das ações de combate às perdas ao longo de 12 meses. Os dados de 2020 foram recalculados para possibilitar uma melhor análise comparativa.

blindada com incremento da redução de perdas nos novos circuitos, evolução do processo de análise dos alarmes gerados pelos medidores telemedidos, regularização de medições fiscais inoperantes, além da revisão do processo de leitura, com redução no número de clientes não lidos e de erros de leitura, que contribuirá para redução de perdas administrativas.

Além disso, foi criada uma nova estrutura dentro da Diretoria Comercial para relacionamento com as comunidades, já tendo um plano de trabalho com as comunidades, atuando em três vertentes: relacionamento estrutural com uso de eficiência energética, conscientização, educação e geração de renda para reverter o contexto socioeconômico desfavorável; ações imediatas de curto prazo, como regularizações, retorno da leitura e entrega de contas, atendimento emergencial sob demanda e aumento do cadastro na Tarifa Social; na vertente estrutural iniciamos um projeto-piloto envolvendo as comunidades Babilônia, Ladeira dos Tabajaras, Chapéu Mangueira e Pilar, de maneira que acompanhar os resultados e implementar melhorias, de maneira que possa escalado para outras comunidades em nossa área de concessão. Estabelecemos também um processo de comunicação contínuo e interação com 180 lideranças comunitárias. Ademais, buscaremos ter o Governo do Estado e as prefeituras como parceiros nesse projeto.

5.1.4. Arrecadação

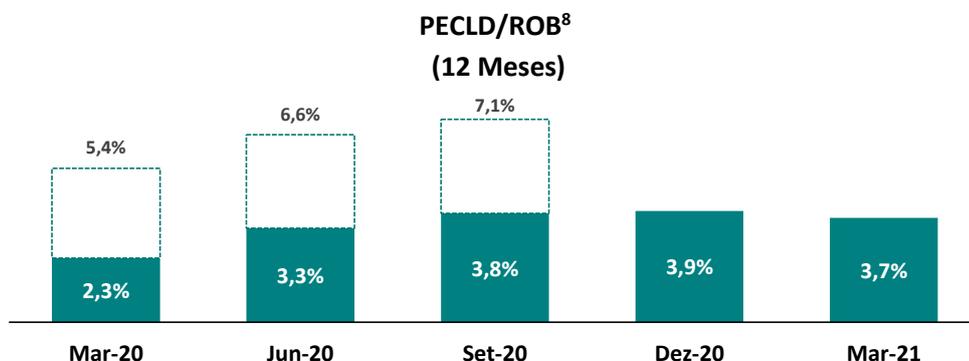
**Taxa de arrecadação por segmento (12 meses)
(Considerando parcelas vencidas de REN)**



A arrecadação total (12 meses) em março/21 alcançou 95,7%, 0,7 p.p. maior que dezembro/20 (95,0%) e 1,2 p.p. menor em relação a março/20. Esse resultado significa uma inversão da tendência dos últimos trimestres quando observamos uma deterioração da inadimplência, principalmente em função da pandemia e dos meses de suspensão do corte de energia pela Aneel em 2020 (final de março a julho/20). Apesar das adversidades ainda persistentes decorrentes da pandemia, conseguimos avançar em todos os setores, destacando-se o varejo (+0,8 p.p.) e grandes clientes (+0,9 p.p.).

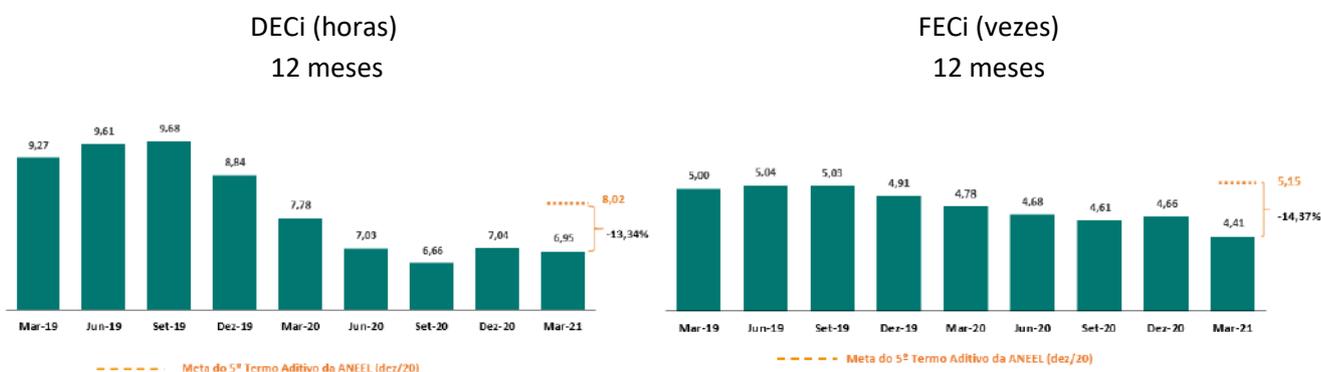
Continuamos a ter uma elevada base de clientes cuja arrecadação se dá por meio de pagamento eletrônicos (débito automático, *internet banking* e caixas eletrônicos), que representou aproximadamente 81,9% do faturamento do varejo no período (vs. 77,5% no 1T20).

O indicador PECLD sobre Receita Operacional Bruta (12 meses) encerrado em março/21 foi de 3,7%, 0,2 p.p. abaixo do índice do 4T20, refletindo o avanço das iniciativas de regularização de clientes, conforme a expectativa da Companhia.



Conforme mencionado acima, também foram adotadas medidas de curto prazo para melhoria da arrecadação, destacando-se: aumento no volume de cortes, negociações e ações administrativas, revisão do processo de atuação no estoque de cortados, revisão da régua de cobrança e seleção de alvos, implantação de célula de pré-negociação de autuações de irregularidades, revisão de contratos com aumento de produtividade das equipes e implantação de URA cognitiva para cobrança de clientes inadimplentes.

5.1.5. Qualidade Operacional⁹



Em março/21, a Light continuou registrando bons resultados na qualidade do serviço prestado. Esse desempenho foi possível devido ao uso de times próprios no campo, à multidisciplinaridade das equipes (*multiskill*) e ao baixo índice de absenteísmo durante a pandemia, além de outras medidas de gestão.

O DECI (12 meses) em março/21 foi de 6,95 horas, uma redução de 1,3% se comparado a dezembro/20. No entanto, quando comparamos ano contra ano, temos uma redução de 10,7% (-0,83 hora), demonstrando a assertividade nos investimentos e a boa performance na recuperação da rede de distribuição após falhas não programadas.

⁸ Receita Bruta do Mercado Cativo + Mercado Livre.

⁹ Os índices de DEC e FEC apresentados foram recalculados de acordo com decisão da ANEEL. Atualmente, a Companhia está discutindo com a ANEEL a revisão das metas desses indicadores no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de maneira a compatibilizar a metodologia de apuração.

O FECi (12 meses) em março/21 foi de 4,41x, uma redução de 5,4% em relação ao resultado do trimestre anterior. Em março/21 em relação ao mesmo período de 2020, observamos uma redução de 7,7% (-0,37 vez), demonstrando a assertividade dos planos plurianuais de investimentos e das ações de manutenção preventiva.

Tanto o DECI quanto o FECi performaram em março/21 abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão. O indicador DECI encerrou o trimestre 13,3% abaixo do limite de 8,02 horas e o FECi 14,4% abaixo do limite de 5,15x.

5.2. Desempenho Financeiro da Light SESA

Informações Financeiras Seleccionadas (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Receita Operacional Líquida	3.152,7	2.634,9	19,7%
Despesa Operacional	(3.075,3)	(2.466,4)	24,7%
EBITDA Ajustado	197,6	307,4	-35,7%
Resultado Financeiro	(229,5)	(73,7)	211,4%
Resultado antes do IR e CS	(151,6)	94,9	-
IR/CSLL	51,0	(32,9)	-
Resultado Líquido	(100,7)	62,0	-
Margem EBITDA	6,3%	11,7%	-5,4 p.p.

Obs: Não considera Receita/Custo de Construção

5.2.1. Receita Líquida da Light SESA¹⁰

Receita Líquida (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Clientes Cativos e Livres	2.810,3	2.661,4	5,6%
Energia Não Faturada	97,9	(60,6)	-
Conta CCRBT	17,6	7,5	136,4%
CVA	123,0	(46,1)	-
Diversos	103,9	72,8	42,8%
Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão - VNR	100,9	61,8	63,3%
Outras Receitas	3,0	11,0	-72,7%
Subtotal	3.152,7	2.634,9	19,7%
Receita de Construção*	184,8	153,8	20,1%
Total	3.337,5	2.788,8	19,7%

* A controlada Light SESA contabiliza receitas e custos, com margem zero, relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A receita líquida no 1T21, desconsiderando a receita de construção, foi de R\$3.152,7 milhões, 19,7% acima da registrada no 1T20, com os seguintes destaques:

- A rubrica de Clientes Cativos e Livres finalizou o trimestre em R\$2.810,3 milhões, um acréscimo de 5,6% em relação ao 1T20, devido principalmente ao reajuste tarifário ocorrido em março/20.

¹⁰ Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição pela Companhia, que assegurou o direito e o dever de que os saldos remanescentes de eventual insuficiência ou ressarcimento pela tarifa ao término de concessão serão acrescentados ou abatidos do valor da indenização, o que permitiu o reconhecimento dos saldos de tais ativos e passivos regulatórios.

- A energia não-faturada encerrou em R\$97,9 milhões positivos, frente a R\$60,6 milhões negativos no mesmo período do ano anterior, em virtude da maior temperatura média registrada no 1T21 em comparação com 1T20 (+1,3°C).
- CVA positiva em R\$123,0 milhões no 1T21, vs. CVA negativa em R\$46,1 milhões em relação ao 1T20, em razão das maiores despesas com compra de energia (risco hidrológico, contratos por disponibilidade, UHE Itaipu e UTE Norte Fluminense), encargos setoriais (ESS e CDE) e encargos de rede básica.
- Incremento de R\$39,1 milhões no VNR do 1T21 em relação ao 1T20, devido ao aumento do IPC-A verificado no período.

5.2.2. Custos e Despesas da Light SESA

Custos e Despesas (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Custos e Despesas Não Gerenciáveis	(2.527,9)	(1.910,4)	32,3%
Custos de Compra de Energia	(2.701,2)	(2.041,6)	32,3%
Custos com Encargos e Transmissão	(344,5)	(249,8)	37,9%
Crédito de PIS/COFINS sobre compra de Energia	239,9	189,0	27,0%
Crédito ICMS sobre compra de Energia	277,8	192,0	44,6%
Custos e Despesas Gerenciáveis	(547,3)	(556,0)	-1,6%
PMSO	(224,2)	(221,0)	1,4%
Pessoal	(107,9)	(111,3)	-3,1%
Material	(10,5)	(6,4)	64,0%
Serviço de Terceiros	(118,6)	(111,1)	6,7%
Outros	12,8	7,8	63,8%
Provisões - Contingências	(53,0)	(72,9)	-27,3%
PECLD	(150,5)	(123,2)	22,1%
Depreciação e Amortização	(134,0)	(135,0)	-0,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	14,3	(3,9)	-
Custos Totais Sem Custo de Construção	(3.075,3)	(2.466,4)	24,7%
Custo de Construção	(184,8)	(153,8)	20,1%
Custos Totais	(3.260,1)	(2.620,2)	24,4%

5.2.2.1. Custos e Despesas Gerenciáveis da Light SESA

Neste trimestre, os custos/despesas gerenciáveis totalizaram R\$547,3 milhões, 1,6% abaixo do registrado no 1T20.

PMSO registrou alta de 1,4% (R\$3,2 milhões) em comparação ao 1T20.

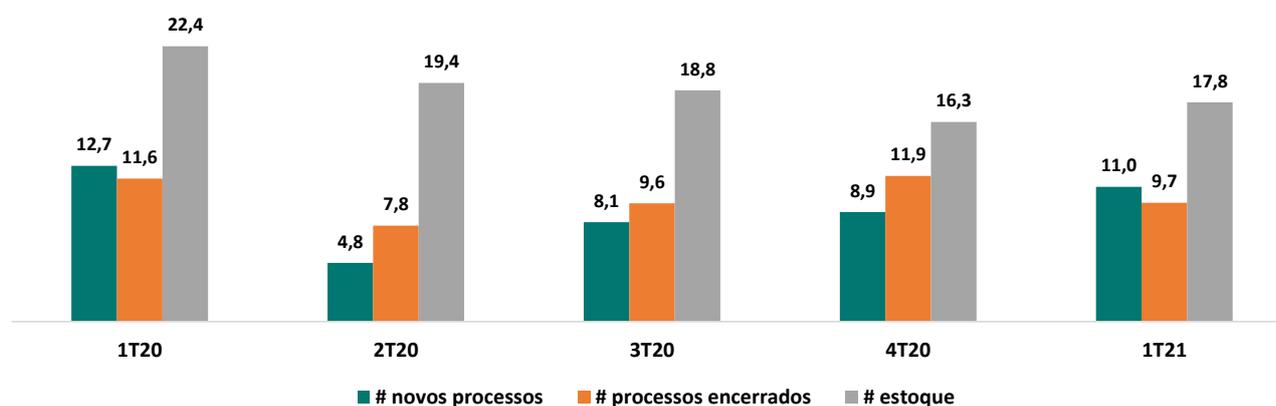
Os gastos com PMS, excluindo aqueles extraordinários com PDV no 1T20 (R\$10,5 milhões), registraram uma alta de R\$13,7 milhões no 1T21 em relação ao 1T20, ou 6,5%, praticamente em linha com a inflação ocorrida no período (6,1%). Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência de uma maior atuação da área comercial, em especial nas atividades ligadas ao processo de cobrança, que intensificou ações em campo e também em atividades de *backoffice* através de seus canais de cobrança, visando à melhoria da arrecadação.

As provisões/contingências encerraram o trimestre em R\$53,3 milhões. Na comparação trimestral, ajustando o valor do 1T20 pelo estorno do PDV (R\$10,5 milhões), observamos uma redução de R\$29,5 milhões, decorrentes da redução do ingresso de novas demandas judiciais e do estoque de processos, bem como da melhoria dos

procedimentos operacionais e de relacionamento com o cliente. A entrada de novos processos foi também positivamente impactada pelos efeitos da pandemia.

Provisões (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
JEC	(29,6)	(34,3)	-13,7%
Cível	(26,4)	(41,9)	-37,1%
Outras	2,7	2,6	3,1%
Total	(53,3)	(73,6)	-27,6%

Com relação às provisões JEC, que são diretamente impactadas pela entrada de novas demandas, observou-se a manutenção da trajetória de redução. No comparativo trimestral observa-se uma queda de 13,7% no número de novos processos e de redução de -32% no valor destas provisões. Esta redução no ingresso de novas demandas é reflexo da melhoria dos procedimentos operacionais, melhoria das ações de relacionamento com o cliente e também positivamente impactada pelos efeitos da pandemia.



5.2.2.2. Custos e Despesas Não Gerenciáveis da Light SESA

Custos e Despesas Não Gerenciáveis (R\$ MM)	1T21	1T20	Variação 1T21/1T20
Encargos de uso da Rede Básica e ONS	(324,8)	(230,2)	41,1%
Encargos de conexão - Transmissão	(19,7)	(19,6)	0,6%
Itaipu	(396,2)	(338,9)	16,9%
Transporte de Energia - Itaipu	(35,7)	(29,4)	21,7%
UTE Norte Fluminense	(824,1)	(630,3)	30,7%
PROINFA	(35,3)	(34,0)	3,9%
Cotas de Garantia Física	(172,2)	(163,8)	5,1%
Cota de Nucleares	(49,7)	(60,0)	-17,2%
Leilões de Energia	(647,0)	(534,1)	21,1%
Contratos por Quantidade	(232,6)	(241,6)	-3,7%
Contratos por Disponibilidade	(414,4)	(292,5)	41,7%
Mercado de Curto Prazo CCEE	(541,0)	(251,1)	115,4%
Vendas/Compras no Spot	(120,8)	(62,1)	94,5%
Riscos Hidrológicos	(79,2)	(61,3)	29,2%
Efeito de Contratos por Disponibilidade	(36,6)	(127,6)	-71,3%
ESS	(258,4)	(6,5)	3873,3%
Energia de Reserva	(30,2)	-	-
Outros	(16,0)	6,3	-
Crédito de PIS/COFINS sobre compra de Energia	239,9	189,0	27,0%
Crédito ICMS sobre compra de Energia	277,8	192,0	44,6%
Total	(2.527,9)	(1.910,4)	32,3%

Os custos e despesas não gerenciáveis no 1T21 foram de R\$2.527,9 milhões, R\$627,6 milhões ou 32,3% acima do registrado no mesmo período do ano anterior.

As principais variações se deram dentro da rubrica de mercado de curto prazo (CCEE), dentre elas podemos destacar:

- Devido à decisão do CMSE autorizando o ONS a despachar térmicas mais caras e importar energia dos países vizinhos, houve uma elevação de R\$251,9 milhões na rubrica de ESS (Encargos de Serviço do Sistema).
- Pelo aumento da carga no período e pela redução na contratação de energia, houve maior necessidade de compra no Spot elevando as despesas em R\$58,2 milhões nesta rubrica.
- Os baixos níveis de PLD no 1T21 contribuíram para o aumento da cobrança do encargo de energia de reserva, gerando um pagamento de R\$30,2 milhões.
- Em contrapartida, as despesas da CCEE foram atenuadas devido à maior geração térmica, que impactou a redução do ECD (Efeito da Contratação por Disponibilidade) em R\$91,0 milhões.

Além disso, a alta do dólar contribuiu para um aumento de R\$57,3 milhões nas despesas de Itaipu do 1T21. O mesmo fator atuou elevando a tarifa de Norte Fluminense, que passou por reajuste em novembro/20. Aliado ao dólar, tivemos também a alta do IGP-M, de tal forma que os dois índices contribuíram para uma elevação de R\$193,8 milhões na despesa com esta usina.

5.2.3. Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A – CVA

Ativo/Passivo Regulatório Líquido (R\$ MM)	1T21	4T20	3T20	2T20	1T20
Ativos Regulatórios	1.946	588	619	1.465	1.197
Passivos Regulatórios	(2.120)	(514)	(799)	(784)	(577)
Ativo/Passivo Regulatório Líquido	(174)	74	(180)	681	620

O saldo da conta de compensação de variação de itens da Parcela A – CVA no final do 1T21 totalizou R\$174 milhões negativos e incorpora (i) o valor da CVA e dos itens financeiros homologados pela Aneel e repassados à tarifa no reajuste tarifário de março/21, que serão faturados e amortizados nos meses subsequentes, (ii) a formação da CVA ainda não repassada à tarifa, majoritariamente constituída nas competências de janeiro a março/21, que serão consideradas pela ANEEL no processo tarifário de março/22, e (iii) o registro de um passivo associado aos valores recebidos da Conta-Covid e que foram revertidos como componente financeiro negativo no processo tarifário de março/2021.

5.2.4. Resultado Financeiro da Light SESA

Resultado Financeiro (R\$ MM)	1T21	1T20	Variação 1T21/1T20
Receitas Financeiras	167,8	568,6	-70,5%
Juros sobre Aplicações Financeiras	10,8	7,7	40,8%
Operações de Swap	148,6	522,6	-71,6%
Juros sobre contas de energia e parcelamento de débitos	10,6	17,5	-39,3%
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor	(9,5)	4,0	-
Atualização de ICMS Base Cálculo PIS/COFINS	2,6	11,2	-76,8%
Outras Receitas Financeiras	4,7	5,7	-17,0%
Despesas Financeiras	(397,3)	(642,3)	-38,1%
Encargos da dívida (Moeda Nacional)	(84,3)	(99,7)	-15,4%
Encargos da dívida (Moeda Estrangeira)	(36,8)	(37,9)	-2,7%
Variação Monetária	(75,7)	(37,9)	99,9%
Variação Cambial	(171,5)	(409,6)	-58,1%
Operações de Swap	-	-	-
Variação Cambial Itaipu	(20,9)	(46,4)	-55,0%
Atualização de provisões para contingências	(5,6)	(4,3)	29,5%
Atualização pela Selic P&D/PEE/FNDCT	(1,4)	(2,3)	-36,3%
Juros sobre Tributos	(0,0)	(0,1)	-46,5%
Parcelamento- multas e juros Lei.11.941/09 (REFIS)	(0,2)	(0,6)	-67,2%
Outras Despesas Financeiras (inclui IOF)	(0,9)	(3,7)	-76,2%
Total	(229,5)	(73,7)	211,4%

O resultado financeiro no 1T21 foi negativo em R\$229,5 milhões. Comparando o resultado do 1T20, de R\$73,7 milhões negativos, o aumento no custo financeiro foi de R\$155,8 milhões, principalmente, pelo menor ganho com a marcação a mercado das operações de *swap* das dívidas em moeda estrangeira, decorrente do aumento da curva futura do CDI e do aumento do dólar *spot*. O efeito da marcação a mercado no 1T21 foi de R\$39,1 milhões negativos, frente a um ganho de R\$103,8 milhões no 1T20, o que totaliza uma variação negativa de R\$142,9 milhões na comparação entre os períodos. O aumento da variação monetária ocorreu devido ao maior IPC-A no período (2,05% no 1T21 vs. 0,53% no 1T20). A redução da variação cambial é decorrente do câmbio (p-tax) do período (9,36% no 1T21 vs. 29,98% no 1T20).

6. Light Energia – Geração

Destaques Operacionais	1T21	1T20	Variação 1T21/1T20
Nº de Empregados	223	201	10,9%
Capacidade Instalada (MW)	1.188,1	1.188,1	0,0%
Light Energia	873,0	873,0	0,0%
Participações ¹	315,1	315,1	0,0%
Garantia Física (MWmédio)	543,8	543,9	0,0%
Light Energia ²	408,0	408,2	0,0%
Participações	135,8	135,8	0,0%

¹Participação proporcional nas coligadas: Belo Monte, Guanhães e PCH Paracambi.

² Garantia física líquida de perdas internas e bombeamento

6.1. Desempenho Operacional

Com as ações realizadas para garantir a saúde e a segurança dos colaboradores da Companhia em meio à pandemia, as usinas da Light Energia seguiram operando normalmente.

6.1.1. Compra e Venda de Energia

Compra e Venda de Energia (MWm)*	1T21	1T20	Variação 1T21/1T20
Venda (ACL + Spot)	501,3	615,1	-18,5%
Compra (ACL + Spot)	24,1	143,5	-83,2%

*Valores incluem a plantas de: Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Ilha dos Pombos, Santa Branca e PCH Lajes

No 1T21, houve uma redução de 18,5% na venda (ACL + Spot) em função da sazonalização dos contratos, que reduziram a alocação de energia no 1T21 quando comparado com os volumes do 1T20. Essa variação foi resultado da estratégia adotada pela Light Energia em alocar a sua garantia física seguindo a sazonalização média do MRE, condição que mitiga os riscos de exposição às variações de mercado ao longo do ano.

Com essa estratégia de sazonalização da garantia física, um maior volume de energia foi alocado no 1T21, em especial no mês de janeiro, que, somado à menor quantidade de energia dos contratos, reduziu significativamente a necessidade de compra de energia nesse 1T21.

A Light Energia continua amparada por uma decisão judicial que a desobriga de realizar os pagamentos relativos a eventuais exposições nas liquidações mensais da CCEE (Liminar do GSF). Com este mecanismo, evita o pagamento corrente de parte dos valores da liquidação financeira do mercado *spot*, protegendo seu fluxo de caixa. No entanto, a totalidade do custo e da receita é regularmente provisionada no resultado. O saldo do passivo em aberto em março/21, referente ao período de maio/15 a março/21, era de aproximadamente R\$1.918,2 milhões na rubrica Comercialização no mercado de curto prazo. Em contrapartida, a Geradora possui um saldo a receber de R\$578,9 milhões, resultando em um passivo líquido, em março/21, de R\$1.339,3, milhões. Em relação a dezembro/20, o passivo líquido aumentou R\$384,6 milhões, decorrente da atualização monetária pelo IGP-M dos saldos registrados no ativo e no passivo, mas, principalmente, pelo recebimento de R\$335,8 milhões de outros agentes que pagaram seus débitos antecipadamente à celebração dos acordos, reduzindo assim a posição passiva da Light Energia na CCEE.

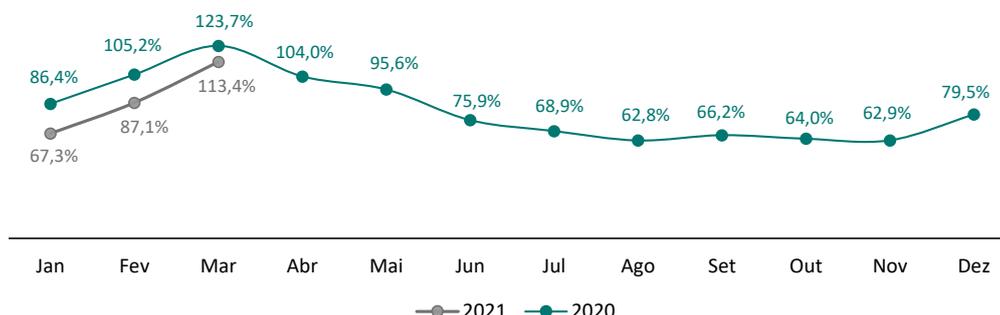
Em 01/12/20, a ANEEL regulamentou, por meio da Resolução Normativa nº 895/20, a metodologia para o cálculo da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismos de Realocação de Energia

(MRE), determinando que a CCEE efetue o cálculo do montante financeiro da compensação em até 90 dias da data da resolução. Os montantes financeiros nos períodos em que a usina hidrelétrica esteve protegida por decisão judicial serão atualizados pelo IPCA e, no período em que houve desembolso, caberá ainda o ajuste pela taxa de capitalização (Ke) de 9,63% a.a., até o último mês contabilizado pela CCEE de acordo com as regras de comercialização. Nesse mesmo prazo de 90 dias, coube à CCEE calcular para cada usina participante do MRE os prazos de extensão de outorga nos termos estabelecidos pela Lei nº14.052/20.

Em 02/03/21, a CCEE divulgou os valores apurados segundo a regulamentação aprovada em dezembro/20, cabendo à ANEEL homologar os valores definitivos. Considerando os últimos valores divulgados pela CCEE, o ativo intangível da Light Energia é de R\$433,8 milhões, que foi reconhecido no 4T20.

Em 06/04/21, a Light Energia liquidou o saldo em aberto na CCEE referente à repactuação do GSF, mediante o pagamento de aproximadamente R\$1,3 bilhão. A Companhia atenderá às demais exigências definidas na Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 para a efetivação da repactuação do risco hidrológico, incluindo, mas não se limitando, à desistência de ação judicial, tão logo os valores calculados e divulgados pela CCEE sejam homologados pela ANEEL.

GSF - Generation Scaling Factor



PLD Médio Mensal SE/CO (R\$/MWh)

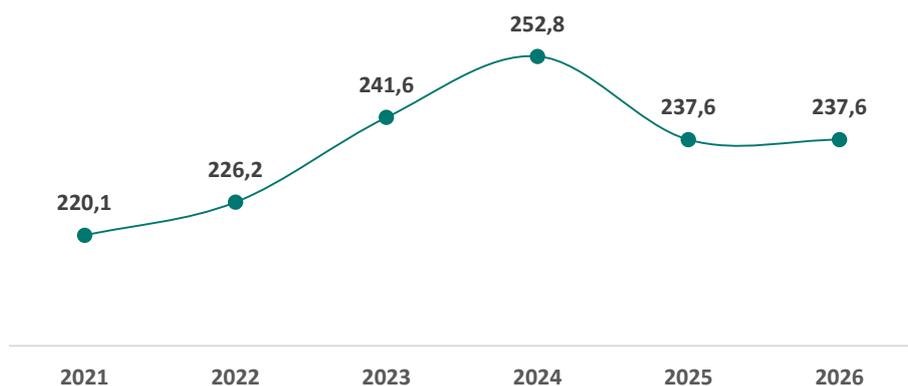


6.1.2. Nível de contratação/descontratação de energia em MWm (Light Energia + Lightcom)



*Considera o fim da concessão da Light Energia em 04/06/2026, dado que a postergação por efeito da repactuação do GSF ainda não foi concluída.

6.1.3. Preço médio dos contratos de venda de energia convencional em R\$/MWh (Lightcom)



*Valores líquidos de impostos. Data-base: jan/21.

6.2. Desempenho Financeiro da Light Energia

Informações Financeiras Seleccionadas (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Receita Operacional Líquida	275,1	253,7	8,4%
Despesa Operacional	(99,9)	(130,5)	-23,4%
EBITDA Ajustado	189,9	138,2	37,4%
Resultado Financeiro	(116,5)	15,9	-
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(0,5)	(0,8)	-43,6%
Resultado antes dos Impostos e Equivalência Patrimonial	58,2	138,3	-57,9%
IR/CSLL	(17,9)	(45,3)	-60,6%
Equivalência Patrimonial	-	(0,4)	-
Lucro/Prejuízo Líquido	40,8	93,5	-56,3%
Margem EBITDA	0,7	0,5	14,5 p.p.

6.2.1. Receita Líquida e Custos e Despesas da Light Energia

Receita Líquida (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Venda no Ambiente de Contratação Livre (ACL)	186,1	217,3	-14,4%
Spot (CCEE)	87,2	34,5	152,6%
Diversos	1,9	1,9	-2,4%
Total	275,1	253,7	8,4%

Custos e Despesas Operacionais (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Pessoal	(5,9)	(6,7)	-11,1%
Material e Serviço de Terceiros	(4,7)	(4,5)	5,8%
Energia Comprada / CUSD / CUST	(71,9)	(103,5)	-30,5%
Depreciação	(14,2)	(14,1)	0,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(0,5)	(0,8)	-43,6%
Outras (inclui provisões)	(2,6)	(0,8)	214,8%
Total	(99,9)	(130,5)	-23,4%

No trimestre, houve aumento de 8,4% (R\$21,4 milhões) na receita líquida em comparação ao trimestre anterior devido, principalmente, ao incremento das vendas no mercado *spot*¹¹ (R\$52,7 milhões), sobretudo decorrente da política de *hedge* da Companhia.

Os custos e despesas encerraram o 1T21 em R\$99,9 milhões vs. R\$130,5 milhões registrados no 1T20, uma redução de 23,4%, devido, principalmente, a menores custos com a energia comprada, consequência da redução da necessidade de compra de energia devido à estratégia de sazonalização de contratos e garantia física.

Os gastos com PMS ficaram em linha em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Excluindo o PDV no valor de R\$1,8 milhão registrado no 1T20, o PMS aumentou R\$1,2 milhão em relação ao 1T20.

6.2.2. Resultado Financeiro da Light Energia

Resultado Financeiro (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Receitas Financeiras	98,3	311,8	-68,5%
Juros sobre Aplicações Financeiras	5,9	6,8	-12,5%
Operações de Swap	92,3	304,9	-69,7%
Despesas Financeiras	(214,8)	(295,9)	-27,4%
Encargos da dívida (Moeda Nacional)	(0,2)	(0,5)	-57,0%
Encargos da dívida (Moeda Estrangeira)	(16,1)	(17,7)	-9,0%
Varição Cambial	(105,1)	(245,3)	-57,1%
Operações de Swap	-	-	-
Atualização pela Selic P&D/PEE/FNDCT	(0,1)	(0,1)	-49,6%
Atualização do GSF	(89,4)	(31,3)	185,2%
Outras Despesas Financeiras (inclui IOF)	(3,8)	(0,8)	347,5%
Total	(116,5)	15,9	-

¹¹ Para fins de contabilização na CCEE, no fechamento mensal utiliza-se como referência o GSF=1. No mês subsequente, a CCEE informa o ajuste necessário no faturamento, de acordo com o GSF real apurado.

No 1T21, o resultado financeiro foi negativo em R\$116,5 milhões, frente a um resultado positivo de R\$15,9 milhões no mesmo período do ano anterior. O principal motivo para essa piora foi a maior despesa com a marcação a mercado das operações de *swap* das dívidas em moeda estrangeira, bem como a atualização da parcela passiva do GSF, a qual é corrigida pelo IGP-M. O efeito da marcação a mercado no 1T21 foi de R\$24,8 milhões negativos, frente a um ganho de R\$51,9 milhões no 1T20, o que totaliza uma variação negativa de R\$76,7 milhões na comparação entre os períodos. A redução da variação cambial é decorrente do câmbio (p-tax) do período (9,36% no 1T21 vs. 29,98% 1T20).

6.2.3. Resultado Líquido da Light Energia

Lucro/Prejuízo Líquido (R\$MM)	1T21	1T20	Variação 1T21/1T20
Resultado Light Energia (sem Participações)	40,8	93,9	-56,5%
Ganhães - Equivalência Patrimonial	-	(0,4)	-
Lucro/Prejuízo Líquido	40,8	93,5	-56,3%

A Light Energia, excluindo participações, obteve um lucro líquido de R\$40,8 milhões no 1T21 frente a um lucro de R\$93,5 milhões no 1T20.

7. Lightcom - Comercialização

7.1. Desempenho Operacional da Lightcom

Destaques Operacionais	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Volume Comercializado - MWm	617	645	-4,3%
Preço Médio de Venda (Líquido de Impostos) - R\$/MWh	210,4	188,6	11,6%

O volume comercializado no 1T21 reduziu 4,3% em relação ao 1T20 devido à menor quantidade de operações realizadas através de contrato de curto prazo mensal.

O preço médio de venda neste período aumentou 11,6% em relação ao praticado no 1T20, em função do maior preço associado aos contratos de venda de longo prazo que compõem o portfólio da Comercializadora.

7.2. Desempenho Financeiro da Lightcom

Informações Financeiras Selecionadas (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Receita Operacional Líquida	280,6	266,9	5,1%
Revenda	280,4	266,7	5,1%
Outros	0,1	0,1	1,6%
Despesas Operacionais	(242,9)	(242,0)	0,4%
Pessoal	(1,3)	(1,1)	11,9%
Material e Serviço de Terceiro	(0,4)	(0,2)	151,3%
Outros	(0,4)	(0,4)	-7,1%
Energia Comprada	(240,8)	(240,3)	0,2%
Provisões - PECLD Renova	-	-	-
EBITDA Ajustado	37,7	24,9	51,4%
Margem EBITDA	0,1	0,1	4,1 p.p.
Resultado Financeiro	0,6	1,1	-39,9%
Receita Financeira	0,8	1,2	-36,2%
Despesa Financeira	(0,1)	(0,1)	-6,8%
Resultado antes do IR e CS	38,3	26,0	47,6%
Lucro/Prejuízo Líquido	25,2	17,0	47,7%

A Comercializadora registrou um EBITDA de R\$37,7 milhões no 1T21 vs. um EBITDA de R\$24,9 milhões no 1T20 em virtude da maior receita com a revenda de energia. O Lucro Líquido foi de R\$25,2 milhões.

8. Endividamento

R\$ MM	Custo	Circulante	%	Não Circulante	%	Total	%
Light SESA		1.650,3	100,0%	6.681,6	100,0%	8.331,9	100,0%
Moeda Nacional		1.194,5	72,4%	5.193,5	77,7%	6.388,0	76,7%
Debêntures 8ª Emissão	CDI + 1,18%	39,2	2,4%	195,8	2,9%	235,0	2,8%
Debêntures 9ª Emissão Série A	CDI + 1,15%	250,0	15,1%	-	0,0%	250,0	3,0%
Debêntures 9ª Emissão Série B	IPCA + 5,74%	75,8	4,6%	227,4	3,4%	303,2	3,6%
Debêntures 13ª Emissão	IPCA + 7,44%	-	0,0%	531,7	8,0%	531,7	6,4%
Debêntures 15ª Emissão Série 1	IPCA + 6,83%	-	0,0%	599,5	9,0%	599,5	7,2%
Debêntures 15ª Emissão Série 2	CDI + 2,20%	80,0	4,8%	80,0	1,2%	160,0	1,9%
Debêntures 16ª Emissão Série 1	CDI + 0,90%	-	0,0%	132,5	2,0%	132,5	1,6%
Debêntures 16ª Emissão Série 2	CDI + 1,25%	-	0,0%	423,0	6,3%	423,0	5,1%
Debêntures 16ª Emissão Série 3	CDI + 1,35%	-	0,0%	62,5	0,9%	62,5	0,8%
Debêntures 17ª Emissão Série 1	CDI + 1,50%	-	0,0%	500,4	7,5%	500,4	6,0%
Debêntures 17ª Emissão Série 2	CDI + 1,75%	-	0,0%	50,0	0,7%	50,0	0,6%
Debêntures 17ª Emissão Série 4	IPCA + 5,25%	-	0,0%	160,9	2,4%	160,9	1,9%
Debêntures 18ª Emissão	CDI + 2,51%	400,0	24,2%	-	0,0%	400,0	4,8%
Debêntures 19ª Emissão	IPCA + 5,8%	-	0,0%	529,5	7,9%	529,5	6,4%
Debêntures 20ª Emissão	IPCA + 5,0867%	-	0,0%	633,3	9,5%	633,3	7,6%
Debêntures 21ª Emissão	CDI + 2,60%	-	0,0%	360,0	5,4%	360,0	4,3%
Nota Promissória - 5ª NP Sesa	CDI + 1,25%	100,0	6,1%	100,0	1,5%	200,0	2,4%
CCB IBM 2019	CDI	0,2	-	-	0,0%	0,2	0,0%
FINEP - Inovação e Pesquisa	0,04	23,2	1,4%	3,9	0,1%	27,1	0,3%
FIDC 2018 Série A	CDI + 1,20%	193,8	11,7%	507,1	7,6%	700,9	8,4%
FIDC 2018 Série B	IPCA + 5,75%	90,4	5,5%	203,5	3,0%	293,9	3,5%
Outros	-	(58,1)	-3,5%	(107,5)	-1,6%	(165,6)	-2,0%
Moeda Estrangeira *		455,8	27,6%	1.488,1	22,3%	1.943,9	23,3%
Tesouro Nacional	64,05% CDI	-	0,0%	14,9	0,2%	14,9	0,2%
Citibank	CDI + 1,50%	455,8	27,6%	-	0,0%	455,8	5,5%
Emissão de Bonds	142,79% CDI	-	0,0%	1.481,3	22,2%	1.481,3	17,8%
Outros	-	-	0,0%	(8,1)	-0,1%	(8,1)	-0,1%
Light Energia		463,3	100,0%	761,5	100,0%	1.224,7	100,0%
Moeda Nacional		7,5	1,6%	24,9	3,3%	32,4	2,6%
Debêntures 3ª Emissão	CDI + 1,18%	2,5	0,5%	12,5	1,6%	15,0	1,2%
CCB Santander Lajes	CDI + 2,40%	5,0	1,1%	12,5	1,6%	17,5	1,4%
Outros	-	(0,0)	0,0%	(0,1)	0,0%	(0,1)	0,0%
Moeda Estrangeira *		455,8	98,4%	736,6	96,7%	1.192,4	97,4%
Citibank	CDI + 1,30%	455,8	98,4%	-	0,0%	455,8	37,2%
Emissão de Bonds	143,01% CDI	-	0,0%	740,6	97,3%	740,6	60,5%
Outros	-	-	0,0%	(4,1)	-0,5%	(4,1)	-0,3%
Light Conecta		0,1	100,0%	0,3	100,0%	0,4	100,0%
BNDES - Conecta (Moeda Nacional) **	TJLP + 0,53%	0,1	100,0%	0,3	100,0%	0,4	100,0%
Total		2.113,7		7.443,4		9.557,0	

* Foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap

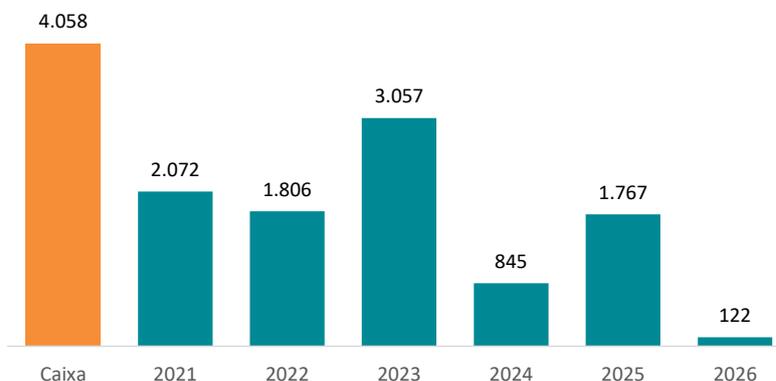
** Foi considerado o custo médio das *tranches* de cada operação.

8.1. Light S.A.

R\$ MM	Light SESA	Light Energia	Conecta	Outros Light S.A.	Light S.A. 1T21	Light S.A. 4T20	Δ %
Moeda Nacional	6.388,0	32,4	0,4	0,0	6.420,8	6.726,2	-4,5%
Moeda Estrangeira	1.943,9	455,8	0,0	0,0	2.399,7	2.858,2	-16,0%
(+) Empréstimos e Financiamentos	3.075,7	1.209,9	0,4	0,0	4.285,9	4.371,4	-2,0%
(+) Debêntures	5.256,4	14,9	0,0	0,0	5.271,2	5.213,0	1,1%
(+) Juros Devidos	166,2	22,5	0,0	0,0	188,7	99,6	89,4%
(+) Operações de Swap	-868,0	-491,6	0,0	0,0	-1.359,6	-1.116,5	21,8%
(+) Fundo de Pensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Dívida Bruta	7.630,2	755,6	0,4	0,0	8.386,2	8.567,5	-2,1%
(-) Disponibilidades	2.332,8	1.576,0	20,3	129,1	4.058,2	3.089,7	31,3%
Dívida Líquida	5.297,4	-820,4	-19,9	-129,1	4.328,0	5.477,8	-21,0%

A dívida líquida consolidada no final do 1T21 era de R\$4.328,0 milhões, 21,0% abaixo da posição registrada no 4T20, de R\$5.477,8 milhões.

Amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$MM)
Prazo médio: 2,1 anos



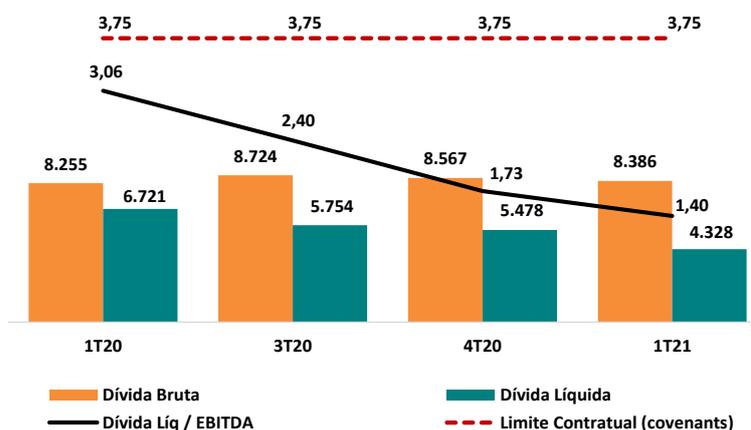
A atual robustez do Caixa traz à Companhia a tranquilidade necessária para fazer frente às amortizações de desse ano. Com o recebimento dos recursos do *follow-on* em janeiro/21, no valor R\$1,34 bilhão, reforçamos ainda mais o Caixa da Companhia, que irá contribuir para o bom andamento das atividades de *liability management*.

O indicador de *covenants* Dívida Líquida/EBITDA encerrou o 1T21 em 1,40x, menor do que no 4T20 (1,73x), e um dos mais baixos registrados nos últimos tempos. Vale lembrar que o EBITDA para fins de *covenants* das dívidas da Companhia e suas subsidiárias exclui efeitos não-caixa, tais como Equivalência Patrimonial, Provisões, VNR e Outras Receitas/Despesas Operacionais.

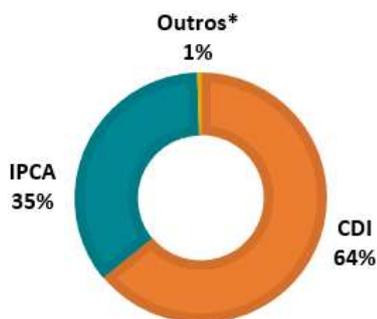
Atualmente, a Companhia está em bem abaixo do limite de *covenants* estabelecido contratualmente para a maioria dos contratos, que é de 3,75x.

Com relação ao indicador EBITDA/Juros, a Companhia encerrou o 1T21 no patamar de 5,84x, acima do limite contratual mínimo para a maioria dos contratos, de 2,0x.

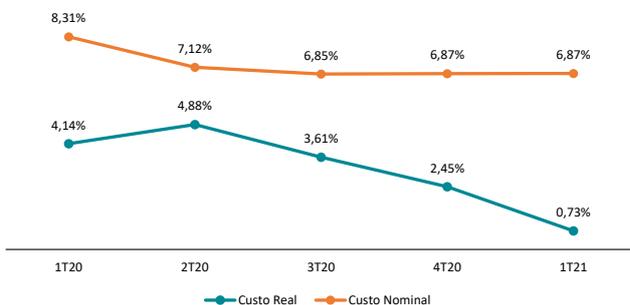
Dívida bruta e líquida consolidada
(R\$ milhões)



Indexadores da dívida¹



Custo da dívida



¹Considerando Hedge

*Equivalente ao somatório do custo fixo, libor e variação do dólar

Memória de cálculo dos *covenants* dos contratos de dívida (R\$ milhões)

Cálculo dos Covenants - R\$ MM		mar/21	dez/20	set/20	jun/20	mar/20
Empréstimos e Financiamentos	+	4.323,7	4.416,9	4.863,7	4.875,3	4.837,3
Custos de Operações Financeiras de Empréstimos	-	(37,8)	(45,5)	(49,3)	(53,0)	(56,8)
Encargos Devidos de Empréstimos e Financiament	+	86,4	39,3	90,4	41,3	78,8
Debêntures	+	5.346,5	5.292,4	5.210,2	4.142,5	4.518,7
Custos de Operações Financeiras de Debêntures	-	(75,3)	(79,4)	(87,0)	(60,2)	(65,6)
Encargos Devidos de Debêntures	+	102,2	60,3	120,5	63,0	108,0
Operação de Swap	+	(1.359,6)	(1.116,5)	(1.425,0)	(1.315,3)	(1.165,5)
Dívida Bruta	=	8.386,2	8.567,5	8.723,5	7.693,7	8.254,8
Disponibilidades	-	4.058,2	3.089,7	2.969,4	994,5	1.534,2
Dívida Líquida (a)	=	4.328,0	5.477,8	5.754,2	6.699,1	6.720,6
EBITDA CVM (12 meses)		2.394,4	2.372,2	1.029,7	1.602,1	1.753,7
Equivalência Patrimonial (12 meses)	-	(29,4)	(28,2)	(44,2)	36,6	(49,8)
Provisões (12 meses)	-	(870,9)	(912,1)	(1.393,5)	(1.717,9)	(1.586,2)
Outras Receitas/Despesas Operacionais (12 meses)	-	(75,0)	(94,3)	(41,6)	(47,1)	(48,9)
Valor justo do ativo indenizável da concessão (12 m	+	(282,0)	(242,9)	(114,4)	(59,9)	(153,6)
Outras Receitas - crédito PIS/COFINS (12 meses)	-	-	-	-	1.086,5	1.086,5
EBITDA para Covenants (12 meses) (b)	=	3.087,7	3.163,9	2.394,5	2.184,1	2.198,6
Juros (c)		521,2	545,2	572,4	611,7	648,8
Dívida Líquida/EBITDA para covenants (a/b)		1,4	1,7	2,4	3,1	3,1
Limite Superior Contratual Dívida Líquida/EBITDA		3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
EBITDA para covenants/Juros (b/c)		5,9	5,8	4,2	3,6	3,4
Limite Inferior Contratual EBITDA/Juros		2,0	2,0	2,0	2,0	2,0

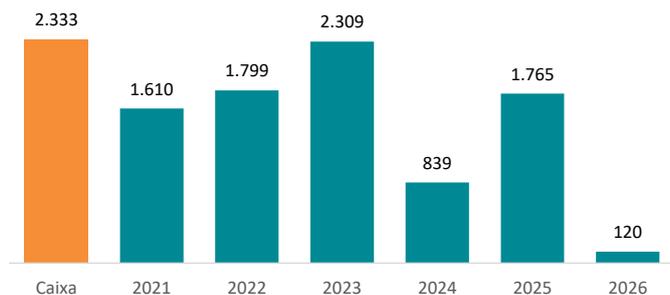
Ratings corporativos

Ratings	Escala		Data de Publicação
	Nacional	Internacional	
Fitch	AA-	BB-	21/01/2021
Standard & Poors	AA+	-	15/07/2019
Moody's	A1.br	Ba3	07/05/2021

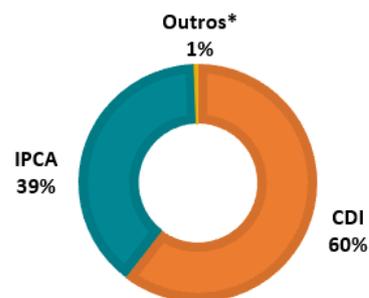
8.2. Abertura do Endividamento

Light SESA

Amortização¹ (R\$MM)
prazo médio: 2,2 anos

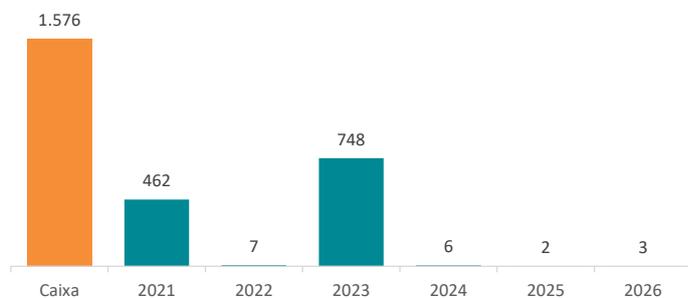


Indexadores de dívida²

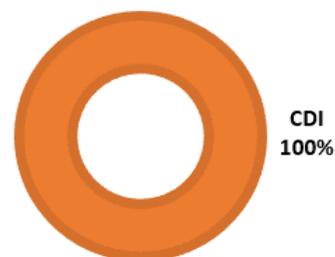


Light Energia

Amortização¹ (R\$MM)
prazo médio: 1,5 anos



Indexadores da dívida²



¹ Principal de empréstimos e financiamentos e debêntures.

² Considerando Hedge

*Equivalente ao somatório do custo fixo, libor e variação do dólar

9. Investimento Consolidado

Investimento Consolidado (R\$MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Distribuição	177,6	156,7	13,3%
Engenharia	102,2	105,6	-3,2%
Comercial	75,4	51,1	47,4%
Ativos Não Elétricos	23,3	19,4	20,0%
Geração (Light Energia & Lajes)	17,2	5,7	199,1%
Total	218,0	181,9	19,9%
Aportes	-	-	-
Total do Investimento (incluindo aportes)	218,0	181,9	19,9%

O Capex consolidado da Companhia, foi 19,9% maior que o realizado no 1T20. Destacam-se os incrementos de R\$24,3 milhões na rubrica Comercial, em virtude dos investimentos decorrentes do atual plano de combate às perdas (R\$15,3 milhões), e de R\$11,5 milhões na Geração, referente às obras do vertedouro da UHE Ilha dos Pombos e manutenções no sistema de bombeamento de Vigário e Santa Cecília. No 1T21, registramos aumento de R\$3,9 milhões na linha de Ativos não Elétricos, concentrados no Comercial/Atendimento (R\$2,4 milhões).

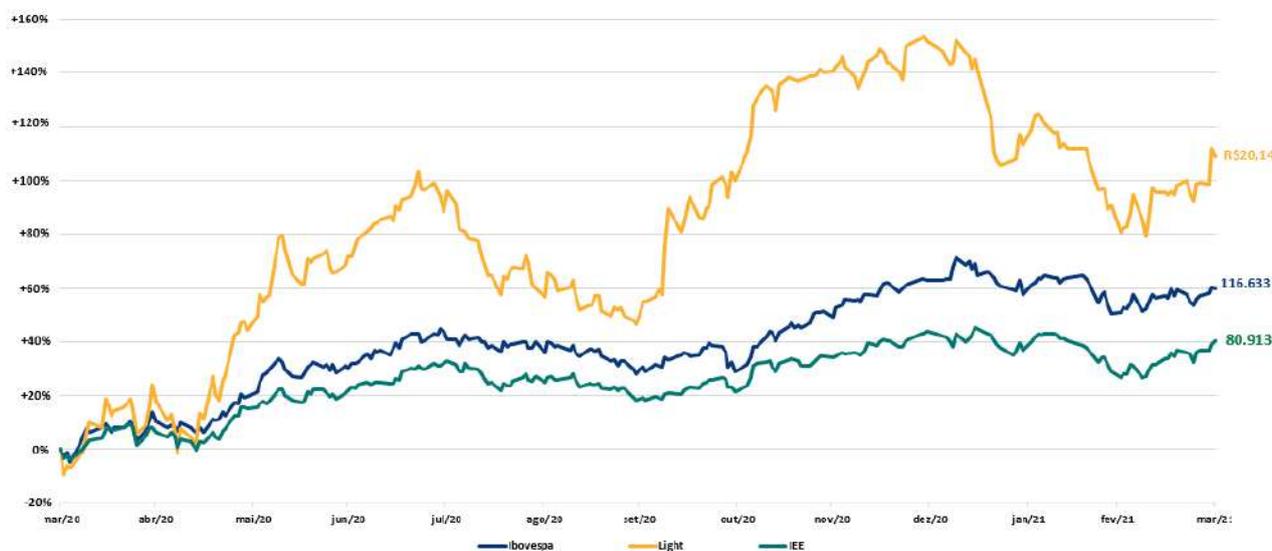
A Companhia não realizou nenhum aporte nas investidas no 1T21.

10. Mercado de Capitais

As ações da Light S.A. (LIGT3) estavam cotadas a R\$20,14 ao final de março/21. O valor de mercado da Companhia encerrou o trimestre em R\$7,5 bilhões.

Performance da ação da Light vs. Ibovespa vs. IEE

Base 100 em 31/03/20



Informações do Mercado	1T21	1T20
Média do Volume Negociado - LIGT3 (R\$MM)	70,0	77,5
Média da Cotação por ação - LIGT3 (R\$ / ação)	20,36	20,1
ADTV 90 dias (R\$MM)	61,0	70,8
Variação no preço - LIGT3	-17,1%	-59,6%
Variação no preço - IEE	-2,3%	-25,5%
Variação no preço - IBOV	-2,0%	-38,4%

11. Desempenho nas questões ambientais, sociais e de governança (ESG)

Nosso compromisso com a sustentabilidade teve início em 2005, quando a Light aderiu ao Novo Mercado da B3, e foi ratificado em 2007, com a adesão ao Pacto Global das Nações Unidas. Desde 2007, integramos a carteira do ISE B3, que agrega as empresas listadas com as melhores práticas de sustentabilidade corporativa do Brasil e, em 2020, passamos a integrar também o Índice S&P/B3 Brasil ESG, que é um índice amplo que procura medir a performance de títulos que cumprem critérios de sustentabilidade e é ponderado pelas pontuações ESG da S&P DJI. Em janeiro/21, a Light passou a integrar, também, a carteira do ICO2.

Seguem indicadores selecionados com base na análise dos principais aspectos ESG abordados pelo mercado ou pelos frameworks existentes (GRI, SASB, PRI, ISE etc.):

Principais Indicadores	1T21	1T20	Variação 1T21/1T20
Ambiental			
% de sites certificados SGI (Light Energia)	100%	100%	0,0 p.p.
% de sites certificados SGA (Light SESA)	88%	88%	0,0 p.p.
% de geração proveniente de fontes renováveis	100%	100%	0,0 p.p.
Consumo de água por empregado (m ³)	4,45	5,15	-13,5%
Consumo de energia elétrica por empregado (MWh)	5,62	5,64	-0,2%
Social			
Colaboradores próprios	5.558	5.128	8,4%
Colaboradores terceirizados	6.987	6.729	3,8%
% de mulheres na Light	18,7%	19,6%	-0,9 p.p.
% de mulheres em cargos de liderança	28,1%	23,2%	4,9 p.p.
Média de horas de treinamento por empregado	4,5	14,7	-69,4%
Taxa de rotatividade	2,4%	5,8%	-3,4 p.p.
Taxa de frequência de acidentes	3,95	2,83	39,6%
Taxa de gravidade de acidentes	899	55	1534,5%
Reclamações por total de clientes	15,16%	12,13%	3,03 p.p.
Governança			
% de conselheiros independentes	88,9%	75,0%	13,9 p.p.
% de mulheres na Alta Administração	23,5%	28,6%	-5,1 p.p.
Ações em poder da Alta Administração	63.100	68.300	-7,6%
Idade média da Alta Administração	56	52	7,7%
Outros			
Rede de distribuição (km)	79.841	78.850	1,3%
Investimento em Eficiência Energética (R\$ MM)	18,54	10,25	81,0%
Investimento em P&D (R\$ MM)	3,90	5,45	-28,4%
Universalização do acesso à energia elétrica	100%	100%	0,0 p.p.

Entre as principais variações verificadas no trimestre, destacamos:

- Aumento no número de conselheiros independentes no Conselho de Administração. Dos nove conselheiros, temos um representante dos empregados e os demais são independentes.
- Aumento de 40% na taxa de frequência de acidentes em decorrência de 28 acidentes. Mas, apesar do aumento, observamos que 82% desses acidentes possuem gravidade da lesão Leve ou Média. Com relação a taxa de gravidade, observamos um aumento significativo em consequência dos 6.000 dias debitados referentes a um acidente fatal ocorrido em janeiro/21.
- Aumento de 81% nos investimentos em eficiência energética em função do faturamento de equipamentos eficientes de grande porte, especialmente de condicionamento ambiental, de iluminação pública e de geração fotovoltaica de projetos aprovados na 6ª Chamada Pública de Projetos (CPP) e 2ª CPP para Iluminação Pública do PEE.
- Redução de 28% nos investimentos em P&D decorrente do encerramento de 18 projetos em andamento. Em complemento é importante registrar que, em razão das novas mudanças na regulação de P&D a partir da MP 998 regulamentada pela Lei 14.120/2021, a partir de setembro/20 os recursos para investimentos em P&D foram reduzidos a 70% dos valores anteriormente praticados.
- Aumento de 5 p.p. no número de mulheres em cargo de liderança, mesmo com a participação um pouco menor das mulheres no quadro da Light em função da primarização de atividades onde candidatos homens são predominantes.
- Redução de 69% na quantidade de homem-hora treinado em função do alto volume de treinamento realizado no período de janeiro a março/20 para atender à primarização de equipes de combate a perda, bem como a formação de profissionais ligados às atividades de medição e poda.
- Redução de 14% no consumo médio de água relacionada à prática de *home office* para os times corporativos, iniciada em meados de março/20.
- Aumento das reclamações em função da intensificação das atividades de inspeção, além de outras que posteriormente foram classificadas como improcedentes.

ANEXO I – Ativos de Geração

Parque Gerador Atual					
Usinas Hidrelétricas Existentes	Capacidade Instalada (MW) ¹	Garantia Física (MWm) ¹	Início Operacional	Ano de Vencimento da Concessão / Autorização	% de Participação da Light
Fontes Nova	132	99	1940	2026	100%
Nilo Peçanha	380	334	1953	2026	100%
Pereira Passos	100	49	1962	2026	100%
Ilha dos Pombos	187	109	1924	2026	100%
Santa Branca	56	30	1999	2026	100%
Elevatórias	-	-101	-	-	-
PCH Lajes	18	17	2018	2026	100%
PCH Paracambi	13	10	2012	2031	51%
Belo Monte	280	114	2016	2045	2,49%
Guanhães	22	12	2018	2047	51%
Total	1188	672	-	-	-

¹Participação proporcional da Light

ANEXO II- Conciliação EBITDA CVM

EBITDA CVM (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Lucro/Prejuízo Líquido (A)	(41,8)	166,7	-
IR/CS (B)	(9,4)	(6,5)	44,6%
IR/CS DIFERIDO (C)	29,6	(80,5)	-
EBT (A - (B + C))	(61,9)	253,6	-
Depreciação e Amortização (D)	(148,3)	(149,2)	-0,6%
Despesa Financeira Líquida (E)	(344,8)	(56,0)	515,1%
EBITDA CVM ((A) - (B) - (C) - (D) - (E))	431,1	458,9	-6,1%

ANEXO III – Demonstração de Resultado

Light SESA

Demonstração do Resultado (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Receita Operacional Bruta	5.487,9	4.633,8	18,4%
Fornecimento de Energia	4.367,1	3.874,1	12,7%
CVA	136,0	(46,1)	-
Receita de Construção	184,8	153,8	20,1%
Outras Receitas - crédito PIS/COFINS	-	-	-
Outras Receitas	800,1	652,0	22,7%
Deduções da Receita Operacional	(2.150,0)	(1.845,0)	16,5%
Receita Operacional Líquida	3.337,9	2.788,8	19,7%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.712,7)	(2.064,2)	31,4%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.183,5)	(1.660,6)	31,5%
Encargos de conexão e uso da rede	(344,5)	(249,8)	37,9%
Custo de construção	(184,8)	(153,8)	20,1%
Custo/Despesa Operacional	(427,6)	(417,1)	2,5%
Pessoal	(107,9)	(111,3)	-3,1%
Material	(10,5)	(6,4)	64,0%
Serviços de terceiros	(118,6)	(111,1)	6,7%
Provisões	(203,5)	(196,1)	3,8%
Outros	12,8	7,8	63,8%
EBITDA Ajustado	197,6	307,4	-35,7%
Depreciação e amortização	(134,0)	(135,0)	-0,7%
Outras receitas/despesas operacionais	14,3	(3,9)	-
Resultado do Serviço	77,9	168,6	-53,8%
Resultado Financeiro	(229,5)	(73,7)	211,4%
Receita Financeira	167,8	568,6	-70,5%
Despesa Financeira	(397,3)	(642,3)	-38,1%
Resultado antes dos impostos	(151,6)	94,9	-
IR/CS	-	-	-
IR/CS Diferido	51,0	(32,9)	-
Lucro/Prejuízo Líquido	(100,7)	62,0	-

Light Energia

Demonstração do resultado (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Receita Operacional Bruta	309,6	290,5	6,5%
Suprimento - Venda de energia própria	209,7	249,0	-15,8%
Suprimento - Energia de Curto Prazo	97,8	39,3	148,9%
Outras - TUSD	2,1	1,9	12,2%
Outras	0,0	0,4	-90,6%
Deduções da Receita Operacional	(34,4)	(36,8)	-6,5%
Receita Operacional Líquida	275,1	253,7	8,4%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(71,9)	(103,5)	-30,5%
Custo/Despesa Operacional	(13,3)	(12,0)	11,0%
Pessoal	(5,9)	(6,7)	-11,1%
Material	(0,3)	(0,2)	98,8%
Serviços de terceiros	(4,4)	(4,3)	2,2%
Provisões	(0,3)	1,1	-
Outros	(2,4)	(2,0)	21,8%
EBITDA Ajustado	189,9	138,2	37,4%
Depreciação e amortização	(14,2)	(14,1)	0,5%
Outras receitas/despesas operacionais	(0,5)	(0,8)	-43,6%
Resultado do Serviço	175,2	123,2	42,2%
Equivalência Patrimonial	-	(0,4)	-
Resultado Financeiro	(116,5)	15,9	-
Receita Financeira	98,3	311,8	-68,5%
Despesa Financeira	(214,8)	(295,9)	-27,4%
Resultado antes dos Impostos	58,7	138,8	-57,7%
IR/CS	(0,3)	(0,3)	-8,6%
IR/CS Diferido	(17,6)	(45,0)	-61,0%
Lucro/Prejuízo Líquido	40,8	93,5	-56,3%

ANEXO IV – Resultado Financeiro

Light S.A.

Resultado Financeiro (R\$ MM)	1T21	1T20	Varição 1T21/1T20
Receitas Financeiras	267,6	882,4	-69,7%
Juros sobre Aplicações Financeiras	17,8	15,7	13,1%
Operações de Swap	240,9	827,5	-70,9%
Acréscimo Moratório sobre débitos	10,6	17,5	-39,3%
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor	(9,5)	4,0	-
Atualização de ICMS Base Cálculo PIS/COFINS	2,6	11,2	-76,8%
Outras Receitas Financeiras	5,2	6,5	-19,5%
Despesas Financeiras	(612,3)	(938,4)	34,7%
Encargos da dívida (Moeda Nacional)	(84,5)	(100,2)	-15,7%
Encargos da dívida (Moeda Estrangeira)	(53,0)	(55,6)	-4,7%
Varição Monetária	(75,7)	(37,9)	99,9%
Varição Cambial	(276,6)	(654,9)	-57,8%
Varição Cambial Itaipu	(20,9)	(46,4)	-55,0%
Atualização de provisões para contingências	(5,7)	(4,3)	32,0%
Atualização pela Selic P&D/PEE/FNDCT	(1,5)	(2,4)	-37,0%
Juros sobre Tributos	(0,0)	(0,1)	-55,2%
Parcelamento- multas e juros Lei.11.941/09 (REFIS)	(0,2)	(0,6)	-67,2%
Atualização do GSF	(89,4)	(31,3)	185,2%
Outras Despesas Financeiras (inclui IOF)	(4,8)	(4,7)	2,4%
Total	(344,8)	(56,0)	515,1%

ANEXO V – Balanço Patrimonial

Light S.A. (R\$ milhões)

ATIVO	1T21	4T20
Circulante	9.262,7	7.973,7
Caixa e equivalentes de caixa	317,3	653,2
Títulos e valores mobiliários	3.740,9	2.436,5
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	3.165,5	3.257,1
Estoques	65,7	62,4
Tributos e contribuições a recuperar	988,6	655,7
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	116,1	137,0
Ativos financeiros do setor	18,4	58,4
Despesas pagas antecipadamente	23,0	25,1
Serviços prestados a receber	46,9	45,0
Instrumentos financeiros derivativos swap	230,9	156,5
Outros créditos	401,9	339,4
Ativos classificados como mantidos para venda	147,4	147,4
Não Circulante	18.797,8	18.423,5
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	1.077,4	1.013,6
Tributos e contribuições a recuperar	3.945,2	4.420,0
Tributos diferidos	497,1	450,0
Instrumentos financeiros derivativos swap	1.128,6	960,0
Depósitos vinculados a litígios	241,1	242,1
Ativos financeiros do setor	423,7	15,4
Ativo financeiro da concessão	5.355,7	5.197,3
Outros créditos	120,0	120,0
Ativo de contrato	1.091,0	983,4
Investimentos	363,3	366,2
Imobilizado	1.654,3	1.655,2
Intangível	2.805,1	2.898,6
Ativo de direito de uso	95,3	101,7
Ativo Total	28.060,6	26.397,3
PASSIVO	1T21	4T20
Circulante	7.526,5	7.217,0
Fornecedores	3.414,1	3.439,8
Tributos e contribuições a pagar	145,4	166,9
Imposto de renda e contribuição social a pagar	0,7	1,8
Empréstimos e financiamentos	1.375,9	1.320,0
Debêntures	927,1	1.030,5
Passivos financeiros do setor	616,1	-
Dividendos a pagar	164,3	164,3
Obrigações trabalhistas	109,7	90,9
Valores a serem restituídos a consumidores	-	296,2
Obrigações por arrendamento	46,6	47,2
Outros débitos	726,6	659,2
Não Circulante	12.150,2	12.104,1
Empréstimos e financiamentos	2.996,5	3.090,7
Debêntures	4.446,4	4.242,7
Tributos e contribuições a pagar	193,4	191,8
Tributos diferidos	425,8	408,3
Participações societárias a descoberto	31,1	30,8
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	645,3	647,5
Benefícios pós-emprego	5,3	5,3
Obrigações por arrendamento	53,1	58,7
Valores a serem restituídos a consumidores	3.314,5	3.381,6
Outros débitos	38,9	46,6
Patrimônio Líquido	8.383,7	7.076,2
Capital Social	5.399,5	4.051,3
Reserva de capital	10,5	9,4
Reservas de lucros	2.816,1	2.816,1
Ajustes de avaliação patrimonial	300,5	304,4
Outros resultados abrangentes	(105,0)	(105,0)
Lucros acumulados	(37,9)	-
Passivo Total	28.060,5	26.397,3

Light SESA (R\$ milhões)

ATIVO	1T21	4T20
Circulante	6.498,6	5.450,2
Caixa e equivalentes de caixa	316,4	456,0
Títulos e valores mobiliários	2.016,5	1.370,0
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	2.463,3	2.295,9
Estoques	59,5	56,2
Tributos e contribuições a recuperar	985,7	652,9
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	65,6	84,1
Ativos financeiros do setor	18,4	58,4
Despesas pagas antecipadamente	21,0	22,4
Serviços prestados a receber	40,9	41,4
Instrumentos financeiros derivativos swap	115,5	78,2
Outros créditos	395,8	334,7
Não Circulante	16.224,7	15.899,2
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	1.057,6	996,7
Tributos e contribuições	3.945,2	4.420,0
Tributos diferidos	473,5	422,5
Depósitos vinculados a litígios	236,8	237,9
Instrumentos financeiros derivativos swap	752,6	640,1
Ativos financeiros do setor	423,7	15,4
Ativo financeiro de concessões	5.355,7	5.197,3
Ativo de contrato	1.091,0	983,4
Outros créditos	120,0	120,0
Investimentos	31,2	31,3
Imobilizado	275,3	275,5
Intangível	2.368,4	2.459,3
Ativos de direito de uso	93,9	99,8
Ativo Total	22.723,3	21.349,4
PASSIVO	1T21	4T20
Circulante	4.928,2	4.462,4
Fornecedores	1.453,7	1.566,5
Tributos e contribuições a pagar	131,6	149,5
Imposto de renda e contribuição social a pagar	0,1	0,8
Empréstimos e financiamentos	892,6	891,0
Debêntures	924,5	1.028,0
Dividendos a pagar	65,3	65,3
Obrigações trabalhistas	98,8	82,0
Obrigações por arrendamento	45,0	45,4
Outros débitos	700,4	633,8
Não Circulante	10.918,2	11.249,4
Empréstimos e financiamentos	2.247,2	2.405,7
Debêntures	4.434,0	4.230,3
Tributos e contribuições a pagar	193,4	191,8
Tributos diferidos	-	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	637,9	640,6
Plano revidenciário	5,3	5,3
Obrigações por arrendamento	53,1	58,5
Valores a serem restituídos a consumidores	3.314,5	3.677,9
Outros débitos	32,9	39,4
Patrimônio Líquido	6.876,9	5.637,5
Capital Social	5.486,4	4.146,4
Reservas de capital	7,3	7,3
Reservas de lucro	1.584,5	1.584,5
Outros resultados abrangentes	(100,6)	(100,6)
Passivo Total	22.723,3	21.349,4

Light Energia (R\$ milhões)

ATIVO	1T21	4T20
Circulante	2.474,5	2.268,1
Caixa e equivalentes de caixa	0,6	164,6
Títulos e valores mobiliários	1.575,5	927,1
Concessionárias, permissionárias e clientes	662,3	979,5
Tributos e contribuições	1,1	1,1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10,7	8,8
Instrumentos financeiros derivativos swap	115,5	78,3
Estoques	6,3	6,2
Serviços prestados ao cliente	2,6	2,6
Despesas pagas antecipadamente	1,7	2,3
Outros créditos	4,9	4,2
Ativos classificados como mantidos para venda	93,5	93,5
Não Circulante	2.160,5	2.101,6
Instrumentos financeiros derivativos swap	376,1	319,9
Depósitos vinculados a litígios	3,5	3,5
Ativos de direito de uso	1,4	1,9
Investimentos	-	-
Imobilizado	1.344,9	1.339,2
Intangível	434,6	437,2
Ativo Total	4.635,1	4.369,8
PASSIVO	1T21	4T20
Circulante	2.659,3	2.515,7
Fornecedores	1.941,4	1.849,2
Tributos e contribuições a pagar	10,5	14,6
Imposto de renda e contribuição social	0,4	0,7
Empréstimos e financiamentos	483,1	428,8
Debêntures	2,6	2,5
Obrigações trabalhistas	7,6	6,3
Dividendos a pagar	189,1	189,1
Obrigações por arrendamento	1,6	1,8
Outros débitos	23,0	22,6
Não Circulante	1.199,3	1.118,3
Empréstimos e financiamentos	749,1	684,8
Debêntures	12,4	12,4
Tributos diferidos	425,8	408,3
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6,0	5,6
Outros débitos	6,0	7,2
Patrimônio Líquido	776,4	735,6
Capital social	77,4	77,4
Reservas de lucro	25,5	25,5
Proposta de dividendos adicionais	332,0	332,0
Ajustes de avaliação patrimonial	300,5	304,4
Outros resultados abrangentes	(3,7)	(3,7)
Lucros acumulados	44,7	-
Passivo Total	4.635,1	4.369,8

ANEXO VI – Fluxo de Caixa

Light S.A. (R\$ milhões)

R\$ MM	1T21	1T20
Caixa Líquido gerado das Atividades Operacionais	207,9	208,2
Caixa gerado (aplicado) nas operações	273,6	478,5
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(61,9)	253,6
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	150,5	123,2
Depreciação e amortização	148,3	149,2
Perda na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento	15,9	2,4
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	352,3	692,8
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios	58,9	95,6
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	(0,1)	(0,3)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	135,5	154,5
Juros sobre obrigações de arrendamento	1,9	1,7
Variação swap	(240,9)	(827,5)
Resultado de equivalência patrimonial	3,2	2,0
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS	(2,5)	(10,7)
Opções de ações outorgadas (stock option)	1,1	2,3
Perda em investimentos avaliados pelo custo	-	-
Resultado pela venda de participação	-	-
Reconhecimento do Acordo do GSF – Lei 14.052/2020	-	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(100,9)	(61,8)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	(187,6)	(98,5)
Variações nos Ativos e Passivos	(65,6)	(270,3)
Títulos e valores mobiliários	(11,4)	(6,8)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(122,4)	(186,3)
Dividendos recebidos	-	-
Tributos, contribuições e impostos a recuperar	145,9	12,0
Ativos e passivos financeiros do setor	61,0	140,6
Estoques	(3,3)	0,4
Serviços prestados a receber	(1,9)	(1,6)
Despesas pagas antecipadamente	2,1	2,0
Depósitos vinculados a litígios	(2,3)	(6,0)
Outros créditos	(62,5)	(17,9)
Fornecedores	(48,7)	(45,1)
Obrigações trabalhistas	18,8	11,2
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(57,8)	(76,2)
Outros débitos	59,7	(17,4)
Instrumentos financeiros derivativos swap	(2,2)	0,3
Juros pagos	(40,5)	(37,8)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(41,8)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento	(1.483,3)	(233,6)
Recebimento pela venda de participação	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(20,7)	(11,0)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato	(169,6)	(173,9)
Aumento de capital nas investidas	-	(0,0)
Resgate de aplicações financeiras	2.321,0	120,6
Aplicações financeiras	(3.614,1)	(169,3)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Financiamento	939,5	(173,8)
Recebimento pela emissão de ações	1.348,2	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	(13,8)	(9,9)
Captação e custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	356,6	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(751,5)	(163,9)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(335,9)	(199,2)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	653,2	996,3
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	317,3	797,2

Light SESA (R\$ milhões)

R\$ MM	1T21	1T20
Caixa Líquido gerado das Atividades Operacionais	(214,8)	115,2
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(151,6)	94,9
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	150,5	123,2
Depreciação e amortização	134,0	135,0
Perda na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento	9,1	2,4
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	247,2	447,5
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios, baixas e atualização financeira de depósito vinculados a litígios.	58,5	94,9
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	(0,1)	(0,3)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	119,4	136,7
Juros sobre obrigações de arrendamentos	1,8	1,6
Efeito dos créditos de Pis e Cofins sobre ICMS	(2,5)	(10,7)
Ganho (Perda) em investimentos avaliados pelo custo	-	-
Variação swap	(148,6)	(522,6)
Valor justo do ativo financeiro de concessão	(100,9)	(61,8)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	(187,6)	(98,5)
Variações nos Ativos e Passivos	(343,9)	(226,9)
Títulos e valores mobiliários	(7,6)	(3,3)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(378,7)	(191,4)
Tributos, contribuições e impostos líquido	156,9	16,0
Ativos e passivos financeiros do setor	61,0	140,6
Estoques	(3,2)	0,7
Serviços prestados a receber	0,5	(0,9)
Despesas pagas antecipadamente	1,3	1,3
Depósitos vinculados a litígios	(2,2)	(5,9)
Outros ativos	(61,1)	(18,6)
Fornecedores	(89,8)	(54,3)
Obrigações estimadas	16,9	10,3
Pagamento das provisões fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(57,8)	(76,2)
Outros passivos	60,0	(30,7)
Instrumentos financeiro Swap	(1,1)	20,1
Juros pagos	(39,0)	(34,7)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento	(858,0)	(228,1)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1,1)	(5,3)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato	(218,0)	(173,8)
Resgate de aplicações financeiras	1.462,1	113,3
Aplicações financeiras	(2.100,9)	(162,3)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Financiamento	933,1	(172,2)
Dividendos pagos	-	-
Aumento de capital	1.340,0	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	356,6	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(750,2)	(162,8)
Pagamento de obrigações por arrendamento	(13,3)	(9,5)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(139,6)	(285,1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	456,0	554,4
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	316,4	269,4

Light Energia (R\$ milhões)

R\$ MM	1T21	1T20
Caixa Líquido gerado das Atividades Operacionais	500,2	81,0
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	58,7	138,8
Depreciação e amortização	14,2	14,1
Perda na venda ou baixa de intangível / imobilizado	0,5	0,0
Perdas cambiais e monetárias (os) de atividades financeiras	105,1	245,3
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e baixas e atualizações financeiras de depósitos judiciais	0,4	0,7
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16,1	17,8
Variação swap	(92,3)	(304,9)
Juros sobre obrigações de arrendamento	0,0	0,1
Variações nos Ativos e Passivos	397,4	(31,2)
Títulos e valores mobiliários	(3,3)	(2,9)
Concessionárias e permissionárias	317,3	1,1
Tributos, contribuições e impostos, líquido	(1,9)	(1,6)
Serviços prestados a receber	(0,1)	(0,6)
Estoques	(0,1)	(0,2)
Despesas pagas antecipadamente	0,7	0,6
Depósitos vinculados a litígios	0,0	(0,0)
Outros ativos	(0,7)	14,8
Instrumentos financeiros derivativos swap	(1,1)	-
Fornecedores	92,3	19,3
Obrigações trabalhistas	1,2	0,5
Tributos, contribuições e impostos a pagar	(4,7)	(0,7)
Pagamento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(0,0)	-
Outros débitos	(0,8)	(20,8)
Juros pagos	(1,4)	(3,1)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(37,4)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento	(662,5)	(6,2)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(17,3)	(5,7)
Aquisições de bens do ativo intangível	(0,0)	(0,1)
Resgate de aplicações financeiras	708,4	6,5
Aplicações financeiras	(1.353,6)	(6,9)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Financiamento	(1,7)	(1,4)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(0,5)	(0,4)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1,3)	(1,0)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(164,1)	73,5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	164,6	341,7
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	0,6	415,1